

132

ALCOBACA, A VINDICADA REPOSTA

A HUM PAPEL, QUE COM O TITULO
de *Justa defenza* em tres satisfaçoens Apologeticas
publicou o Reverendissimo P. M. Francisco de
S. Maria Chronista geral da Congregação de S.
João Evangelista contra outras três chamadas
Investivas tiradas da Historia de *Alcobaça Illustrada*;
& contra seu Autor o P. M. Fr. Manoel dos San-
tos Chronista geral da Ordem de S. Bernardo

PELO MESMO

Fr. MANOEL DOS SANTOS
*Monge Professo no Real Mosteiro
de Alcobaça; Mestre em Theologia;
& Chronista geral da Ordem de S.
Bernardo.*

COIMBRA

NO REAL COLLEGIO DAS ARTES DA COMPANHIA DE
JESUS Anno de 1714.

Com todas as licenças necessarias.

ALCOBACA
VINDICADA
REPOSTA

A HUM PAPEL, QUE COM O TITULO
de fustigação e castigo a pologica
publicou o Reverendissimo P. M. Francisco de
S. Maria Chronista geral da Congregação de S.
João Evangelista contra outras tres chamadas
a castigação da Historia de Alcobaca illustrada
e contra seu Autor o P. M. T. Manoel dos San-
tos Chronista geral da Ordem de S. Bernardo

PELO MESMO

Fr. MANOEL DOS SANTOS
Monge Professo no Real Mosteiro
de Alcobaca Mestre em Theologia
e Chronista geral da Ordem de S.
Bernardo.

COIMBRA

No Real Collegio das Artes da Companhia de
JESUS Anno de 1714

Com todos os licenças necessarias

AQUEM LER



A primeira parte da minha Historia, *Alcobaça Illustrada*, argui em tres partes ao R^{mo}. P. M. Francisco de S. Maria na Chronica da sua Cõgregaçãõ; o *Ceo aberto na terra*. Não foi a minha tẽçaõ fazer outra coufa, fenaõ aquillo mesmo, que succede entre Escritores, que he, controverterẽ pontos duvidozos, & defender cada hum a sua verdade nas materias, que lhe pertencem; posso affirmalo seguramente; porque eu se argui ao P. Francisco de S. Maria, tambem fiz o mesmo a alguns Escritores da minha Ordem, os quaes foraõ o Reverendissimo P. M. Fr. Thomàs de Peralta nas suas noticias de Offeira, o Illustrissimo Senhor D. Fr. Angel Manrique sobre a batalha de Aljubarrota, & o Doutor Fr. Francisco Brandaõ sobre S. Domingos Martins; & não he de presumir, que eu aos meus Mestres intentasse deslustrar: porem, não se dando maior rezaõ, o P. M. Francisco de S. Maria parece que entendeo outra couza; & sendo isto de se arguirem os Escritores huns a os outros, trascendẽte por todas as materias, por todas as pessoas, & por todas as nações; & não parto especial de inveja dos Portuguezes, como elle diz no seu Antiloquio, vejo q̃ se mostra sentidissimamẽte queixozo; primeiro, do mau

§ 2

genio

genio dos seus cōpatriotas, & em segundo lugar de mim; suppõdo, ou duvidãdo, se haveria entre nòs alguma rezaõ de aggravo; ou de queixa, entre minha Religiaõ, & a sua; & esta sua supposiçaõ, ou duvida, confesso ingenuamente, que me cauzou extraordinaria admiraçaõ; porque quanto a aggravo particular nosso, eu nem de vista conheço ao P. M. & se o impugnei, foi pello impulso geral, com que tambem impugnei aos meus escriptores, muito a cazo, & muito de passagem; & tanto acazo, que deixei alguns lugares mais, em que tambem podera argui-lo; quais sãõ entre outros, aonde diz o P. M. que o Cardeal D. Jorge da Costa fes Bispo da Guarda ao nosso Abbade D. Fr. Jorge de Mello; porque D. Jorge de Mello foi Bispo no anno de 1519; & o Cardeal D. Jorge morreu no anno de 1508; & aonde diz mais, que o nosso D. Fr. Estevaõ de Aguiar renunciou a Abbadia de Alcobaça pera hir viver em Xabregas com os seus Conegos; porque D. Estevaõ nunca renunciou, nem em sua vida entraraõ os Reverendos Padres de S. Eloy no Convento de Xabregas; mas adiante em tempo do Abbade D. Fr. Nicolao Vieyra, como ainda mostrarei na 2. parte da minha Historia: E quanto aos obsequios cõmundos de Religiaõ, a Religiaõ sempre entendi, q̃ não havia falta nos obsequios da nossa parte; & nestes termos ainda não acabo de entēder, em que po- em o P. M. esta rezaõ de queixa de eu o arguir? Porque o escriptor impugnado, pode, & deve defēder-se; mas que chegue a fazer aggravo de o arguirem, confesso, que he o P. M. Francisco de S. Maria o primeiro, que encontrei entre os escriptores, que ve-
mos

mos impugnados: salvo se o P. M. se prezume tam
elevado, & tanto afima da classe geral dos escreto-
res, que pertêda fer entre todos a exceiçã da regra;
por não dizer o supremo Oraculo, a que os outros
devamos tributar adoraçoens: & se esforça mais
este meu reparo, porq̃ pera todas as minhas dema-
zias, (se o fãõ) em que poem o P. M. a sua rezaõ de
queixa, elle primeiro me deu exemplo na sua Chro-
nica; porque as palavras que eu lhe appliquei, elle as
havia dito ao P. M. Purificaçã; & se o P. M. S. Ma-
ria as escreveo primeiro, que aggravo, ou injuria,
vim eu a cõmeter, em as repetir? Porque não sei que
maiores privilegios se possaõ attribuir ao P. M. Fran-
cisco de S. Maria, que o P. M. Fr. Antonio da Puri-
ficaçã não pertenda tambem gozar: pois o outro
motivo, de que se val o P. M. de que mal tratei gra-
vemente a dous varoens insignes da sua Congrega-
çã, por mais reflexoens que fassa, ainda não acabo
de conhecer em que? Porque apurar a verdade, &
negar com outros Autores o que elles fizeraõ, ou
não fizeraõ, he couza taõ uzada, que não sei outra,
que o seja mais: alem do que o P. Izodoro Tristam
no tempo, & estado, em que eu o argui, era Comẽ-
datario de Alcobaça, & em quanto tal, não sei que
parentesco tenha com o P. M, pera elle lhe chamar
Varaõ insigne da sua Congregaçã? E quanto ao
seu M. Joaõ, ainda o não vemos canonizado pella
Igreja; & em quanto a Igreja não interpoem a sua
authoridade, nenhuma culpa commetemos, ainda
quando duvidamos dos milagres dos Santos; fere-
mos, ou poderemos parecer, menos credulos; mas
não aggravamos, nem cõmetemos alguma culpa, a-
inda

ainda que duvidemos. Quem vira ao P. M. Francisco de S. Maria, & aos Varoens insignes da sua Congregação, mais perto da severidade do P. M. Daniel Papebrochio, & então veriamos como passavaõ pellos seus rigorozos exames; & sendo tudo isto verdades notorias, outra vez torno a repetir, que ainda não alcanço, em q̃ aggravasse ao P. M. Francisco de S. Maria, nem aos Varoens insignes da sua Congregação? Eu sim me podera queixar; & bẽ pode ser, que com maior rezaõ; porque devendo ser o assunto do P. M. huma apologia, & em rigor de apologia devendo elle não exceder os termos de huma justa defença; o P. M. cortando pellos preceitos da Arte, sahio fóra do seu assunto pera me observar em pontos, & partes, q̃ não lhe tocavaõ; onde o menos, que me impoem, he fazerme Reo de leza Magestade Sagrada, & profana; ou que falei indecorozamente dos Reys, Principes, & Infantes; dos Cardeais, dos Pontifices, & das Sagradas Religioens; porem nem com tudo isso determino defenderme com queixarme; senão cõ boas, & solidas rezoens, quais convem a hum Varaõ constante, que obra seguro na propria consciencia: assi o verã o P. M; que não me defendo com palavras, com gritos, nem com clamores; senão cõ rezoens solidas, aonde a justiça me favorecer; & aonde a não tiver, confessarei a verdade facilmente; porque não tenho por injuria o errar; senão, o não querer ceder: mas porque estamos em cazo, em que não valem palavras, isto baste de Antiloquio.

QUando esta reposta se escreveo, era vivo o P. M. Francisco de S. Maria; & supposto o levou Deos para si, quando a mesma reposta andava pellos Tribunaes das licenças para se imprimir; com tudo a vio ainda; porque o Autor lhe mandou hum copia &c.





REPOSTA I.

Ao papel do P. M. Francisco de S. Maria.

EM TRES SATISFAC, OENS APOLOGETICAS, CORRESPONDENTES as tres, que elle chama *Investivas* minhas, repartio o P. M. Francisco de S. Maria a sua justa defenſa. Nesta primeira Satisfação intenta defenderſe das minhas impugnações ſobre a ordẽ de Chriſto: mas porque o P. M. acrescenta algumas couzas, que parecem ſer fora do ſeu aſſunto, pera que eu poſſa reſponder a tudo irei repartindo por partes as ſuas palavras; & logo a hi dandolhe a reſpoſta, que merecem.

SATISFAC, AÕ I.

§. I. pag. 12. do P. M. Francisco de S. Maria.

MAIS de huma ves li eſte Livro do P. M. Chroniſta, & ſerã bem certificar ao curiozo Leitor de huma notavel obſervação, que ſis, & he, que o P. M. com repetidiſſima frequencia ſe lança a adivinhar no que eſcreve, guiandoſe por inferencias, conjeturas, & ſuppoſições: ſeria proceſſo infinito ſe houveſſe de referir tudo o que achei deſte genero: baſtaõ por exemplo os lugares citados à margem, nos quaes, & em outros muitos, refere o P. M. as couzas, que diz, ſem outro fundamẽto mais que o ſeu parecer, uzando das palavras, (ſupponho) entẽdo;) & outras equivalentes a
A eſtas.

estas. Este modo de escrever he muito alheo da madureza, & segurança, que se dezeja em huma Historia grave: o escritor hade referir o que passou na realidade, & não o que se lhe representa na imaginação: Conjecturar, & inferir alguma vez bem se sofre; mas a cada passo, he insofrivel: o que se funda em documentos, ou em A.A. merece credito; não assim o que não tem outro fundamento; mais do que &c.

R E P O S T A.

MAis de huma vez dis o P. M. Francisco de S. Maria, que leu o meu livro; se fosse a outro intentô, eu o aceitaria como obsequio: porem pera me dar documentos na arte de historiar, & pera arguir defeitos muito fora do seu assunto, parece que não foi necessario ler tanto. O assunto proprio do P.M. era defenderse das minhas impugnações; mas a este fim, q̃ fas, ou pode fazer, que eu em outros lugares da minha historia (que não tocavaõ ao P. M.) escrevesse por conjecturas, ou inferencias? A materia da nossa contenda

nesta primeira satisfação vê a ser, sobre se a ordem de Christo foi sogeita a ordem de Calatrava? E se o Illustrissimo Bispo D. João de Lamego tirou a dita ordem da obediencia dos Dons Abba-des de Alcobaça? E em terceiro lugar sobre se o dito Bispo relaxou, ou não, a dita ordem de Christo: & a este intento que fas, nem pode fazer, que o Abbade D. Fr. Ranulfo desse boa conta do seu governo; ou que os nossos Monges deste Reyno fossem estudar a Universidade de Navarra? He o principio, que dà o P. M. as suas satisfações: & sendo este o principio, sem duvida a obra terá muito que ver, & admirar.

Argue-me o P. M. de eu na minha Historia escrever algumas vezes por conjecturas; mas na falta de outras noticias mais certas: & dà por rezaõ, que este modo de escrever he muito alheo da segurança, que se dezeja em huma Historia grave. Antes de outra couza serà bem certificar ao curiozo Lector, q̃ este mesmo P. M. que aqui me nota, tambem escreveo por conjecturas, & inferencias (deixando por brevida-

vidade infinitos lugares da sua Chronica) neste caderninho não menos de cinco vezes; a pag. 28. pag. 86. pag. 114. pag. 30. & pag. 116. E na dita pag. 30 obrigado da necessidade, se esforça em me persuadir, que nas Historias nã tudo podem ser certezas; mas que algumas vezes se ha de estar pela probabilidade das opinioens, & pelo que pareceo aos escriptores por bom discurso: de sorte que de palavra me censura o P. M; mas no mesmo tempo, em que por obra acaba de me imitar: pelo que podemos com muita rezaõ dizer, que sua Reverendissima tem melhores obras, q̃ palavras. Respondo à sua censura.

Escrevi por inferencias, & conjecturas, por isso mesmo, porque se dezeja na Historia madureza, & segurança; & uzei das palavras: *Supponho, entẽdo*, pelo mesmo caso; porque o Historiador deve fallar seguro na sua verdade. A essencia da Historia estã na verdade; & pera hum homẽ fallar verdade, necessariamente ha de dizer as couzas como as souber; o certo como certo, & em duvida, o q̃ não souber com cer-

teza. O estillo opposto a este, he, medir a todas as noticias por huma medida; & baptizar, ou a todas como certas, ou a todas como duvidozas: & isto he, o que seria infosfrivel, & totalmẽte alheo da segurança, que se dezeja na Historia. Nestes termos, o meio seguro, que resta, he dar as noticias com a certeza, que merecem, o certo como certo, o duvidozo como duvidozo: melhor seria saber com certeza, o que foi no tẽpo antigo; porem esse privilegio sã, o tiveraõ os Chronistas Sagrados: nas Historias profanas (especialmente de noticias antigas, qual he a minha) de força se haõ de dizer muitas couzas em duvida, tiradas por bom discurso: assim o fizeraõ todos os Historiadores, que mereceraõ no Mundo a gloria de verdadeiros. Na Historia Romana acharã o P. M. frequẽtissimos Polybio, & Tacito nas conjecturas, & juizos, que se permittem aos Historiadores; & a rezaõ parece q̃ a dã Curcio no liv. 9. *Et quidem plura transcribo, quam credo; nam nec affirmare sustineo, de quibus dubito, nec subducere, quæ accepi.* Veja o que fas Livio no liv. 21. &

o que fazem Davila, Strada, Bentivoglio, Marianno, & Solis: & neste genero entre outros, que pudera allegar, affim o fes o Re verendissimo P. M. Fr. Leaõ de S. Thomas nas suas Benedictinas, tom. 1. fol. 338. a Monarquia Lusit. p. 6. fol. 308. & pag. 323. col. 1. nos quais dous lugares, & em outros muitos, o Author da Monarquia uza expressamente da palavra *Entendo*: O Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha aqui pag. 30. o Theatro genealogico da casa de Souza fol. 319. notit. de D. Maria Paes Ribeyra, com outros innumeraveis escritores, & sò aponto estes, porque nos faõ mais familiares. E quanto aos titulos do meu livro (que o P. M. cita, & censura â margem) em todos elles eu fis, o que devia, como Historiador, q̃ professa fallar verdade; o que se pode ver nos mesmos lugares citados: he o primeiro no tit. 1. pag. 12. col. 2. dos Abbades perpetuos; no dito lugar o que disse foi, *Que o Abade D. Fr Ranulfo passara da vida presente, ao que eu suppunha, havendo bem desempenhada a sua obrigação de Abade, pera que fora mandado de França a es-*

te Reyno por nosso P. S. Bernardo: isto he o que eu disse, & disse duas couzas; a primeira certa; a saber, a morte do Abade; & outra em duvida; a saber, que o dito D. Fr. Ranulfo governára santamente a sua Abbadia: se eu escrevesse sò a pintar, & sò a fim de querer enfeitar a este meu Abade, differa delle maravilhas do seu governo, atè individuar as muitas vezes, que foi a Matinas, a prudencia, com que fazia os capitulos, &c; porem como eu não tinha noticia certa destas maravilhas, nẽ as podia individuar na falta de documentos antigos, disse samente, o que me parecia por bom discurso; porque sendo certo, que o dito Abade foi mandado de França por nosso P. S. Bernardo; & supposto o bom voto, & escolha, que teve o Melifluo Santo nos negocios, que manejou, estava cadente, que o dito D. Fr. Ranulfo havia de governar bem; & por este mesmo stillo nos outros meus lugares, que cita o P. M., os quais não expendo, por não fazer difuzaõ. Pelo que se o P. M. S. Maria mostra dezejar na Historia hũa boa segurança, tem obrigação de louvar

louvar, & admittir o meyo, com que eu me segurei na verdade, do que escrevi; & quando não seja por este respeito, ao menos pera q̃ não pareça, que elle nesta advertencia, que a qui me fas, se encontra, & se esquecse de si proprio, no que torna a dizer adiante nos seus lugares, que citei affima, nos quais todos, como nelles se pode ver, o P.M. escreve em duvida, & por conjecturas. Nem me pode responder, senão, o que eu lhe respondo a elle, & he, q̃ os Mestres, q̃ quizerão dar arte a historia, como hũ Luciano: hum Mascardo, hũ Vossio, & hum Pedro Moyne, acharão, que não encontrava, antes confirmava a verdade, o dizer certo como certo, & o duvidozo como duvidozo; nemos juizos, & conjecturas do Historiador a offendem; & por isso se lhe permittem as Oraçoens, que fingem, as quais ordinariamente he certo, que se não fizeraõ assim.

Do P. M. S. MARIA
pag. 13.

DIs o P. M. Chronista, seguindo o seu estillo, q̃ seguindo he licito ajuizar

das minhas mesmas rezons, fora o meu intento enfeitar ao M. João: bem vejo, q̃ ajuizou como costuma; mas he certo, que neste cazo lhe não foi licito o ajuizar, porque o fez muito contra rezaõ, & justiça: o meu intento não foi enfeitar &c.

REPOSTA.

NAõ tenho pera que negar, que ajuizei do P. M. isso mesmo, que elle suppoem; q̃ era o seu intento enfeitar ao seu M. João; porem se me foi licito esse discurso, & se o fis contra rezaõ, & justiça, não basta, que o diga o P.M; era necessario provalo.

Do P. M. S. MARIA
pag. 14.

NAõ sei encarecer o escandalo, que me cauza a palavra, Enfeitar; palavra mais jocoza, que seria, em q̃ o P. M. fallou contra o que devia, com menos decoro de hum Varaõ tão insigne: os enfeites inventa-raõ-se no mundo pera encobrir defeitos, ou pera affectar perfeição; nem huma
nem

*nem outra couza se podia ,
nem devia attribuir a hum
Varaõ, qual o M. Joaõ, de vi-
da perfeitissima , & Santida-
de heroica: a hum Varaõ , de
quem diz o Autor do Agiolo-
gio, que merece lugar logo
abaixo dos Santos canoniza-
dos &c.*

REPOSTA.

A Qui entra o P. M. S. Maria a arguir-me de
eu fallar com menos
decoro na pessoa do seu Bis-
po Joaõ , allegando contra
mim Autores, & authorida-
des, que o poem immediato
aos Santos da Igreja por sua
exemplar vida , & pela opi-
niaõ , com q̃ morreo, de Sã-
tidade. Porem serà necessa-
rio certificar ao curiozo
Leitor , que todas estas ale-
gaçoens do P. M; & quanto
elle vai dizendo, athe o fim
deste §; nada vem ao nosso
intento; porque a nossa ques-
tã não he sobre a santida-
de do seu Illustrissimo Bispo,
em que eu nem me meti , nẽ
tinha necessidade de duvi-
dar; mas he somente sobre o
que elle fes, quando vizitou
a ordem de Christo: & a este
intento, que fas, ou pode fa-
zer , que o ponha o Agiolo-

gio logo abaixo dos Santos
canonizados? ou que diga a
Monarquia Luzitana, que el-
le morreo com opiniaõ de
Santo? quando ainda no ca-
zo negado que fosse a nossa
contenda sobre a santidade
do dito Bispo, eu o podia du-
vidar , & arguir sem lhe fa-
zer injuria , nem ao P. M. atẽ
que a Igreja o definisse & ap-
provasse; mostrarme-hia me-
nos pio, ou menos credulo:
mas que fizesse aggravo, isso
de nenhuma forte. Respon-
do ao P. M.

Argueme o P. M. S. Maria
de eu escrever a palavra *En-
feitar*; dando por rezaõ, que
he huma palavra indecente,
ou menos digna de se applicar
ao seu M. Joaõ. Respon-
do, que *Enfeitar* he palavra
indiferente, que de si não tẽ
outra bondade, nem outra
malicia, sennão, a q̃ toma dos
objectos, a que se applica;
porque se dizemos, que se en-
feitaõ as Damas, tambẽ di-
zemos, que se enfeitaõ os Sã-
tos , os Altares, & as Cru-
zes nos seus dias de festa. So-
bre tudo, que enfeitar , pela
mesma intelligencia, que lhe
dá o P. M. tambem se toma
por affectar perfeiçoens; &
isso mesmo he, o que eu quis
dizer , que fizera o P. M. ao
seu

seu Mestre Joaõ; que lhe affectara algumas perfeiçoens, q̃ o dito Bispo não tinha; & o pude dizer sem desdouro do Bispo, porque ninguem he, nem pode ser absolutamente perfeito. Achei por outras noticias, que o Bispo nenhuma vitoria, nẽ triumpho alcançou dos Abbades de Alcobaça, nem da ordem de Calatrava, quando vizitou a ordem de Christo; & porque o P. M. Francisco de S. Maria lhe attribuhio na sua Chronica essa vitoria (que se lhe não devia) por isso eu advertidamente uzei da palavra *Enfeitar*, porque em menos syllabas quer dizer *affectar perfeiçoens*: nestes termos, a obrigação do P. M. era não se deter em palavras, nẽ gastar papel em enfeites, mas hir logo à substancia do cazo, que era defender, & sustentar, em como o seu Illustrissimo Bispo alcançara com effeito a vitoria, que eu lhe negava. Pera mais afear o P. M. a minha palavra *Enfeitar*, são muito para ver os meios, a que recorre; que o seu Bispo foi hum Varaõ de vida perfeitissima; hum Varaõ, de quem diz o Agiologio que merece lugar logo abaixo dos Santos da Igreja,

& que merecco em Roma as estimaçoens dos Pontifices, & neste Reyno as de todos os Principes, seus contemporaneos: está bem: mas eu que tenho com toda essa ladainha de virtudes? ou se não concedo tudo: logo o dito Bispo assim estimado, & venerado dos Principes, assim santo, ou santissimo, izentou os Cavalleiros de Christo da ordem de Calatrava, & dos Dõs Abbades de Alcobaça, q̃ he o ponto da nossa cõtenda? Não se segue; & se não se segue, pera que são todos estes appenços, que ajuntou o P. Mestre? Mas eu quero darlhe de barato, que fosse a nossa questaõ sobre a tal santidade do seu Illustrissimo Bispo; nesta suppozicaõ, se eu dissera que o Bispo se enfeitara, entaõ sim, teria mais rezaõ o P. M. pera me arguir: porem eu não disse que o Bispo se enfeitou, nem que se pintou; sennão que o P. M. era quem o enfeitava, & quẽ lhe affectava as perfeiçoens, que o dito Bispo não tinha: & com este modo de dizer, nenhuma nota pus na pessoa do seu Bispo. Provo com hum exemplo: se eu dissesse do meu Melisfluo Santo, que fora martir, que excedera a todos

dos os martyres na constância; o P. M. me arguisse de supposta esta excellencia, he sem duvida, que em o fazer não offendia a santidade do meu gloriosissimo Padre; mas a quem offenderia, seria somente ao Pregador, que por encarecido attribuhio ao Santo Padre huma perfeição, que se lhe não devia; agora ao nosso cazo: eu o que disse foi, que o P. M. S. Maria mostrara querer enfeitar ao seu Bispo Joaõ. Se offendi nisto, he evidente que não foi ao Bispo, mas ao P. M. que, (qual o outro Pregador) intentava enfeitar ao seu Illustrissimo Bispo, affectandolhe triumphos, & glorias, que se lhe não deviaõ: porem a verdade he, que eu nem ao Illustrissimo Bispo, nem ao P. M. aggravei, nem faltei ao decoro q̃ a ambos se devia; mas examinei as duvidas, que achei na materia, & uzei da acção que tinha como escritor.

Do P. M. S. MARIA

pag. 15

F *Unda-se o P. M. muitas vezes no que diz a Monarquia Lusitana; & he negocio de grande admiração que antes de escrever a pala*

vra, Enfeitar, não reparasse no que a mesma Monarquia dis na 6. parte liv. 19. cap. 7. a cerca do nosso Bispo, & a cerca desta mesma reforma: à cerca da reforma dis; era o Bispo D. Joaõ pessoa capas &c. à cerca do nosso Bispo, à lem das palavras referidas, lhe faz hum largo panegirico, em q̃ refere os illustres progressos da sua vida, & grãde estimacão em que a sua pessoa &c.

REPOSTA.

A Monarquia Lusitana he hum dos Autores mais graves, que temos em Portugal; & sendo pera mim Autor tanto de caza, foi superfluidade por em questaõ, se eu a vi, ou não vi, antes de escrever a palavra *Enfeitar*; mas antes porque a vi, por isso mesmo argui ao P. M. No lugar aqui citado não falla a Monarquia ao nosso intento, porque ja dice que a nossa queustaõ não era sobre a santidade do Bispo, mas sobre a vizita que elle fes na ordem militar de Christo; & a este intento, q̃ vem, ou que faz, dizer a Monarquia que morreo o Bispo com opiniaõ de santidade? Adi-

Adiante, quando ja o P. M. se meta na nossa questão, verá, que he cõtra elle a authoridade da Monarquia; & o Leitor leve daqui em lembrança este grãde empenho, que mostra ter neste lugar o P. M; pera que eu esteja pela Monarquia; porque o havemos de ver brevemente ja de outro acõrdo, & todo empenhado, em que eu o não creia; lá no mesmo lugar aonde a Monarquia fas contra elle.

Do P. M. S. MARIA

§. 2. pag. 16.

Prosegue o P. M. dizendo: *q̃ os meus enfeites se encaminbãrão a mostrar o valor, que o nosso Bispo teve, em contender não menos, que cõ toda a authoridade, & respeito dos Dons Abbades de Alcobaça; & que por isso mesmo &c. Valhame Deos cõ tal prosopopeya, & pōpa de palavras! que mais pōdera dizer dos Sũmos Pontifices, ou do Sagrado Collegio dos Cardeaes? Isto sim, que he enfeitar o P. M. aos seos Abbades antigos, como tambem fas aos Modernos, dando-lhe a senhoria, que se lhe não costuma dar, & que lhe não &c.*

R E P O S T A.

CLama o P. M. a Deos pela minha, a que elle chama prosopopeya; porq̃ o não he; mas clamou se duvida primeiro que eu o fizesse por tanta digressão, tanto rodeo, & tanto fallar fora da forma; como o P. M. vai fazendo. A nossa duvida he, sobre se o Illustrissimo Bispo D. Joã izentou a ordem de Christo dos Dons Abbades de Alcobaça; & pera se resolver esta minha duvida, a que vẽ as minhas chamadas prosopopeyas? ou que fazẽ quantas figuras, & tropos dã de si a oratoria? Se a duvida fosse sobre o meu estillo, entã bẽ poderia o P. M. glozar, & arguir a minha pompa de palavras; mas o intento da vizita do Bispo, bem pudera, sem perder nada da sua defeza, deixar-se desse trabalho. Diz tambem o P. M. que eu sou, o q̃ enfeito aos meus Abbades: seja; mas que eu os enfeite, isso por ventura alivia os descuidos do P. M? os enfeites, ou mais propriamente, as galas, de q̃ eu vesti na minha Historia aos meus Abbades antigos, não foraõ galas emprestadas, nem alheas da

B

sua

sua grandeza ; mas foraõ gal-
 las suas proprias , que elles
 despiraõ no dia da morte, &
 eu lhe tornei a vestir na nova
 vida, que lhe dei, por meio
 da minha Historia. Hũ des-
 tes enfeites, que gloza o P.
 M. he a senhoria da Dedicac-
 toria : porem com menos re-
 zaõ; porq̃ os Reys daõ trata-
 mento de Bispo nas suas car-
 tas aos Dõs Abbades de Al-
 cobaga, & lhe fallaõ assim: *Re-
 verendo Abbade de Alcobaça
 amigo: Eu El-Rey vos envio
 muito saudar &c;* O que he
 tratamento de Bispo; porq̃ sò
 aos Bispos, assim em Portu-
 gal, como em Castella, cha-
 maõ os Reys *Reverendo*: & o
 tratamento de Bispo não se
 pode duvidar de q̃ leva con-
 figo a *Senhoria* implicita. He
 annexo o officio de Esmoler
 Mõr à dignidade Abbacial
 de Alcobaça; pelo que seria
 menos grãdeza da Coroa de
 Portugal se servise este offi-
 cio pessoa, que fosse menos
 de Bispo; quando em Fran-
 ça, Hespanha, & nos outros
 Reynos da Christandade, o
 servem os maiores Bispos da
 quelles estados. E q̃ os nos-
 sos Reys dem tratamento de
 Bispo aos Dons Abbades de
 Alcobaça, mostrarei na se-
 gunda parte da minha Histo-

ria, por muitas cartas que te-
 mos no nosso Cartorio, assi-
 nadas pelos senhores Reys
 D. Joaõ IV. D. Affonso VI.
 & D. Pedro II. as quais não
 posso lançar aqui por não fa-
 zer mais difuzo este papel.
 Tambem tem *Senhoria*, por-
 que precedem em quanto ta-
 is Abbades de Alcobaça aos
 Mestres das ordẽs Militares:
 assim o mostrei na minha Hif-
 toria tit. 15. pag. 375. & o
 tem a Monarquia Lusitana
 part. 3. fol. 181. & os Mestres
 tem, *Senhoria Illustrissima*; &
 o de Malta *Eminência*: Samper
Monteza illust. p. 3. num. 164.
 Nestes termos se o D. Abba-
 de de Alcobaça tem neste
 Reyno o primeiro lugar, &
 os Mestres o segundo dando-
 se aos Mestres *Illustrissima*, &
Eminencia; porque não daria
 eu *Senhoria* aos Dons Abba-
 des? E em quanto Geral da
 ordem de S. Bernardo, goza
 das mesmas prerogativas fe-
 culares, & ecclesiasticas do
 nosso Reverendissimo Ci-
 stercienſe, por hum Bulla de
 Clemente VIII. & outra de
 Gregorio XIV. que darei na
 2. parte; & o Reverendissimo
 Cisterciense vindo a Hespa-
 nha tem tratamento de *gran-
 de*; Samper citado, Caramu-
 el, & outros: & a hum *gran-
 de*

de de Hespanha sem lhe fazer grande favor, bem pode o P. M. dar Senhoria.

Do P. M. S. MARIA
pag. 17.

Que dependencia, ou temor podia ter dos Abbades de Alcobaça hum Bispo constituido como tal em tão alta dignidade, chamado pera aquella vizita por hum Infante de Portugal, & assistido com os poderes do Sūmo Pontifice? Seria porque (como dis o P. M. pag. 79. de seu apparato col. 2.) quasi todos os Abbades perpetuos de Alcobaça forão Principes? Alguma rezação teria o P. M. se assim fora; porem eu reparei &c.

R E P O S T A.

Sem preceder outro algū exordio, & sem propor ainda o P. M. os termos da nossa questaõ, nē dar ao Leitor clareza alguma do q̃ vai dizendo, vem perguntando neste §. que dependencia, ou temor podia ter dos Dons Abbades de Alcobaça o seu Mestre Joaõ? E porque,) pōde duvidar o Leitor) o cazo prezēte foi cazo de dezafio? Ou o Abbade pertenderia

algumas ordens do Bispo D. Joaõ? Pois se nem os Abbades queriaõ ordens, nem o cazo em que estamos foi cazo de dezafio, a que vē aqui a dependencia, nem o temor, que poderia ter o Bispo dos nossos Abbades, nem os Abbades do Bispo? Porque se o P. M. vai encaminhando estas tabalioas pera a izençaõ da ordē de Christo, esse negocio naõ se houve de fazer por meios indirectos de medos, nem dependencias; mas de duas huma; ou o Bispo teve authoridade Apostolica pera izentar a dita ordē dos Abbades de Alcobaça, & a izentou com effeito, ou naõ? A este ponto he que havia de vir o P. M. com rezoens solidas, & documentos autenticos; & naõ andar desde o principio jugando de palavras, sem nos dizer couza que faça, nem desfaça ao nosso intento; & se naõ veja: Duvida o P. M. que temor, ou dependencia podia ter o Bispo D. Joaõ dos Dons Abbades de Alcobaça? Respõdo: que nem temor, nem dependencia. Porem os Abbades governavaõ a ordem de Christo pela Bulla da Creação da dita ordem, a qual pera o Bispo a revogar, naõ ba-

stava que fosse independente dos Abbades, mas era necessario, que tivesse authoridade da Santa See Apostolica pera o poder fazer: & athe qui ainda nos não consta q a tivesse, nem o P. M. o mostrou; & consequentemente, nem que izentasse a dita ordem dos nossos Abbades. Eis aqui tem o P. M; que ainda estamos como estavamos antes do seu caderninho, ainda no principio da nossa questão, sem o P. M. (havendo fallado tanto,) ter dito hum rezaõ ao nosso intento. Mas pois ja estou criminozo de fazer gastos superfluos de papel, & tinta, ainda que perca o meu tempo (que pudera melhor empregar na continuação da minha Historia,) quero responder a estas palavras do P. M.

Hum Bispo constituido como tal, entaõ alta dignidade, bem podia não ter temor dos Dons Abbades de Alcobaça; porem hum Abba de perpetuo de Alcobaça, constituido como tal, entaõ alta dignidade, sêpre a ilharga dos Reys, por rezaõ do seu officio de Esmoler Môr, folgariamos de saber do P. M. que rezaõ, ou motivo poderia ter, pera ter temor do

Bispo D. Joaõ? Alem do que, se o P. M. nesta nossa contenda pretende acolherse a Sagrado, ainda que nos Abbades falte a consagração; de dignidade a dignidade pouca differença vai: porque ambos, o Abbade, & o Bispo, são dignidades na Igreja, & em direito vem o Abbade no mesmo nome de Bispo: & em quanto Abbade de Alcobaça muito maior couza sem comparação foraõ os perpetuos nas regalias, que alguns Bispos no Reyno. Pera prova desta verdade offereço quanto escrevi na minha Historia; aqui dou somente esta rezaõ: Hum Bispo (& seja o M. Joaõ em que estamos) era dos segundos entre os Prelados Sagrados de Portugal, porque o primeiro, & Primàs he o Arcebispo de Braga; & o D. Abbade de Alcobaça he o primeiro, & Primàs entre os Prelados ecclesiasticos não Sagrados: assi o mostrei no tit. 15. da minha Historia; & he muito mais, & muito maior couza, & muito maior excellencia, ser o primeiro entre os pastores dos montes Alpes, que não o segundo entre os Senadores da mesma Roma. Foi voto, & pensamento heroico digno

digno do generoso animo de Julio Cefar; assim o tem, por authoridade de Plutarco, a Monarquia Lusitana na primeira parte liv. 4. cap. 1. pag. 322. Pelo que pessoa por pessoa, & grande por grande, antes hũ Abbade perpetuo de Alcobaga, que não o Bispo Mestre João. E quãto aos poderes do Summo Pontifice, se o Illustrissimo Bispo D. João os trazia do Papa Eugenio 4. tambem os Reverendissimos Dõs Abbades os tinham do Papa João 22. na Bulla da Creação da ordẽ; mas antes os poderes de q̃ uzavaõ os Abbades eraõ mais estimaveis, & maiores, que não os que trazia o Bispo: porq̃ os Dons Abbades eraõ perpetuos, & ordinarios; & a commissão do Bispo foi delegada, & por huma ves somente, que com qualquer leve, & frivola rezaõ de embargos, que lhe puzessem os Abbades, se podia embarçar, & desvanecer. E quanto aos poderes, ou authoridade do Infante D. Henrique, como o P. M. não apõta causa alguma particular, pela qual devamos suppor a o dito Infante parcial pelo Bispo contra os Abbades, se elle chamou ao Bispo pera

fazer a vizita, da hi não se segue que quizeffe ser coca, cõ que o dito Bispo atemorizasse aos nossos Abbades. Adiante, a fol. 28. deste seu caderninho, conhecerà o P. M. por experiência propria, qual dos dous foi mais poderoso? Porque nos ha de confessar q̃ o seu Bispo, com todos effes poderes, que trazia no seio, & não obstante toda essa valentia de que o P. M. o vem enfeitando, elle não pode vencer a repugnancia que lhe fizeraõ os Abbades; nem pode effectuar a izençaõ da ordem de Christo, pera que foi chamado, & buscado: leve isto na lembrança o Leitor, pera que note de caminho a inconstancia do P. M; aqui pintando ao seu Bispo huma rocha incontrastavel, & adiante as ditas fol. 28. confessando miseravelmente, que achou o dito Bispo contradicções nos Abbades, as quaes não pode vencer.

Do P. M. S. MARIA

pag. 17.

Seria, porque, como dis o P. M. no seu apparatus, quãzi todos os Abbades perpetuos de Alcobaga foraõ Principes? Alguma rezaõ teria o P.

P. M. se assim fora; mas reparei, que de 29. Abbades perpetuos, deque o P. M. trata, sò de tres nos dis que foraõ de illustre nascimento: dos outros, ou confessa que lhe não sabe a geração, ou do que delles dis se colhe, que não passavaõ de nobres; logo como se pode &c.

REPOSTA.

P Roseguindo o P. M. Santa Maria no seu empenho de nos andar cãgando cõ digressões, vem agora (mas não sei a que fim) pondo em questaõ se foraõ Principes os Abbades perpetuos de Alcobaça? E que importa isso ao P. M.? ou em que o alivia dos seus descuidos, que fossem, ou não Principes os ditos Abbades? Mas que remedio? *Sumus debitores sapientibus &c.* Respondo, que disse no meu Apparato (& aqui o torno a dizer) que foraõ Principes os Abbades perpetuos de Alcobaça; os mais por nascimento, & todos por eleição: assim he Principe o Papa, os Bispos, El-Rey de Polonia, os Emparadores de Alemanha, o Magistrado de Veneza, os Eleitores, & qualquer soberano: assim se

vê em *Esther cap. 16. Psalm. 2. & 75. cap. 11. glosa Clement. 1. de Baptismo: Angell. ac scribentes proemi: instit. verbo Romanus Princeps: Petrus, Gregorius, de republi. lib. 6. per totum: Bodin: de republica Lui. 2. cap. 3. Lorino, Pinedo, Pereira, que cita, & segue Salzedo, & outros muitos; com todos os quais convem os Dons Abbades de Alcobaça na grandeza de Principes. Principe he todo a quelle grande, que tem vassallos proprios; que he senhor de terras, Villas, ou Cidades; & he o primeiro na sua Republica; assim o tem *Ægidio de regimin. Princip. Langio no Florilégio magno verbo Princeps, & com outros muitos Autores: Princeps dicitur, qui aliquot urbes, seu civitates sub se tenet, dictus Princeps, quasi primum caput; princeps, id est, primum locum tenens; & ainda se chamaõ assim os q̃ prezidẽ a algũ officio, ou occupação; & da accepção deste nome latẽ Francis: Alier: Hierarchia ecclesi. lib. 1. sec. 2. cap. 1. & lib. 4. cap. 2. ur. 3. Ioan. Iacob speidan. Not. Iurid. Histor. polit. lit. F. n. 40. Bessol. in thesaur. lit. F. n. 73. Sandoval hist. deles 5. Reys em D. Alonso: ibi fol. 45.**

Gonça-

Gonçalo Nunes Principe, Alvaro Dias Principe. Diego Sanches Principe; Bernardo Rodrigues Principe, Pedro Alves Principe; os quais predicados de grandeza todos cõcorrem na pessoa dos Dons Abbades de Alcobaça; porque em quanto Abbades são huma dignidade, que em direito vem debaixo do nome de Bispo; & em quanto tal Abbade, são os primeiros entre os eccleziasticos não sagrados do Reyno; são o primeiro Magistrado no seu territorio; & senhores de terras, Villas, & vassallos: pelo que pouco favor lhe fará o P. M. em lhe dar a denominação de Principes, quando elles em verdade o são, & possuem cõ effeito as mesmas grandezas, que constituem aos outros na alteza de Principes.

Do P. M. S. MARIA

pag. 18.

Este nome sò se dà com propriedade aos filhos dos Reys, & não aos homens Illustres, & muito menos aos nobres; & muito menos se pode dar aquelles de quem se ignora a geração: Pois que grandezas são estas dos Dons Abbades de Alcobaça de que &c.

REPOSTA.

Supposto, como acabei de mostrar, que este nome *Principe* tẽ a esphera mais ampla do que intentava o P. M. agora segue-se ainda cõtra elle, que o titulo de Principe se dà cõ a mesma propriedade, não so aos filhos dos Reys, mas tambem a todos os que são Principes, ou por nascimento, ou por eleição: mas antes, sendo, como he, esta verdade tão clara, & notoria, admiro muito ao P. M. q̃ escrevesse assim tão de facil, que o titulo de Principe sò se dava propriamente aos filhos dos Reys? porque foi negar a propriedade cõ que se dà o dito titulo em primeiro lugar ao Papa, aos Principes Eleytores, aos Potentados de Italia, aos Duques de Saboia, & a outros innumeraveis que não são Reys, nem filhos de Reys. Foi negar o titulo de Principe aos Trajanos, aos Vespasianos, aos Nervas, & a outros muitos Emperadores Romanos, que nacendo ainda menos de nobres, morrerão Principes, & Senhores do mundo; com o nosso insigne Portuguez El-Rey Vumbamba,

amba, que sem embargo de ser lavrador, foi coroado, & ungido Principe dos Godos de Hespanha. E se todos estes exemplos ainda não bastão pera fazer socegar o escrupulo do P. M; lhe daremos ainda outro de fé do Evangelho de S. João: Nicodemus, he certo, que não foi Rey, nem filho de Rey, nem tinha parentesco algum com Herodes Rey no seu tempo de Judea; & sem embargo de o não ser, o Evangelista S. João deu-lhe o titulo de Principe: *Erat homo ex Phariseis Nicodemus nomine, Princeps Iudæorū.* Ioan. 3. Agora de duas huma; ou o Evangelista S. João aqui fes mal; ou não? se fes mal diga-o o P. M; & se deu justamente o titulo de Principe a Nicodemus, que nem era Rey, nem filho de Rey; confesse o P. M. que não tem rezaõ, em querer restringir o dito titulo a sò os filhos dos Reys. Eu bem entendendo o conceito do P. M.; como ve, que neste Reyno entēdemos pelo nome *Principe* ao filho herdeiro do Rey, com esse tal fundamento me quis arguir de eu dar o mesmo titulo aos Dōs Abbades de Alcobaça, & de caminho notar aos mesmos

Abbades; ou pôr nota na sua nobreza, por não sabermos hoje a geraçã de todos: porem se o P. M. Santa Maria se quer por no rigor do uzo, não fes bem em dizer assim absolutamente, que se dava o titulo de Principe a sò os filhos dos Reys; porque não se dà a todos, mas fomente aos primogenitos, & herdeiros do Reyno: ou viesse esta dignidade aos pimogenitos dos Reys de Hespanha do tempo de El-Rey D. Ioão o 1. a imitação del-Rey de Inglaterra, como quer Salazar de Mendonça, *origen de las dignidades de Castilla*, Zurita, *an. part. 2. lib. 10. cap. 47.* Garibay *hist. lib. 15. cap. 15.* & Narbona *de atate ad actus humanos requisita art. 17. q. 1, n. 45.* ou se deduza dos Romanos como quer Molina *de Primogeniis lib. 3. cap. 6. n. 21. vide Salzedo ubi supra*: os filhos segundos, que são igualmente filhos de Rey chamaõ-se Infantes. O P. M. levantou a mão, ao que lhe parecia, pera me ferir sò amim; porem o golpe veio a cahir sobre muita gente, & boa: porque se o titulo de Principe he improprio, & individo a todos aquelles, que não forem filhos de Rey, andou

lou muito mal o Senhor D. Affonso Henriques em se intitular Principe dos Portuguezes antes da batalha do campo de Ourique, visto em como não era filho de Rey: e andaraõ muito mal todos os Historiadores em darem o dito titulo a todos os grandes, que nomeamos assim, & a todos os Principes, que são ramos das cazas Reais: & finalmente a todos os homens amozos do mundo, os quais, sem comparação, são muitos mais, que os filhos herdeiros dos Reys. E quanto ao termo que, que por entre os leidos deixou cahir o P. M. dizendo; que muito menos se devia dar o titulo de Principe a huns Abbades, de quem se ignora a geração; respondendo, que assim he; que não sabemos hoje a geração de muitos dos Abbades antigos de Alcobaga; porem, com tudo isso, temos obrigação de entender, & suppor, que todos foraõ illustres, & Principes por nascimento. Porq? Por duas rezoens evidentes: a primeira, pelos vermos com uma espoza tão illustre a Real Abbadia de Alcobaga, senhora verdadeiramente Princeza, filha & feitura de Reys, May de Principes, &

de muitos filhos a todas as luzes nobilissimos: a outra rezaõ he, pelos vermos servir os officios mais illustres da Monarquia, & emparelhar com os maiores senhores deste Reyno; por vermos, que huns foraõ Embaixadores extraordinarios, outros Conselheiros de estado, outros Capellaens mores: occupaçoens, que não consentem os Reys, em quem não he Principe por nascimento. Ou o P. M. não leu a minha Historia as vezes, que nos disse no principio; ou, se a leu, foi muito de leve, & sem fazer sobre ella a reflexaõ, que devia fazer, como douto; porque vendo elle que os Abbades antigos igualavaõ com o Arcebispo de Braga, como se le no meu titulo 3. que se lhes deu aprecedencia, & que precediaõ com effeito aos Mestres das ordens militares, que vieraõ ser os Infantes com outras mais excellências, que lá disse na minha Historia, tinha obrigação de conceder, que tais Abbades, como estes, não podiaõ ser homens ordinarios: conhece-os o P. M. já muito differentes, quanto vai de hum Abbade triennial, a hum Abbade perpetuo; que se elles ainda hoje

fossem perpetuos, certamête que não poria em publico o P. M. com tanta facilidade os seus escrupulos, que forma contra a grandeza delles. E supposto que là pareça, que diminue alguma couza na grãdeza dos ditos Abbades, este tal não fabermos hoje dos Pays, & ascendencias de todos; porem isso serà pera entre homês pouco noticiosos; que pera nos, os que trazemos as Historias de Hespanha entre mãos, & sabemos dos descuidos dos nossos antigos, ainda em materias muito mais relevantes, nem nos admira esta falta, nê della fazemos argumento em desdouro dos nossos Abbades. E senão respondame o P. M. a esta paridade: O Serenissimo Conde D. Henrique, tronco da caza Real, viveo, & morreo neste Reyno; & foi senhor delle muitos annos; & com tudo foi tão ingrata a antiguidade à sua Real pessoa, q̃ não houve no seu tempo hum curioso, que nos deixasse a noticia dos Pays, & ascendencia do dito Principe; & assim esteve sem sabermos com certeza a sua geração, não menos de quatro seculos: & nê ainda hoje se faberia, se là não

aparecesse em Frãça no nosso Mosteiro Floriacense hum documento antigo, que nos deu a primeira certeza da sua Real ascendência. Agora pergunto: & antes de apparecer esse documento, faria bom juizo o P. M. duvidando da nobreza do Serenissimo Conde, por se lhe não saberem os Pays, nem o nascimento? He certo, que não; mas sempre o devia conciderar nobilissimo, & ornado de sangue Real. Mas porq̃? senão tinha noticia, nem certeza de quem foraõ seus Pays, que he o principio; ou premissa, donde se tira, & conhece a nobreza de cada hum? Direi; por duas rezoens: a primeira, pelo ver cazado com hum espôza, que era Princeza; a segunda, pelo ver senhor das terras de Portugal. Nesta suppozição do alto estado do Conde, tinha obrigação o P. M. de sempre o conciderar nobilissimo, & de attribuir a falta de não sabermos a sua geração, não à falta de nobreza, mas ao descuido dos antigos, notorio, & geral em Hespanha; os quaes tão pouco advertiraõ em deixarem noticia de si na lãbrança da posteridade. Fundase esta verdade na pratica com-

commua dos Philosophos , de que todas as couzas, ou seja no Físico, ou no Moral, se conhecem, & podem conhecer, por dous modos; *à priori*, & *à posteriori*: isto he, ou pelas causas, & principios donde procede, ou pelos seus effeitos, & consequências do seu estado; & quando não temos premissas, dõde possamos formar o nosso conhecimento *à priori*, ensina a mesma Philosophia, que devemos recorrer ao conhecimento posterior; mas antes este tal conhecimento parece ser mais seguro, & menos foyeito a erros, & a engano; porque Christo Senhor nosso quando avizou a seus Discipulos, que se não enganasssem com os falsos Prophetas, não os remeteo ao conhecimento *à priori*, mas ensinou-os a que se governassem pelos effeitos, que he o conhecimento posterior, *à fructibus eorum cognoscetis eos: Matth. 7.* Nem pareça ao Leitor que este modo de conhecer *à posteriori* he alheo, ou improprio da materia presente, em que estamos, da nobreza do nascimento; porq̃ tambem se admite nesta mesma materia; & he hum dos actos da prudência discreta (na fal-

ta do conhecimento dos Pays) tirar a nobreza do nascimento pelos effeitos posteriores: isto he, pelas accões do foyeito, & asũptos a que o vemos applicado, ou pelos officios nobres, em que o vemos servir: Pudera trazer innumeraveis exemplos a este propozito; baste este, porque participa de ambas as erudições sagrada, & profana. O mesmo Cyro (de quem falou Isaias no cap. 45. Esdras cap. 1. do primeiro livro; & 2. Paralipom. cap. 36.) era no tempo de Astyages Rey dos Medos hũ humilde pastor, segundo lemos em Plutarcho, & na Officina de Ravisio *liv. 5. cap. 22*; sendo pastor sēpre, quãdo jugava cō os outros, elle havia de ser o principal, & maior; & os outros pastores, quizeffem, ou não quizeffem, haviaõ de fazer o papel de vassallos seus; & ainda q̃ o exercicio era de jogo, o pastor Cyro castigava aos que erravaõ com tanta soberania, que por queixa de hum chegou a fabelo El-Rey Astyages: o qual fazendo vir a Cyro diante de si (porque não lhe passava por pensamento, quẽ elle pudeffe ser) o reprehendeo pela severidade, que uzava com os

companheiros, & por sempre querer ser o maior no jogo; mas Cyro lhe deu huma reposta tão generosa, q̃ por ella, & pelo exercicio de se fazer Rey lhe cōjecturou, & divisou Aftyages por entre as pelles (de que vinha vestido) o sangue Real, q̃ em effeito tinha; porque ainda q̃ roubado, denegrido, & reduzido pela tyrannia de seu Avo a hum humilde, & rustico pastor, era Cyro filho da Infanta Mandanes. Agora ao nosso cazo. Se o P. M. Francisco de Sãta Maria sobre este cazo dos nossos Abbades fizesse a reflexão, que devia fazer, como douto, certamente que não poria em publico as suas duvidas, que formou contra a nobreza dos ditos Abbades; porque ainda q̃ não tivesse noticia dos Pays, & ascendētes dos mesmos Abbades, tinha outro conhecimento *à posteriori*, pelo qual (na falta do primeiro) era obrigado a governar-se: não tinha, nem nos temos, a noticia dos Pays, & Avos dos Dons Abbades de Alcobaça; porem na falta dessa primeira, tinha a segunda noticia dos nobilissimos officios, & exercicios de Embaixadores, & Conselheiros

*Veja-se
a 1.ª part.
de Alcobaça Il-
lustrada
tit. 11.
pag.
264.*

ros de estado & c. em que occuparaõ os Reys aos nossos Cyros; nos quais empregos he couza evidente, & transcendente por todas as nações que não costuma servir senão a primeira, & mais clara nobreza dos Reynos: nestes termos pera se livrar o P. M. do quinhão, que lhe veio a dar El-Rey Aftyages, tinha obrigação de passar da rama; tinha obrigação de não tropeçar na grossaria das pelles, mas devia penetrar a dentro, & por entre essas mesmas pelles (que he o descuido dos antigos (conhecer, & cōfessar o claro, & nobilissimo sangue, que estavaõ suppondo os illustres exercicios do generoso Cyro: porque se a vox he de Jacob, o espozado de tão bella Rachel, a Real Abbadia de Alcobaça, que importa q̃ as pelles pareçaõ de Esau? Enganar-se-ha com ellas sim, mas será hum pobre velho, & hũ cego como Izac. Se os Abbades perpetuos de Alcobaça foraõ (como o Serenissimo Conde D. Hêrique) espozos de hũa senhora verdadeiramente Princeza a mesma Real Abbadia, & pera espozos da dita Princeza eraõ escolhidos pelos mesmos Reys; se serviaõ nos officios

fícios mais nobres da caza Real, & intervieraõ nos negocios mais relevantes da Monarquia: de todas estas premiffas havemos de tirar, nem suppor, que foraõ de escuro nascimento os ditos Abbades? que os despozo-rios foraõ desiguaes, & desproporcionados, passãdo elles naõ menos que pela mão Real? De o P. M. a diversa rezaõ a todas estas paridades, & exemplos, & cederei de boa vontade: porem em quanto a naõ affina temos ainda (sem embargo dos seus escrúpulos) que os Abbades perpetuos de Alcobaça todos foraõ Principes, & de nascimento illustre.

Do P. M. S. MARIA

pag. 18.

SE eu differa, que o nosso Bispo se animara a contender, naõ menos, que com toda a authoridade, & respeito de hum Infante D. Affonso &c. mas contender o nosso Bispo cõ Fr. Fernando do Quental, que era por aquelle tempo o Abba-de de Alcobaça, foi na verda-de facil contenda &c.

REPOSTA.

DOs Pays, & ascendencia do Reverendissimo senhor D. Fr. Fernando do Quental, assim he, que naõ temos hoje noticia; porem sabemos *à posteriori* que o escolheo pera D. Abbade de Alcobaça o Serenissimo Rey, & tal Rey, D. Joaõ o 1. & em tempo, em que o dito senhor naõ tirava os olhos do seu zelo de sobre a Real Abbadia: sabemos mais, que o dito D. Fr. Fernando teve por successor immediato, tã-bem escolhido pelo mesmo Rey, a D. Fr. Estevaõ de Aguiar, na sua primeira idade minino da senhora Infanta D. Izabel Duqueza de Borgonha; & depois de Ab-bade de Alcobaça, Confe-lheiro de estado del-Rey D. Affonso 5; & teve por antecessor ao famoso D. Fr. Joaõ Dornellas; pera cujo elogio, & atestação da sua nobreza basta sò o seu nome: & me parece, que estas noticias nos bastaõ pera podermos blazonar com boa rezaõ, ao menos diante do P. M. De mais do que, se o P. M. leffe o meu livro cõ olhos puros, naõ havia de dizer, que no tempo

*Veja-se a
Historia
supra ci-
tada.*

tempo da vizita do seu Bispo era o Abbade de Alcobaça D. Fr. Fernando do Quental; porque era outro. A vizita foi no anno de 1449: & este D. Fr. Fernando do Quental foi eleito no anno de 1414; & acabou no anno de 1426: pelo que quando foi a vizita, ja era morto, & era Abbade D. Fr. Gonçalo de Ferreira. Nestes termos errou o P. M. as contas. Ultimamente, se dezeja saber, q̃ grandezas eraõ estas dos nossos Abbades, de que se havia de temer o seu Bispo, o verá a fol. 28. deste seu caderinho, quando o mesmo P. M. nos confesse, que o dito Bispo não pode prevalecer, nem vencer as contradicções, que achou nos mesmos Abbades.

Do P. M. S. MARIA
pag. 18.

O Mesmo P. M. dis, ajudando como costuma, que os seus Abbades, ou não quizerão consentir na mudança, que o Infante pertendia; ou se entenderia, que não bastavaõ pera tanto os poderes ordinarios dos mesmos Abbades: logo o nosso Bispo entrou nesta em-

preza com poderes superiores aos dos mesmos Abbades? Logo não seria muito se contendesse não menos que com toda a authoridade dos Dons Abbades de Alcobaça.

R E P O S T A.

T Al ves, que sem o cuidar, tocou aqui o P. M. Santa Maria huma duvida, q̃ devera ser a unica da prezente satisfação: a saber; quais & quantos foraõ os poderes Apostolicos do seu Illustrissimo Bispo D. Joaõ, com que entrou a vizitar a ordem de Christo? E resolvido este ponto, tinhamos, sem mais trabalho, a contenda toda decidida; porque tinhamos, se foraõ maiores os do Bispo, que os poderes dos nossos Abbades? que he o cazo, em que estamos: & tinhamos mais, se izentou o dito Bispo a ordem militar de Christo da ordem de Calatrava, & dos Dons Abbades de Alcobaça? que são os outros dous pontos, que logo haõ de vir, & ambos dependentes dos poderes da comissão do Bispo; porque se o Papa lhe não deu authoridade pera elle fazer a tal izençaõ, de balde se canfa

canfa o P. M. em nos querer persuadir, que o Bispo a fes com effeito : pelo que todas estas duvidas se resolviao em hũa sò palavra; aprezêtao o P. M. o rescripto Apostolico da commissão do Bispo, pera vermos nelle, & por elle, os limites, & ampliações da dita commissão; porque sò assim vendo nòs as Bullas, que tinhaõ os dous, o Bispo, & os Abbades, poderiamos resolver, qual delles teve os poderes maiores? Pois he certo, que nas commissoens, & delegaçoes de poder, não se resolve de cabeça, nê por discurso proprio, qual, & quanto he o poder delegado do Ministro; porque està na mão do Principe, que delega, dar mais, ou menos poderes, como he servido. Junta-mente viamos no dito rescripto do Bispo, sem mais trabalho, se lhe deu o Papa poder pera fazer a izêção, que pertende o P. M. O rescripto, ou Bulla dos nossos Abbades, ja a apresentei na minha Historia; falta samente o rescripto do Bispo, que o P. M. tinha obrigação apresentar no caderninho, pera mostrar o seu intento: a saber; que os poderes do seu Bispo eraõ maiores, que os dos nossos

Abbades; & que o dito Bispo teve poder, & authoridade do Papa, pera fazer a izêção da nossa contenda: porê o P. M. não dà rezaõ de tal rescripto, mas intêta satisfazer-nos com humas rezoens indirectas, porque lhe não dê outro nome mais expressivo: do que certamête nos admiramos *ultra quam credi potest*: porque este rescripto do seu Bispo era precisamente necessario ao P. M; tâto na sua Chronica, como aqui no caderninho, pera provar, & mostrar por rezoens positivas, & *à priori* esse muito, ou pouco, que fez o Bispo na sua vizita: & sobre tudo, pera o defender do erro, de que o argue a Monarquia Lusitana, & eu tenho de dizer adiante, de que elle excedeo os poderes da sua commissão. Pera esta defeza, & pera tudo o mais que toca no Bispo, a melhor rezaõ que podia alegar o P. M. solida, & nervoza, era aprezêtar o breve da sua commissão; porem o P. M. ouviu dizer, que o ouve; mas que o visse, ou que o buscasse, não lhe passou tal por pensamento. Em fim farlhe-hei merce delle; pera que entenda, que os Escriptores Cistercienses, senão fomos tão applaudidos do

do vulgo , nem taõ liberaes de palavras, como o P. M; ao menos fomos mais curiozos. Este breve , ou Bulla, que à instancia do Infante D. Henrique, Duque de Vizeu, cõcedeo o Papa Eugenio 4. pera q̃ o M. Joaõ , Bispo de Lamego, vizitasse a ordem de Christo , anda impresso em hum memorial, que offereceraõ a El-Rey D. Joaõ o 4. no anno de 1648. o D. Prior, & mais Religiozos Thomaristas , sobre o dinheiro dos tres quartos ; pera q̃ naõ se divertisse da fabrica , & obras do Convento, & cazas delle : he dado em Florença no anno do Senhor 1434. a os dez das kalendas de Dezembro, & do Pontificado de Eugenio 4. anno 4: começa; *Super gregem Dominicum nostræ divinitus vigilantia &c.* concede nelle o Papa, que o dito Bispo vizite a ordem de Christo, naõ cõ poderes absolutos, mas limitados, & coartados; porque naõ lhe cõcede outra couza, senaõ que veja as leys antigas da ordẽ, feitas nos Capitulos gerais passados; & as que achar por informaçãõ do Infante, & dos seus Cavalleiros, q̃ boamente ja se naõ podiaõ comprir, & que ja eraõ pezadas

aos Cavalleiros, pela diversidade dos tẽpos, as revogue, & anule, & em seu lugar ordene outras mais proporcionadas, & accomodadas no tempo actual: as q̃ revogar, & anular, q̃ declare por authoridade Apostolica, em como os Cavalleiros ficaõ desobrigados de as cõprir; & sobre as q̃ puzer de novo, imponha as penas necessarias, pera bem se guardarem, & observarẽ: & nada mais lhe concede; nẽ revoga a Bulla de Joaõ 22. de que uzavaõ os nossos Abbades, nem dà poder ao Bispo, pera izetar a ordẽ de Christo da obediencia de Calatrava, nem dos Dons Abbades de Alcobaça. Por tanto , tudo o que diz , & tem dito neste particular o P. M. que o Bispo Joaõ contendera com os Dons Abbades de Alcobaça, que lhe custara muito o ponto da izençaõ , que tirara a ordem de Christo da jurisdicãõ de Calatrava, & da obediencia dos ditos Abbades, tudo foi sonho, & quimera, & livremente dito ; nem tem replica, que o P. M. possa allegar em contrario : & isto bastava pera minha justificaçãõ , & pera se por perpetuo silencio em quanto o P. M. dis, & vai dizendo nesta pri-

primeira fatisfação sobre a Ordem de Christo; porque não tendo o Bispo, (como não teve) poder para obrar esses milagres, que o P. M. lhe attribue, debalde se cansa o P. M. em querer persuadir o contrario: porem eu ainda com tudo quero hir seguindo, & proseguindo ao P. M.

Dis elle, que tira a sua consequencia acima das minhas palavras, & que do mesmo, que eu digo, se colhe, que o seu Bispo entrou nesta empreza com poderes superiores aos dos nossos Abbades; porem eu nas ditas minhas palavras disse duas couzas diversas, sem resolver: a saber disse, que o Bispo João seria chamado para vizitar a Ordē de Christo, ou por nossos Abbades não quererem consentir na mudança dos Estatutos, ou tambem por se entender, que não bastavaõ para tanto os poderes ordinarios dos mesmos Abbades. Ambas estas duas couzas eu disse, & com nenhuma dellas comcorda, nem de alguma dellas se segue a consequencia do P. M. Não se segue da primeira; porque, se os Abbades não quizerão consentir na mudança, quem dirá, que de elles não quererem

consentir se segue, que eraõ maiores q̃ os seus os poderes do Bispo? Tambem não se segue da segunda; porque se o Bispo foi chamado por se entender, que não bastavaõ para fazer a vizita os poderes ordinarios dos Abbades, da hi não se prova, nem collige, quantos, nem quais fossem os ditos poderes ordinarios; porque a intelligencia, ou conhecimento alheio, & extrinseco nada poem, nem tira na couza, que se conhece: & da mesma forte, que no cazo, que se entendesse q̃ bastavaõ, não bastão elles, isso não os acrecentava, nem fazia maiores; assim tambem no cazo contrario, ainda que parecesse, que não bastavaõ, isso nem os diminuiu, nem fez, que fossem inferiores aos poderes do Bispo. Alem do que, se com effeito entenderão, que não bastavaõ, o que nós não consta, nem eu affirmei, enganaraõse de meyo a meyo; porque tudo quanto fez o Bispo João na sua vizita, tudo podiaõ fazer os nossos Abbades sem nova autoridade Apostolica, em virtude da Bulla, de que uza-vaõ. O muito, & mais, que fez o Bispo, foi, que deu algumas leys, & estatutos aos

Cavalleiros; porem essas mesmas leys, & novas constituições lhes podiaõ tambem dar, & davaõ com effeito os nossos Abbades. O muito, & mais, que trouxe o Bispo, & em que o P.M. enche muito a bocca, foi o titulo de Reformador da Ordẽ de Christo; porem esse mesmo titulo, & perpetuo, tinhaõ tambem os nossos Abbades. Nestes termos, se os Abbades tinhaõ, & podiaõ tudo, quanto pode, & teve o Bispo, dõde vai aqui a consequencia do P. M. ? donde vai, que os poderes do seu Bispo eraõ maiores, que os dos nossos Abbades? Mas considero ao P. M. impaciente, & que me pede a prova deste maravilhoso poder, (assim lhe chamara,) dos Dons Abbades de Alcobaça na Ordẽ de Christo: quazi que estive pera não lha dar; porque, se elle leu o meu livro as muitas vezes, q̃ disse no principio deste seu caderno, là a tinha tit. 7. fol. 138: & por se a cazo me recuzasse de sospeito, a tinha tambẽ no livro dos estatutos da ordem; no nosso *Cister Militante*; na Monarquia Lusitana, & em outros AA. mais: vem a ser esta prova, não algumas memorias do P. Pau-

lo, nem do P. Jorge, mas a mesma Bulla da Creação da Ordem, pela qual o Papa João 22. a fogueitou aos nossos Abbades; palavras da Bulla: *In prædicto autem ordine, per nos, ut præmittitur, noviter instituto, dilectus filius Abbas Monasterij de Alcobaça Cister. c. Ordinis, Ulyssip. Diac. qui est, & erit pro tempore visitationis, & correctionis officium, tam in capite, quam in membris, quoties expedierit debeat exhibere, corrigens, & reformans in eo futuris temporibus, quæ correctionis, & reformationis auxilio &c.* Eis aqui tem o P. M. clara, & expressamente na palavra *reformans*, o titulo de Reformador; & nas mais superabundante autoridade, pera os Dons Abbades de Alcobaça poderem fazer na Ordẽ de Christo novas leys, & novas definições; pera poderem alterar os estatutos antigos com tudo o mais, q̃ vissem ser necessario pera maior bem da Ordem: O que elles com effeito fizeraõ desde o principio da Ordem, até o tempo de Paulo 3: assim o tê a Monarquia Lusitana p. 6. liv. 19. cap. 7. fol. 308. col. 1. & se ve claramente das Actas dos capitulos gerais dos

dos Cavalleiros, feitos em Thomar; aos quais capitulos presidiaõ os nossos Abbades, & os confirmavaõ: assim o dis a Monarquia Lusitana no lugar acima; & eu no meu livro pello que achei nas escrituras dos nossos livros dourados; & ainda direi na 2. parte da minha Historia. Peloque hoje não acabo de entender o fim, nem a rezaõ, com que foraõ buscar a Vizeu ao Bispo do P. M; tendo em sua caza, & nos nossos Abbades, com menos trabalho, isso mesmo, que lá foraõ buscar; difficuldade, que tambem reconhece a Monarquia Lusitana, & pertendeo desculpar no lugar acima.

De todas estas premissas, ou noticias, se alguma couza se houvesse de seguir, havia de ser com mais rezaõ, não a consequencia do P. M; mas se havia de seguir, que eraõ iguais entre si os poderes dos nossos Abbades, & os do Bispo; & eu facilmente viera nisso; porque como ja não he, nem se segue o primeiro intento do P. M; no mais (de que elle me não argue) tenho muito pouco empenho; porrem ainda assim digo, que o poder, & autoridades dos

nossos Abbades, não eraõ inferiores, não iguais aos poderes do Bispo, mas eraõ muito maiores, & muito mais estimaveis, & excellentes os poderes dos Abbades. Provo: o poder, que trouxe o Bispo, foi por sò huma vez, era poder delegado, & como tal limitado, que com qualquer leve, & frivola rezaõ de ebargos se podia desvanecer; & o poder dos Abbades era perpetuo, era ordinario; & como tal, geral, & absoluto, & sem limitação alguma; & ja se ve que he maior, & mais estimavel hũa jurisdição ordinaria, perpetua, & absoluta, que não hum poder delegado, & limitado pera hũa sò vez. A consequencia não ha mister provada, acreditasse por si mesma: a maior he a que necessita de prova; porque parece, que tambem a autoridade dos Abbades era delegada. Por isso o poder do Bispo João foi delegado, porque não era devido, não proprio da sua pessoa, não da sua dignidade Episcopal, não elle o teria se o Papa Eugenio 4. lho não delegasse; por quãto a ordẽ de Christo *ex natura sua* não era sogeita aos Bispos de Vizeu, nem os ditos Bispos eraõ os Dic-

cezanos de Thomar, nem de Craſto marim, os dous aſſentos da ordem; *ſed ſic eſt*, que tambem os Abbades de Alcobaça não eraõ Diecezanos da dita ordem, nem lhe era devida a jurisdição, que tinhaõ sobre ella, nem elles a teriaõ, ſe o Papa Joaõ 22. lha não delegaſſe: logo, ou ambos eſtes poderes erã delegados, ou ambos ordinarios. Pera dezatar eſta conſe- quencia, (que he minha, & não do P. M.) havemos de ſuppor do direito Canonico, que ha tres eſpecies de legados Apoſtolicos: os primeiros ſaõ os *legados à late- re*; os ſegundos ſe chamaõ *legati miſſi*, ſaõ os Nuncios, ou outro qualquer miniſtro, que manda o Papa a negoci- os particulares, & acabado o negocio, acabou a commiſ- ſaõ, & a legacia; os ultimos ſe chamaõ *legati nati*, & ſaõ aquelles, *quibus annexus eſt ho- nor legationis, eo quòd perpe- tuo cohæret dignitati ipſorum*; iſto he, aquelles, que tem annexa a legacia à ſua digni- dade, & não à peſſoa; pera ſempre, & não por tempo limitado, & que ainda que acabem, ou morraõ, ſempre a legacia fica viva na digni- dade esperando pello ſucceſ-

ſor; *cap. 1. de Officio legat. in 6. Barb. in cap. 1. de Offic. le- gat. Flaminio de Reſign. benef. Sebastianus Cæſar de Hierar- ch. eccleſ. p. 1. diſput. 3. de Le- gatis*, & outros: havemos de ſuppor mais, que das tres eſ- pecies referidas a jurisdição dos primeiros dous he dele- gada, & ſò a dos terceiros he ordinaria, & abſoluta; *cap. 2. de Offic. legati in 6. Barb. in Jus Canon. tom. 1. fol. 257. n. 6.* & outros muitos Dou- tores: iſto aſſim ſuppoſto, ſai- bamos agora o Biſpo Joaõ, & os noſſos Abbades, que le- gados foraõ na ordem de Chriſto? Sem que ſeja neces- ſario muito eſtudo ſe ve cla- ramente, que o Biſpo pertenc- ce à ſegunda eſpecie dos *le- gati miſſi*; porque foi manda- do a ſò hum negocio por tẽ- po limitado, & porque, aca- bado o negocio, acabou a ſua commiſſaõ: & os Abbades foraõ dos terceiros, dos *le- gati nati*, porque a ſua com- miſſaõ foi perpetua, foi poſ- ta na dignidade, & não na peſſoa; não acabava com os Abbades, & ainda hoje du- raria, ſe o meſmo Principe, q a instituio, & creou, por ou- tro decreto expreſſo a não revogaſſe. Que foſſe perpe- tua, & que foſſe poſta na di- gni-

gnidade; & não na pessoa, a legacia dos nossos Abbades, se ve com a mesma clareza, alem do effeito, que assim o mostrou, da mesma Bulla da sua creação: & instituicão, palavras da Bulla supraz *dilectus filius Abbas monasterij de Alcobaça qui est, & erit pro tempore visitationis, & correctionis officium quoties expedierit debeat exhibere, corrigens, & reformans in eo futuris temporibus &c.* na palavra *dilectus filius Abbas* se mostra, que foi posta a legacia na dignidade, & não na pessoa; na palavra *quoties expedierit* se nota a generalidade; & na palavra *qui est, & erit pro tempore*, & na outra *futuris temporibus* se ve que foi pera sempre, & sem limitacão algũa: & sendo assim os nossos Abbades *legati nati* na ordem de Christo, consequentemente a sua jurisdicão foi ordinaria; & a dita ordem ficou sendo como provincia sua; & elles como Diecezanos dos Cavalleiros: & por segunda consequencia o dito seu poder foi maior, & mais estimavel, & mais excellente, q o do Bispo; por o do Bispo ser delegado, & limitado; & o dos Dons Abbades geral, ordinario, & absoluto; con-

tra o intento, & consequencia do P. M.

Do P. M. S. MARIA

pag. 19.

S Abemos tambem, & não o nega o P. M; que hum clerigo Provedor do Hospital de S. Eloy se animou a contender, & com effeito se levantou a maiores; (são palavras do P. M.) & rezistio, & finalmente venceu ao Abbade de Alcobaça D. Fr. Pedro Nunes, não obstante toda a sua autoridade, & respeito: pois porque não se animaria o nosso Bispo (& tal Bispo) armado com poderes Pontificios, & assistido &c.

REPOSTA.

Continua o P. M. Francisco de S. Maria no efforço, que vê fazendo desde o principio, pera mostrar, em como o seu Bispo não havia rezaõ, pera que temesse contender com os Dons Abbades de Alcobaça: & como se este ponto fosse algum artigo de fé, que pella sua escuridade necessita de similes, & analogias, pera se fazer crer, & persuadir, se val aqui o P. M. de dous exemplos, pera nos facilitar esta crença do mi-

misterio, que nos vem pregãdo. O primeiro exemplo he o de hum clerigo, o qual fes huma demanda em juizo cõtencioso ao nosso Abbade Dom Fr. Pedro Nunes, sem o temer, nem reparar na sua personagem. Confesso, q̃ foi huma grande valentia de coraçãõ, & que mereceo este clerigo hũa estatua no mesmo cãpidoleo Romano: porrem, se o P. M. se havia de valer destes exemplos, oh quẽ o adivinhara! pera lhe mandar huma lista de até seiscentas demandas, das muitas, q̃ temos no nosso cartorio, nas quais os vassallos deste Mosteiro, partes ainda mais fracas, que o bom clerigo, se animaraõ a contender naõ menos, que com toda a autoridade do seu senhorio; mas da hi q̃ se segue ao nosso intento? Porventura, que os vassallos provaõ de animozos, ou que nos perdem o respeito, quando nos fazem demandas? ou que o Bispo João izentou a ordem de Christo da obediencia dos nossos Abbades, que he o cazo da nossa contenda? pois, se nada disto se prova, a que vem aqui o exemplo do clerigo? As demandas fazemse ao mesmo Rey; & nem por

isso nos admiramos; nem o vassallo prezume que mede as forças com o seu Principe, quando lhe fas demanda: peloque fallou impropriamente o P. M; porque he linguaagem muito impropria esta; *animouse a contender, & com effeito se levantou a maiores: sendo o cazo, ou contêda huma demãda judicial; nas quais naõ se prova o animo, nẽ a valentia das partes, senaõ a rezaõ, & a justiça, quem a tem.*

Do P. M. S. MARIA

pag. 19.

Concluo com este exemplo. Refere o P. M. que hum Monje de Alcobaça chegara a pegar do Arcebispo de Lisboa D. Iorge de Almeyda, & o puzera em corpo, & alma (saõ palavras suas) fora da Igreja daquelle Mosteiro; & se havemos de crer, que hũ Monje, sem nome, se animou a hũ tal descomedimento, & a huma acção taõ insolente, que o P. M. conta como proeza, com a pessoa de hum Arcebispo, que pella sua dignidade, & sangue era &c.

REPOSTA.

E Ste segundo exemplo he o de hum Monje de Alcobaça; o qual vindo, o Arcebispo Dom Jorge de Almeida ao Mosteiro pera tomar posse da Real Abbadia, como seu Commendatario, por morte do Cardeal Rey D. Henrique, este monje, & os mais lhe defenderão a dita posse por todos os me-yos, que puderaõ; este foi o cazo: mas este cazo a que vem ao nosso? ou que tira delle o P. M. ao nosso intento? Por ventura entende o P. M. que o seu Bispo Ioaõ izentou a Ordem de Christo dos nossos Abbades às pancadas; assim como os Monjes de Alcobaça defenderão ao Arcebispo *cum gladiis, & fustibus* a posse, que intentou tomar do Mosteiro? Poiz, se nada disto houve no negocio da izenção, nem o dito negocio tem paridade alguma com o cazo do Arcebispo D. Jorge, pera que nos anda cansando o P. M. com similes tam sem semelhança? Ultimamēte se me pergunta o P. M. porque se me fes tão difficultozo, que o seu Bispo Ioaõ, assistido de poderēs

Reays, & Apostolicos, se animasse a contender com o D. Abbade de Alcobaça? Respondo, que não duvidei, nem difficultei do animo, nẽ do valor do seu Illustrissimo Bispo; mas do poder que elle não teve, pera izentar a Ordem de Christo. Neguei, que o dito Bispo com effeito izentasse a dita Ordem dos nossos Abbades, mas não porque duvidasse do valor do Bispo, nem do seu coração, nem porque entendesse que os nossos Abbades eraõ tam carrancudos, ou de tão mau aspecto, que metessem medo à gente; nem este negocio era tal, que dependesse de valor, nem, que se houvesse de fazer por briga, ou pendencia, em que os dous contendedores provassem as forças, nem mostrasse cada hum a valentia do seu punho; mas todo meu escrupulo esteve, em que achey, que o Bispo Ioaõ, nem izentou a Ordem de Christo, nem teve autoridade Apostolica pera o poder fazer: & assim admiro muito ao P. M. que se cansasse em buscar, & amontoar palavras pera hum assumpto tão fora dos termos da boa rezaõ. Daqui, & desta pergunta, que me faz o P. M.

M. se deixa ver claramente, que elle não percebeo bem a chamada Profopopeia das minhas palavras; nas quais eu na minha Historia mostrei admirarme do valor do seu Bispo, por se animar a contender não menos, que com toda a autoridade, & respeito dos Dons Abbades de Alcobaça: porque não foi duvida, nem espanto, que eu fizesse; mas foi ironia, de que uzei, pera notar os enfeites suppostos, & apparentes, de que o P. M. acabava de vestir o seu Bispo Ioaõ.

Do P. M. S. MARIA

§. 3 pag. 20.

V Ay continuando o P. M. &c. prosegue no §. 4. dizendo, q̃ não examinei a verdade em dizer, que a Ordẽ de Christo foi sogeita à Ordem de Calatrava em Castella; & forma contra este meu dizer dous argumẽtos: o primeiro fundado na autoridade da Monarquia Lusitana, que na 6. p. Luc. 19. cap. 8. diz expressamente, que a Ordem de Christo nunca foi sogeita à de Calatrava.

Basta que isso diz a Monarquia Lusitana? porventura a Monarquia Lusitana he algũ

livro canonico? Não poderia alguma ves enganarse o seu Autor como homem? Ora perguntõ ao P. M: Errou a Monarquia Lusitana nas couzas que disse, & o mesmo P. M. refere &c.

R E P O S T A.

A Cabados ja os enfeites do Illustrissimo Bispo D. Ioaõ, vemse chegando o P. M. Francisco de Santa Maria pera o primeiro ponto da nossa cõtenda; no qual eu por autoridade da Monarquia Lusitana segui contra elle, q̃ a nossa Ordem de Christo nunca foi sogeita à Ordẽ de Calatrava. Mas âtes que responda ao P. M. sera bem lembrar ao curiozo Leytor, o que lã lhe adverti no principio; que o P. M. na primeira entrada deste seu caderninho pag. 16. pera eu crer na santidade do seu Bispo, se empenhou, em me persuadir a grande verdade da Monarquia Lusitana, & a obrigaçãõ, que me corria, pera eu a venerar, como a Autor de caza, & de tanto lustre da minha Ordem. Agora ja parece, que estã de outro acordo; & por se ver apertado da autoridade da Mo-

Monarquia, entra em contrario empenho; & vem dizendo, que nada faz contra elle a Monarquia, por quanto seu Autor, ou errou, ou podia errar, como homem; & se o P. M. desse a rezaõ do seu dito; se propuzesse outros milhores fundamentos, nos quais mostrasse o engano da Monarquia, faria o que fazem todos; porque cõ outras milhores rezoens he licito arguir a hum escritor; porem o P. M. nenhuma rezaõ dà do que diz; senão diz livremente, que podia errar a Monarquia, & passa adiante. Por este modo bem podia o P. M. escrever quanto quizesse, & dé onde der; & a quem o arguisse de falso com outros A.A. por se no principio de dizer, que podia errar; & posto no tal principio podia dormir seguro; porq̃ certamente ninguem o havia de convencer, nem colher, ainda que o P. M. escrevesse quimeras, ou sonhos; porem este modo de proceder he mui alheio de hum homem douto.

A Monarquia Lusitana assim he, que não he livro canonico, & seu Autor bem podia errar como homẽ: porem em quanto o P. M. não

mostra com outros milhores fundamentos em que errou, tem a Monarquia muita autoridade; & està em pẽ o que ella diz; q̃ a Ordẽ de Christo nunca foi sujeita à Ordẽ de Calatrava. Nos lugares, que aponta o P. M; em que eu argui a mesma Monarquia, dei a rezaõ do meu parecer; & se o P. M. fizesse o mesmo, nada teriamos, que lhe estranhar: porem dizer livremente, que a Monarquia não merece credito no q̃ escreveo, sem dar alguma rezaõ de o dizer, mais que sò, por não ter outra reposta, q̃ lhe dar, he muita paz, & socego d'alma! Acrescenta o P. M; que bem pudera insistir nesta sua reposta, mas antes parece, q̃ pertende vendernos a fineza de não insistir nella: eu porẽ não me dou por obrigado a essa tal fineza; porq̃ em boa verdade quizera ver as rezoens, que dava o P. M. em contrario da Monarquia; porem elle deve de as guardar pera outra melhor occasiaõ.

Do P. M. S. MARIA

§. 4. pag. 21.

P Resegue o P. M. no §. 5. & funda a sua segunda prova contra mim no estylo, que
E obser-

observou sempre a sua Religião na ordem das filiações dos conventos, pela qual a Ordem de Christo, como filha do Abbade de Alcobaça, não podia ser sujeita à Ordem de Calatrava, que seguia outra linha diferente &c.

Esta prova, que o P. M. allega, & avalia por efficacissima, tem muito facil solução, a qual se colhe do q̃ o P. M. diz nos lugares citados à margem. Nelles affirma, que supposto q̃ cada convento segue a ordem das suas filiações, & por esta ordẽ o Abbade Neto he sujeito ao Abbade Padre, & este ao Abbade Avo; com tudo muitas vezes se tem invertido esta ordem por postulação dos Reys, & resolução dos Pontifices, & o mesmo P. M. o confessa fallando nomeadamente das Ordens Militares pag. 21. &c.

R E P O S T A.

NA minha Historia dei a primeira noticia ao P. M. Francisco de S. Maria do excellente governo Monastico da Sagrada Ordem de Cister (a que chamamos das filiações) governo veneravel; porque foi instituido no primeiro capitulo geral, que ou-

ve na christandade entre Regulares, & com especial assistencia do Spirito Santo (segundo lemos nas Bullas Apostolicas, que o confirmão) ordenado pelos Padres primeiros de Cister, todos hoje Santos canonizados; & escripto pelo Mellifluo Doutor da Igreja N. P. S. Bernardo, que foi o Secretario do capitulo. Por este governo floreceraõ nossos Monjes neste Reyno a tẽo tempo del-Rey D. Sebastiaõ; & se governaõ ainda hoje por elle em França, & Flandes, & nas outras provincias, aonde os Abba-des são ainda perpetuos. Da natureza deste governo tirei huma rezaõ contra o P. M. a q̃ elle agora vẽ respõdendo; diz pois: Que seja muito embora que os nossos Mosteiros, & Abbades sigaõ a ordem das filiações; porem, que essa serie por mim mesmo não he invariavel, mas antes, q̃ muitas vezes se tem invertido, segundo eu mesmo confesso: & que se tem sido invertida, & variada nas outras Ordẽs, porque tambem o não seria na Ordem de Christo a respeito da de Calatrava? que nenhuma implicancia apparece, nem se dà, pera que a dita Ordem de Christo não obstan-

obstante que na sua primeira fundação foi fogueira aos Dões Abbades de Alcobaça, ao depois o Pontifice, variando a essa tal filhação, a não adoptasse à Ordem de Calatrava; & o seu Bispo, annos adiante, a não izentasse da dita Ordem Calatravense.

Esta resposta do P. M.; bem considerada, vem a ficar em questão de possível; & sendo a nossa contenda sobre o que foi, & sobre o que succedeo com effeito: isto he; sobre se o Bispo Dom João com effeito izentou a Ordē de Christo da obediencia de Calatrava, & dos Dons Abbades de Alcobaça; he muito pera admirar, que entenda o P. M. nos paga com questões de possível; questões absolutamente alheas, & que não tem lugar, nem se devem admittir na Historia; quando ainda nas Philosophias nem todos os Mestres as querē tratar; porque havēdo tanto que saber, & que esquadrinhar nos arcanos da natureza, nas couzas que temos à vista, parece inutilidade consumir o tempo em investigar com hum discurso limitado huma macha tam vasta de possíveis, que a mesma Divina Omnipotēcia não podē esgotar. Sendo

isto assim, & empenho inutil tratar em questões de possível, admiro outra vez muito ao P. M. que recorresse na Historia pera semelhante meyo. E senão concedo que pode variar o Papa a serie das filhações; q̃ podia adoptar a Ordem de Christo à Ordē de Calatrava; que podia o Bispo Dom João tirar a dita Ordem de Christo da obediencia dos Castelhanos; tudo isto concedo de possível, que são termos, em que se poz o P. M. logo variou o Papa a serie, & succedeo com effeito tudo o mais? Não se segue; assim como tambem não se segue de ser possível, & de ter o Papa autoridade pera fazer Bispos, que faça este, nem aquelle, nem que o haja de fazer; & pois do ser possível nada se prova na Historia, & nada se segue no effeito, aonde vai aqui a defesa, ou a resposta do P. M.? Veja pois se tem outras rezoens, que nos dé, ou outros documentos, com que mostre, que em effeito a Ordem de Christo foi fogueira à de Calatrava; & então lhe daremos licença, pera que diga em publico, q̃ a minha prova, q̃ tirei cōtra elle, do governo das filhações, tem muito facil solução.

Do P. M. S. MARIA

pag. 22.

A *Cresce, que não he tão indubitavel, como o P. M. suppoem, a filiação da Ordem de Christo a respeito dos Abbades de Alcobaça nos tempos antigos; porque muitos annos depois da instituição daquella Ordem a fogueitou o Papa Pio 2. ao Abbade de Morimundo em França, como refere a Monarquia Lusitana 6. p. Luc. 19. cap. 7. & posto que ali se diga, que a Bulla não teve effeito, sempre se colhe desta noticia, que os Pontifices não sò podião, mas costumavaõ fazer, & variar essas filhaçoens &c.*

R E P O S T A.

N O §. immediato a este, ja pera o fim, disse o P. M. Santa Maria estas palavras formaes: *confesso, que a Ordẽ de Christo na sua fundação foi fogueita aos Abbades de Alcobaça &c.* Agora sinco regras abaixo não mais, torna a dizer, que não he tão indubitavel, como eu supponho, a filiação, ou fogueição da dita Ordem de Christo aos nossos Abbades nos tẽpos antigos,

Os tempos antigos da quella Ordem he tempo da sua fundação; ou seja o tempo, que for; se temos expressa, & impressa a Bulla do Papa Joaõ 22. ja muitas vezes allegada; & se o livro dos Estatutos da mesma Ordem, com todos os Autores, que della escreverão, *nemine discrepante*, dizẽ que a Ordem de Christo foi fogueita aos Dõs Abbades de Alcobaça a tẽ o tempo del Rey D. Joaõ 3. que rezaõ tẽ, nem pode ter o P. M. pera ainda agora duvidar do que todos dizem? A rezaõ q̃ elle dà, vem a ser; porque Pio 2. fogueitou a dita Ordem aos Dons Abbades de Morimundo em França: mas se o mesmo P. M. reconhece que esta Bulla de Pio 2. não teve effeito, que fas, nem desfas contra nòs a dita Bulla Piana? Ainda o P. M. não sabe tudo; porque não só os Dons Abbades de Morimundo se intitulaõ ainda hoje, & pertẽdẽ que lhe seja fogueita a Ordem de Christo, mas tambem o pretendem os Reverendissimos Dons Abbades de Cister; & huns, & outros tem seus fundamentos, como direi na 2. parte da minha Historia: porem se esses fundamentos, & as suas pertençaens

ens nunca passaraõ de bons desejos, nunca tiveraõ effeito; porque sò o tiveraõ as Bullas dos Dons Abbades de Alcobaça; que importa que là ao longe, & à revelia se chame meyo mundo cabeça, ou Perlado da Ordem de Christo? o cazo de Pio 2. passou assim; não que o dito Põtifice tirasse positivamente da filhação, ou obediencia de Alcobaça à Ordẽ de Christo, mas o D. Abbadẽ, que entaõ era de Morimundo, vẽdendo-se, por muito zelozo da obfervancia da sua Ordẽ, pediu autoridade a Pio 2. pera vizitar as Ordens Militares de Hespanha, que professavaõ as leis de Cister, quais eraõ neste Reyno as de Christo, & Avis; & em Hespanha as de Calatrava, Montezã, & Alcantara: & ainda q̃ obteve a graça, não uzou della; porque em Hespanha não o quizeraõ nunca consentir, como a subrepticio; & a exẽplo dos Castelhanos nem os nossos em Portugal. Vejase o Doutor Samper, a Monarquia Lusitana, o nosso Cister Militante, & a outros A.A. mais. Na quillo que ultimamente dis o P. M; que sempre se colhe da dita Bulla de Pio 2. que os Pontifices não sò

podiaõ, mas costumavaõ variar a serie das nossas filhações, parece superfluidade affectada, ou falta de reflexaõ, fahir ainda agora com hum tal *colliges*; porq̃ se o P. M. nas primeiras regras desta presente reposta pag. 21. deste seu caderninho a caba de citar os lugares da minha Historia, em que eu digo as muitas vezes, que os Pontifices com effeito tem invertido a dita serie; & o que mais he; se està vendo isso mesmo cõ seus olhos nos nossos Mosteiros deste Reyno já emancipados, ou livres da fogueiaõ de França, a que fim vem agora dizendo (como se fosse alguma grande novidade) q̃ essa tal noticia se tira da Bulla de Pio 2. Dé o P. M. a cada hum o seu; & se tirou aquella noticia do meu livro, não negue a obrigaçaõ, que me deve.

Do P. M. S. MARIA

pag. 23.

Porem ainda não he estareposta em que me fundo; as que acabei de dar foi, pera que se visse que nem a autoridade da Monarquia Lusitana, nem o estillo das filhações da Sagrada Ordem de Cister, q̃ são.

os

os dous argumentos do P. M., fazião couza alguma contra mim, no cazo que eu dissesse, q̃ a Ordem de Christo fosse fogueita à Ordem de Calatrava; porem eu não disse tal. Agora fica o P. M. admirado, & não pode acabar de me crer.

Ora vamos ao §. 2. desta sua invectiva, & vejamos o q̃ o P. M. refere, que eu dissera no Ceo aberto. As minhas palavras são estas: Reformou o nosso Bispo esta Illustrissima Ordem, dandolhe nova regra, & novas definiçoens; porque a tè entã observava as de Calatrava, de cuja jurisdição a eximio: isto he o q̃ disse; & explicando o meu dito, digo, que a quellas palavras (de cuja jurisdição) se haõ de referir, não à Ordem de Calatrava, se não à regra, & definiçoens da mesma Ordem de sorte &c.

REPOSTA.

E Ste he o primeiro ponto da nossa contenda; & delle tudo, quanto se tem dito a tè qui, se pode chamar accessório. Escreveo na sua Cronica o P. M. Francisco de S. Maria do seu Illustrissimo Bispo D. João não sò que

vizitara a Ordem de Christo, em que todos concordamos, mas que tambem izentara a dita Ordem da jurisdição de Calatrava, & da obediencia dos Dons Abbades de Alcobaça. Eu porem achei na Monarquia Lusitana, no nosso Cister Militante, & em outros Autores mais, q̃ a Ordẽ de Christo nunca foi fogueita à de Calatrava; por isso argui ao P. M; & neguei ao seu Bispo, que tal fizesse. Pareceo ao P. M; no Antiloquio deste seu caderninho, que a averiguação deste ponto era couza muito pouco relevãte perra o asũpto da minha Historia; & o que mais he, q̃ tambem entre nòs tem achado esta opiniaõ Patronos; que tal he a variedade dos pensamẽtos humanos! Porem eu, q̃ obrei seguro na propria consciencia, aos mesmos, que o interpretam assim, faço juizes da cauza. Se a Ordem de Christo fosse fogueita a Ordẽ de Calatrava em Castella, o menos, que da hi se seguia era, que os Dons Abbades de Alcobaça tambem foraõ là fogueitos; esta sequela he evidẽte, porque os Dons Abbades de Alcobaça eraõ Perlados immediatos da Ordem de Christo; assim o temos na Bulla

Bulla da fundação da Ordē. E como hum corpo (ainda q̃ seja moral) não possa ter duas cabeças immediatas, porq̃ seria monstruozo, segundo os termos do cap. *Quoniam in plerisque: de Offic. Ordin.* se os de Calatrava fossem tambem cabeça, necessariamente haviaõ de ser mediata; isto he, depois do D. Abbade de Alcobaça, por esta serie: os Cavalleiros fogeitos ao Graõ Mestre, o Graõ M. ao D. Abbade de Alcobaça; & deste, por appellação, ao Graõ M. de Calatrava; porque de outra sorte não podia ser, por não podermos admittir, que ambos o D. Abbade de Alcobaça, & o Graõ Mestre de Calatrava fossem immediatos ao Graõ M. de Christo. Agora pēze o P. M. se seria bem, que eu deixasse passar sem exame huma tal sequela, como esta, com injusta derogação da soberania dos nossos Abbades, & da Real, & sempre Augusta Abbadia de Alcobaça. Por escrever o P. M. Purificação, que o M. João, ao depois Bispo de Lamego, fora primeiro recluso; ou emparedado do Convento, de N. S. da Graça antes de ser da comitiva dos Reverendos Padres de Vil-

lar; & porque contou a congregação do Evangelista no numero das que seguem a regra de S. Agostinho, se pos o P. M. de proposito a refutalo, dizendo delle por estes dous motivos não mais, que escreveo sonhos, & quimeras, que errara nove vezes; & que escreveo a de onde der; como se fosse alguma injuria sua, que hum secular antes de ser dos seus, fizesse penitencia, ou fosse emparedado do Convento de N. S. da Graça; ou que a sua congregação se governasse pelos divinos documentos do grãde lume da Igreja o Doutor S. Agostinho, pera o P. M. uzar de termos tão indecorozos a hum escritor, bastando mostrarlhe o cōtrario cõ rezoens solidas. E se o P. M. me tinha dado este exemplo, agora de que se queixa? salvo se pretende que seja materia mais grave, & de maior supposição ser, ou não ser emparedado o M. João de N. Senhora da Graça, do que serẽ os Reverendissimos Dõs Abbades de Alcobaça, & a sua Real Abbadia, fogeitos a hũ Cavalleiro de capa, & espada, ainda que Excellentissimo o Graõ Mestre de Calatrava.

As

As palavras formais do P. M. na sua Cronica, que eu argui, são estas: *Reformou o nosso Bispo esta Illustrissima Ordem, dandolhe nova regra, & novas definiçoens, porque a tẽ entãõ observava as de Calatrava, de cuja jurisdição a eximio &c.* & mais abaixo acrescenta: *O que mais custou ao nosso Bispo foi o ponto da izençaõ, pela repugnancia da Ordem de Calatrava &c.* Destas palavras do P. M. entendi o que as mesmas palavras soaõ; que a Ordẽ de Christo foi fogueita à Ordem de Calatrava; & argui este dizer do P. M. por achar em outros A.A. que a dita Ordem de Christo nunca foi fogueita a Castella. Agora, pera me satisfazer, vem o P. M. explicandose; & diz, q̃ a sua clausula (*de cuja jurisdição a eximio*) se ha de referir naõ à Ordem de Calatrava, mas à regra, & definiçoens da mesma Ordem. Pera boa intelligencia desta distincção do P. M. se deve saber, q̃ em qualquer Ordem, ou Religiaõ, & ainda Republica secular, ha Perlados, que mandaõ; leys, & regra, que se guardaõ; & ha subditos, que obedecẽ; & supposto, que esta palavra *Ordem* em sua plena signifi-

cação comprehende por inteiro a estas tres couzas, *Prelados, Subditos, & Leys*; com tudo, aqui o P. M. mostra, q̃ quer separar, & distinguir entre si a regra, ou definiçoens dos Perlados; & neste sentido he que vem dizendo, q̃ as suas palavras *de cuja jurisdição a eximio*, se haõ de referir, naõ à Ordem: isto he; naõ aos Prelados, mas à regra, & definiçoens de Calatrava. Parece-me, q̃ naõ faltou à verdade nesta interpretação, que dou ao P. M.: agora vejamos se pode subsistir a sua explicação. As palavras, que disse o P. M. na sua Cronica em Portuguez muito claro, que naõ necessitava de commento, são estas, *de cuja jurisdição a eximio*: nestes termos, huma ves que proferio a palavra *jurisdição*, naõ pode, segundo a direito, a dita *jurisdição* referir à regra, & definiçoens de Calatrava, mas de força se ha de referir aos Perlados da quella Ordem; & consequentemente se ha de ter, que o P. M. disse na sua Cronica, q̃ a Ordem de Christo foi fogueita aos Perlados de Calatrava em Castella. Jurisdição, segundo o direito, he o poder, & autoridade de mander

dar viva, & activa, que está no Juiz, ou Perlado: no acto primeiro he o poder, & autoridade pera mandar, & governar os subditos; & no acto segundo he quando o Juiz, ou Perlado actualmente mandaõ, & os subditos lhe obedecem; ou este mandar seja por escrito, ou seja *in voce*: assim o tẽ todos os Doutores Juristas, & Canonistas: *Jurisdicção dicitur à dictione jus, & potestas; ita ut sit idem jurisdicção, ac jus dicere*: Cardozo *in Praxi judicũ*, Angelo *in Sũma, verbo Jurisdicção*, com outros muitos que citaõ. E sendo *jurisdicção* o mesmo que *jus dicere*, necessariamente suppoem potencia viva, & activa, que possa exercitar, & reduzir a praxe essa tal jurisdicção, ou potestade *dicendi jus*. Da qui he, & se segue, que só o Juiz, ou Perlado, são capazes de ter jurisdicção; porque sò elles tẽ a viveza, & actividade, que se requer *ad jus dicendum*. Seguesse mais, que as leys, ou definiçoens, separadas do Perlado, não são capazes de ter jurisdicção; porque assim separadas são mortas, q̃ não tem outro ser, se não o de estarem escritas no livro: & por essa mesma rezaõ são in-

capazes *dicendi jus*. Nem cõtra esta doutrina se pode dizer que as tais leys, & regra (ainda que separadas do Perlado) são partes integrantes da jurisdicção; não se pode isto dizer, porque he falso, q̃ as leys assim separadas sejaõ parte da jurisdicção: quando muito seraõ effeito; mas totalmente distincto, & separado della. Deixadas outras rezoens, as quais trazem largamente os A. A. nesta materia; mostra-se esta verdade em hum exemplo claro, & de fẽ. A ley que deu Moyses ao seu povo, ainda hoje com todas as suas ceremonias, & ritos a temos escrita na Sagrada Biblia; & tambem ainda hoje permanecem, & ha os subditos, que guardaraõ a dita ley, que são os Hebreos; & mais com tudo, não ha, nem a jurisdicção Real, nem a ecclesiastica dos ditos Hebreos. Huma, & outra, segundo a fẽ, estão de todo extinctas, & acabadas em tal forma, q̃ nem ainda por precizaõ nossa mental se pode admittir sacerdocio, nem sceptro Real Hebreo, total, nem parcial, segundo as profecias de Jacob no Genes. cap. 49. & de Daniel cap. 9. Pois porque, se ainda ha as mesmas leys,

F

que

que havia, & os mesmos Hebreos, que guardavaõ as ditas leys? Direi; porque falta o Principe secular, & o Summo Sacerdote da Synagoga: por isso aindaq̃ haja leys, & mais leys, não ha, *neque partialiter*, a jurisdição Real, nem a ecclesiastica dos Hebreos. Sinal he logo evidente, que a jurisdição nem està nas leys, nem as leys entraõ no conceito de jurisdição; são hum effeito muito distincto della; ou pera melhor dizer, são hũa lux, & guia pera saberem os subditos o que devem obrar: mas isso he sòmente *ad melius esse*; porque o Perlado, ou Principe, são a ley viva, que basta pera hum bom governo, sendo a sua vontade regulada pela recta rezaõ. Confirmase esta doutrina do uso, que vemos observar em todas as profiçoens, ou sejaõ as nossas dos regulares, ou as q̃ fazem os Perlados inferiores aos maiores; porque não promettemos obediência as leys, senão ao Perlado, segundo a regra: não dizemos: *Promitto obedientiam legibus, aut regulæ*: senão; *Promitto tibi, Reverendissime Domine, obedientiam secundũ canonicas sanctiones*; final he logo certo, que as leys não são as que rece-

bem a obediencia; & consequentemente nem as q̃ exercitaõ a jurisdição. Confirmase mais; porq̃ os ministros inferiores tem verdadeira jurisdição; & cõ tudo não podem fazer leys, senão o Principe: final he logo evidente, que as leys, & constituições não entraõ no conceito de jurisdição. De tudo o dito temos, que *jurisdição* he o poder de mandar vivo, & activo, que reside no Juiz, ou Perlado: temos mais, que as leys separadas do Perlado são huma couza morta, & como morta incapazes *dicendi jus*; isto he, de terem, & exercitarem jurisdição: agora ao nosso cazo. Disse o P. M. S. Maria na sua Cronica, que o Bispo Ioaõ eximira a Ordẽ de Christo da jurisdição da Ordem de Calatrava; pois necessariamente a palavra *jurisdição* se ha de referir aos Perlados, & não às leys, nẽ definiçoens Calatraveses; porque as tais leys são huma couza morta, que nem tem, nem podem ter jurisdição. Se o conceito do P. M. na Cronica fosse este mesmo, que nos diz agora no caderinho, tinha obrigação de fallar assim: *De cuja observancia a eximio*; porque as leys o que

que tem, não he jurisdicção, fenaõ observancia; & nem ainda effa observancia he filha das ditas leys; mas nasce ou do juramento, & voto com que eu me obrigo a ellas, ou da coacção do Principe, com que elle me obriga a guardal-las: porem huma vez que e-screveo a palavra *jurisdicção*, tenha paciencia; porq̃ *apud doctos* (que dos mais; ou do seu applauzo pouco cazo se deve fazer) forçosamente se ha de referir a dita palavra, não aos estatutos, ou leys, mas aos Perlados Calatravẽses.

Do mais que diz pera diante o P. M. na Cronica se confirma, que a sua palavra *jurisdicção*, forçosamente se ha de referir não às definições, & regra, mas aos Perlados de Calatrava. Diz assim: *O q̃ mais custou ao nosso Bispo foi o ponto da izençaõ, pela repugnancia da Ordem de Calatrava; mas estas mesmas contradicções vencidas gloriosamente por elle &c.* A qui diz o P. M. que a Ordem de Calatrava repugnou, & contradisse ao Bispo sobre este mesmo ponto da izençaõ: logo se ouve repugnancia, & contradicção, necessariamente os Perlados de Calatrava a fize-

raõ; porque as leys, & definições per si não podiaõ repugnar, nem tem actividade pera contradizer. Facilmente, como costuma, dirã o P. M. que sim; que os Perlados foraõ os que rezistiraõ: porem que isso foi pera que a Ordem de Christo não deixasse as cõstituições; & não que quizessem defender jurisdicção alguma, a qual não tinhaõ sobre a Ordem de Christo. Mas pergunto; & se os Perlados de Calatrava não eraõ superiores da Ordẽ de Christo, que lhe hia em q̃ os Cavalleiros de Christo em Portugal guardassem, ou não as suas definições? Os Calatravenses eraõ Castelhanos, & se não eraõ seus superiores, não tinhaõ communicacão com os Cavalleiros de Christo; nestes termos quẽ lhe foi levar a Castella, q̃ os Cavalleiros de Christo em Portugal deixavaõ os seus por outros estatutos novos? Mas quero conceder, que o foubessem; & pelo faberem, que mandaraõ a Portugal fazer a rezistẽcia ao Bispo: està bem; mas esta rezistencia como a fizeraõ? Porq̃ sò a podiaõ fazer por dous modos; ou em publico, ou em particular; ou judicialmente, ou

em particular defafiando, como Cavalleiros, ao Bispo: não se deve admittir, q̃ mandassẽ de Castella defafiar, nem ameaçar a hum Bispo; logo de necessidade havemos de dizer, que essa tal, ou qual repugnancia, que fizeraõ, a fizeraõ *via ordinaria*; porem por esta via se os Perlados de Calatrava não tinhaõ jurisdicção sobre a Ordẽ de Christo, não puderaõ resistir ao Bispo, nem fazerlhe a repugnancia, que nos diz o P. M. Provo. Sea Ordẽ de Calatrava não era superior da Ordẽ de Christo, as duas eraõ separadas, & alheas entre si; & sendo ambas separadas, nada importava, nem havia rezaõ alguma de interesse, pera que a Ordem de Calatrava impedisse aos Cavalleiros de Christo, q̃ deixassem os seus por outros estatutos, ou regra; assim como nada importa, nem ha rezaõ alguma em direito, pera q̃ se lhes dé aos Religiosos de S. Francisco, q̃ deixem a sua regra por outra os Padres de S. Domingos: he certo. E sendo isto assim, não tinha a Ordem de Calatrava acção juridica pera repugnar ao Bispo, nẽ pera ser ouvida em juizo contencioso contra os Cavalleiros de

Christo sobre esta materia dos seus estatutos. Se fosse sobre alguma divida, ou fazenda usurpada entaõ sim poderiaõ demãdallos diante de Juiz competente: porem sobre guardarem estas, ou aquellas leys, não sendo os Cavalleiros de Christo seus subditos, não podiaõ os de Calatrava intentar acção cõtra elles, nem fazer na materia repugnancia algũa contenciosa. A acção judicial se define assim: *Fus agendi, & persequendi quod sibi debetur, aut detinetur: ex princip. inst. de act. Pegas de Obligat. tom. 3. cap. 8. n. 1.* com todos os D.D. Juristas, & Canonistas: da qui he, segundo esta definição, que aquelle, *cujus non interest, agere non potest*; & sem acção judicial *judicia exerceri non possunt. l. si pupilli §. videmus, ff. de negot. gest.* em tal forma, que *agens sine actione repellitur à judicio, etiam parte non opponente; & exceptio carentie actionis impedit litis ingressum.* Pegas *supra* com todos os D. D. Agora ao nosso caso: se a Ordem, ou os Perlados de Calatrava, não tinhaõ jurisdicção sobre a Ordem de Christo, como vem dizendo o P. M. no seu caderninho, nada

nada lhe hia , nẽ importava, que a dita Ordem de Christo mudasse dos estatutos velhos, & aceitasse a nova regra, que o Bispo Ioaõ lhe dava: he certo; & se nada lhe hia nisso, carecia de acção judicial pera poder ser ouvida na materia: & se não tinha acção , não pode fazer a repugnancia, nẽ requerer em juizo sobre a tal materia dos estatutos ; he o q̃ fica provado pelos textos , q̃ referi. Porem o P. M. constantemente affirma na Cronica, que a Ordem de Calatrava repugnou com effeito ao Bispo; & que o dito Bispo venceo, & triumphou gloriosamente dessa tal repugnancia Calatravense: logo pela Cronica do P. M. a Ordem de Calatrava era superior da Ordem de Christo : logo, estando pela Cronica, não pode subsistir à explicação do caderninho. Mais breve: ou a Ordem de Calatrava era superior da Ordẽ de Christo, ou não: se não era superior , não repugnou, nem pode repugnar ao Bispo, pela carencia de acção pera o poder fazer : porem o P. M. diz na Cronica, que repugnou : logo era superior, & tinha jurisdição sobre a Ordem de Christo logo a palavra *juris-*

dição pelo mesmo P. M. de força se ha de entender dos Perlados Calatravenfes. Escolha o P. M. o que for servido; mas sempre cõ a obrigação, ou *onus* de se desfizer; porque se quizer sustentar a repugnancia , q̃ disse na Cronica, como essa repugnancia não se pode fazer sem acção, & jurisdição , ha de revogar a explicação do caderninho; & se quizer ter maõ no que vem agora dizẽdo no caderninho ha de confessar q̃ pintou como quiz na Cronica; & que não houve repugnancia alguma, que fizessem ao seu Bispo os Castelhanos Calatravenfes. Deixo à parte, q̃ essa tal repugnancia, que pintou o P. M. na Cronica , se ouvesse de fazella a Ordẽ de Calatrava , nem havia de ser ao Bispo D. Ioaõ, nem neste Reyno, mas em Roma; porq̃ sò a Curia Romana era territorio cõmum, & igualmente seguro por ambas as nações Portugueza, & Castelhana; como tambem porque sò ao Pontifice pertẽcia conhecer, & decidir o ponto controverso de huma Religiaõ querer, ou não querer estas, ou aquellas leys. O Bispo em virtude da cõmissaõ, de que uzava , poderia obrigar, ou absol-

absolver os Cavalleiros de Christo; porem como essa cõmissão era limitada, por ella não podia conhecer das novas rezoens dos Calatruenses; & q̃ sendo estas verdades todas evidentes, o P. M. se puzesse a escrever na Cronica palmas, & triumphos, aõde não ouve batalha! Admiravel idea por certo; & mais admiravel explicação do caderninho, pelo que se encontra com a pintura da Cronica!

Do P. M. S. MARIA

pag. 24.

O Meu intêto principal era mostrar, que o nosso Bispo dava novas leys à quella Ordem; & como o darlhe novas leys incluia por consequencia a izençaõ dos antigos, dessas antigas digo que a eximio &c.

R E P O S T A.

PAra corroborar o P. M. Santa Maria a sua explicação acima, vem aqui dizendo, que dar o seu Bispo novas definiçoens, & nova regra aos Cavalleiros de Christo, incluio por conse-

quencia a izençaõ das antigas; porem esta consequencia he falsa: porque he falso dizerse, que o dar, ou admittir novas leys inclue por consequencia a izençaõ das antigas: mostra-se em muitos exemplos; mas baste este por brevidade. Os nossos Santissimos Padres Cistercienses quando fahiraõ de Molismo fizeram novas leys, & novas definiçoens; porque fizeraõ a carta de Caridade; o livro dos Usos; & outras leys mais: & nem por isso excluiraõ, nẽ era necessario q̃ excluísse a regra Benedictina, que primeiro haviaõ professado em Molismo: & sennaõ digame o P. M: se hoje se formasse huma recoleta dos seus Padres de S. Eloy, esses tais recoletos he certo, que haviaõ de fazer novas leys da sua mais estreita observância: agora pergunto; & por essas novas leys haviaõ de deixar as antigas, ou não? se as deixavaõ, ja não era recoleta dos Reverendos Padres de S. Eloy; era huma nova Ordem, ou nova Religiaõ, com sua regra feita de novo: & se as não deixavaõ, logo he falso, o que suppoem o P. M; que o dar, ou admittir novas leys inclue por consequencia

quencia a izençaõ das antigas: & sendo fallã esta suppozição, ainda a tẽ qui não tem o P. M. nem provou o seu intento, que pretendia.

Do P. M. S. MARIA
pag. 24.

E Is aqui dezarmada, & desfeita tam facilmente a bataria, que acestou contra mim o P. M. & sobre que faz tantos estremecimẽtos, & tantos gastos superfluos de papel, & tinta.

REPOSTA.

D Iz aqui o P. M. que deixa desfarmada, & desfeita a minha bataria; eu porem, porque reprovo o jugar de palavras, remeto a decisam deste ponto ao Douto Leytor, q̃ he o tribunal aonde direitoamente pertence; porque eu, ou o P. M; que o digamos, importa muito pouco. Na sua Cronica escreveo o P. M. do seu Bispo Ioão, que izentara a Ordem de Christo da jurisdicção de Calatrava: eu mostreilhe cõ a Monarquia, & outros A. A. que a Ordẽ de Christo nunca foi fogueita a Castella. Respondeo o P. M; explicandose no seu ca-

derninho, que a sua palavra *jurisdicção* se havia de referir, não a ordem de Calatrava, mas as leys, & regra da mesma Ordem; & eu mostreilhe neste papel, que as leys, & regra, separadas do Perlado eraõ huma couza morta, & como tal incapazes de ter jurisdicção; por tanto q̃ de necessidade a dita palavra se havia de referir aos Perlados Calatraveses. Agora se de todas estas premissas se segue que o P. M. tem desfeito as minhas batarias, *descendat in arenam* todas as vezes, que for servido. Eu bem o confesso Gigante; & que o P. M. sò a hũa parte basta pera desafiãr *ad singulare certamen* a hũ exercito inteiro de fabios; porem nunca nos faltará ao menos huma pedrinha pera fazermos tiro, mas que seja de longe, à grande testa deste agigãtado Golias: huma pedra limpissima tirada da torrente dos Doutores, ornada de huma erudição pura, & clara, & tão corrente como as mesmas agoas: *limpidissimos lapides de torrente*. E se eu, usando de rezoens solidas, faço gastos superfluos de papel, & tinta, aonde hiraõ os que faz, quem joga fomite de palavras, q̃ não

naõ servem de outra couza mais, que de espantar ignorantes?

Do P. M. S. MARIA
pag. 26.

P Rossegue o P. M. & diz, q̃ eu fallara cõ menos rezaõ, quando affirmei, q̃ o nosso Bispo eximira a Ordem de Christo da sôgeiçaõ dos Abbades de Alcobaga, & faz nesta materia dous argumentos contra mim, ou allega duas provas: a primeira he: o livro das constituições da Ordem de Christo, no qual tres regras mais abaixo do lugar, em que eu o citei, se diz que Paulo 3. no anno de 1542. izentara a Ordem de Christo da superioridade, que nella tinhaõ os Dons Abbades de Alcobaga; a segunda prova he tirada da Monarquia Lusitana, a qual tambem diz, que Paulo 3. fizera a dita izençaõ. Aqui se lhe representou ao P. M. que me deixava vencido, & prostrado, & q̃ de todo me atava as maõs; mas enganouse; ambas as suas provas se reduzẽ a huma sã, & he esta: Paulo 3. izentou a Ordem de Christo da jurisdiçaõ dos Abbades de Alcobaga; logo naõ a izetou o Bispo Dom Joaõ? Respondo facil-

mente, & digo: que he verdade que Paulo 3. izentou com effeito, & na execuçaõ a Ordem de Christo da jurisdiçaõ dos Abbades de Alcobaga; mas isso naõ tira, que tãbem a houvesse muitos annos antes izentado o nosso Bispo; ainda que tal vez naõ fosse com inteira execuçaõ, & effeito &c.

REPOSTA.

D Eixada ja a Ordem de Calatrava, entra o P. M. Santa Maria no segundo ponto da nossa contenda. Havia elle dito na sua Cronica, que o seu Bispo D. Joaõ izetara a Ordẽ de Christo da obediencia dos Dons Abbades de Alcobaga; eu podem mostreilhe na minha Historia, que o Papa Paulo 3. & naõ o seu Bispo, foi o que fez a tal izençaõ; porque assim o tem a Monarquia Lusitana, & o livro dos Estatutos da Ordem; & assim consta da Bulla do mesmo Papa; & ainda diz mais a Monarquia Lusitana; porque acrescenta, que os Dõs Abbades de Alcobaga continuaraõ com effeito em governar a dita Ordem de Christo a tẽ o tempo de El-Rel D. Joaõ 3; que foi o que

o que impetrou a Bulla do Pontifice Paulo 3: palavras da Monarquia *parte 6. fol. 308. col. 1.* *E com esta superintendencia* (sobre a Ordem de Christo) *continuarão os Abbades de Alcobaça a tè o tẽpo del-Rey D. Joaõ 3.* Tambem mostrarei na 2. parte da minha Historia, que o Infante D. Affonso, sendo Comendatario de Alcobaça, ainda como tal governou a Ordem de Christo em quanto viveo; o que consta de alguns documentos da Torre do Tombo, que darei no dito lugar; & por morte deste Infante expedio Paulo 3. a Bulla da izenção no anno de 1542.

Contra mim, & contra todas estas rezoens vem agora o P. M. neste seu Caderninho; & na falta de documentos autenticos, & verdadeiros (q̃ lhe não seria facil achar e contrario das Bullas Apostolicas, & dos documentos da Torre do Tombo) vem outra vez com outros subterfugios, mas ineptos, & sã ferrem mais, que os que os Latinos chamaõ *Amussis alba*; porque vem dizendo, que he verdade, que Paulo 3. izentou a Ordem de Christo da obediencia dos nossos Abba-

des com effeito, & na execucao; mas que tudo isto não tira que tambem o seu Bispo a izentasse muitos annos antes, ainda que tal vez não fosse com inteira execucao, & effeito. Estã muito bem fallado; & temos as partes quasi cõcordadas: mas pergunto; & se o Bispo não izentou a Ordem de Christo inteiramente; fenaõ pôs em effeito a essa sua izenção, que veyo finalmente a fazer? Nada: logo mal se pode dizer, que izentou a Ordem de Christo dos Dons Abbades de Alcobaça. Pera eu aqui me dezmbaraçar do P. M. basta-me o rescripto acima, ou Breve da Commissão do Papa Eugenio 4; porque nelle (como ja disse) não deu o Papa poder algum ao Bispo pera izetar os Cavalleiros, nem a sua Ordem da obediencia dos nossos Abbades: logo inutilmente recorre aqui o P. M. pera a distincão proposta; porque não tendo o Bispo (como não teve) poder pera entrar em semelhante negocio, impertinente couza he vir dizendo, que izentou a Ordem de Christo, ainda que talvez não fosse cõ inteira execucao, & effeito: nestes termos respondo a tudo

do quão aqui amontoa o P. M. cõ hũa sò palavra. He falso dizerse, q o Bispo D. Joaõ izentou a Ordem de Christo dos Dons Abbades de Alcobaça; porque o Papa na sua commissão não lhe deu poder pera tal. Agora examinemos a distincção do P. M. aomenos por gastar papel.

Como o P. M. não teve noticia do Breve de Eugenio 4. & não podia negar a Bulla de Paulo 3. q citei contra elle, vem a partido comigo na sua distincção: reparte a obra entre o seu Bispo, & o Pontifice Paulo. Nestes termos, não vejo como possamos entender a sua distincção, ou repartição; fenaõ dizendo, que o Bispo fez a izençaõ quanto era no seu intento, ou da sua parte; & como não chegou a conseguila, nem passou de a dezejar, a fez o Papa Paulo 3. & a executou. De sorte q o Bispo (pelo mesmo, que confessou o P. M.) entrou nesta obra; mas sò com a intençaõ, ou dezejo; & o Papa com a execuçaõ, & effeito. Em Deos S. Nosso pode ser, & se admitte esta serie de obrar; primeiro na sua intençaõ, & aodepois na execuçaõ, quando poem actualmẽte *extra causas* as obras, que

havia ideado; porque a sua Divina intençaõ he eterna, & permanente, & pode mui bẽ esperar pelo tempo da execuçaõ: porem no Bispo não foi assim; porque a sua intençaõ; ou intentos acabaraõ com elle; & o que elle não fez na vida, tudo se desvanecce, & parou em nada: & de nada, ou de cousa nenhuma ninguem com verdade se pode chamar autor: somente em algumas esmolos, ou legado pio poderia ter parte o Bispo, ainda depois de morto; mas isto seria se deixasse dinheiro pera ellas, que he a principal parte da execuçaõ: de outra sorte os seus intentos, & nada era tudo hum. Daqui he, que pera o Bispo poder ser autor da obra da izençaõ, devia concorrer o seu intento pera a execuçaõ della *aliquo modo*. A execuçaõ fela Paulo 3. mais de hum seculo depois de morto o Bispo; & aonde se conservou nesse tẽpo entermeyo o seu intento, pera concorrer depois de cem annos com a execuçaõ, q fez o Pontifice? Dirã o P. M. que se conservou, ou ficou nos mesmos estatutos, que fez o Bispo na sua vizita; porq não apparece outra sahida pera onde

onde o P. M. possa recorrer: porem esta reposta não pode subsistir, & por duas rezoões; a primeira, porq̃ o Bispo nẽ fez, nẽ teve autoridade pera poder fazer estatuto algum, pelo qual a Ordẽ de Christo se exemptasse da obediencia dos nossos Abbades: & a segunda, porque Paulo 3. não confirmou os estatutos do Bispo, mas quẽ os confirmou foi seu predecessor Julio 2. assim o tẽ o livro dos Estatutos da Ordem, & a Monarquia Lusitana nos lugares acima citados; & o mesmo P.M. o não nega. Nestes termos, na obra da izenção, que fez Paulo 3. sò elle teve parte; & a dita Ordem foi toda sua tanto na intençaõ, como aodepois no effeito: porq̃ supposto huma vez (como todos dizem) que não foi Paulo 3. mas Julio 2. o que confirmou os estatutos do Bispo, & que nenhum estatuto fez o Bispo a este intento, não mostrarã o P. M. principio algum, por onde o dito seu Bispo possa ter parte nessa tal izenção de Paulo 3. dado, & não concedido, que o Bispo fizesse algum estatuto, no qual deixasse ordenado, que os Dons Abbades de Alcobaça sennaõ interme-

tessem mais no governo da Ordem de Christo; nesse caso negado, pera o Bispo poder ter parte na izenção da Ordem, o mesmo Papa (que reduzio a izenção a effeito) havia de confirmar a esse tal estatuto; porem o Papa, que confirmou os estatutos, foi hum, foi Julio 2. & o que fez a izenção, foi outro, foi Paulo 3: logo nenhum fundamento tem o P. M. pera dizer, que o seu Bispo izentou (quanto era da sua parte) a Ordem de Christo da obediencia dos nossos Abbades.

Do P. M. S. MARIA

pag. 27.

Provo esta consequencia cõ huma paridade, que não tem solução. o Papa Julio 2. obrigou a Ordem de Christo a humas novas leys; mas isso não tira, que muitos annos antes lhe houvesse dado o nosso Bispo as mesmas leys à dita Ordem: logo por modo semelhante; o izentar Paulo 3. muytos annos depois a Ordem de Christo da jurisdição dos Abbades de Alcobaça não tira &c.

R E P O S T A.

V Er a innocencia, comq̃ o P. M. vem argumentando, & armando as suas paridades sobre principio falso, por não ter noticia do Breve de Eugenio quarto! Mas ainda este não he o mayor discuido seu, senão que uza de rezoas negativas em Apologia, dizendo: *que bem pudera ser &c. q̃ isso não tira que o seu Bispo não izentasse &c.* Não está o ponto no que poderia ser; senão q̃ era obrigado o P. M. a mostrar o que foi, & succedeo em verdade. Respondolhe ao pè da letra. A chamada consequencia, q̃ o P. M. Santa Maria aqui intenta provar, vem a ser; que ainda q̃ Paulo 3. (diz elle) izentou a Ordē de Christo da obediencia dos Doñs Abbades de Alcobaça, porem que isso não tira, que o seu Bispo muitos annos antes a não houvesse também izentado; & prova esta sua inferencia com huma paridade, da qual absolutamente affirma, que não tem soluçãõ. Mas antes de outra couza se deve advertir, que he falso dizerse que Iulio 2.

obrigou os Cavalleiros de Christo a humas novas leys: porque Iulio 2. (como tem a Monarquia Lusit. & o livro dos Estatutos da Ordem) o que fez, foi; confirmou, ou mais propriamente tolerou os estatutos, ou larguezas antigas, que o Bispo D. Ioaõ havia introduzido na Ordem de Christo: quando o dito Bispo foi chamado pelo Infante D. Henrique pera vizitar os Cavalleiros de Christo, permittio-lhes huns costumes mais largos, que haviaõ sido da Ordē extinta do Templo; & dado que notaraõ logo os Cavalleiros, que o Bispo se estendera ao que não podia; porem, como eraõ larguezas, & liberdades, pegaraõ facilmente: & querēdo aodepois o Senhor Rey D. Manoel (como Mestre da Ordem) acudir aos escrupulos dos Cavalleiros, & seus, que sempre haviaõ feito dos estatutos do Bispo, supplicou ao Papa Iulio 2. que cõfirmasse, ou mais propriamente tolerasse as ditas larguezas, com supplemento dos defeitos, que intervieraõ na dita vizita: isto foi (segundo a Monarquia) o que fez Iulio 2. & não que obrigasse os Cavalleiros a humas novas

novas leys, como o P. M. diz: mas eu quero suppor, & quero conceder ao P. M. que o Pontifice Julio deu as novas leys aos Cavalleiros, que o seu Bispo havia dado primeiro: tudo isto passe, porem dahi que tira o P. M. que a mesma izençaõ, que fez Paulo 3. primeiro a havia feito o seu Bispo? Nego. A diversa rezaõ he; porque Julio 2. por isso deu aos Cavalleiros as mesmas novas leys do Bispo, porque confirmou os mesmos estatutos, & a mesma vizita do dito Bispo; he certo, nem o P. M. o nega: porem Paulo 3. não confirmou estatuto algum do Bispo, nem tal Bispo lhe passou por pensamento; se os confirmasse, ou se, quando izentou a Ordem de Christo da obediencia dos nossos Abades, fosse confirmando estatuto algum seu do Bispo, no qual elle dispuzesse, ou deixasse ordenada a tal izençaõ, entãõ sim colhia em forma a paridade do P. M. estavaõ os dous cazos iguais; & supposto o primeiro, não se podia negar o segundo; porẽ, claudicando o caso de Paulo 3. nada colhe, nem prova a paridade de Julio 2. A Bulla de Paulo 3.

de q̃ temos noticia, foi de *Monu proprio*; appareça outra, que seja de confirmação como he a de Julio 2; & se sobre ella eu não der reposta em forma, poderã entãõ o P. M. dizer com melhor fundamento, que a sua paridade não tem soluçaõ. Ver a paz comq̃ o P. M. rezolve, & conclue os seus discursos! o como dà tudo por certo, & acabado, sãõ lhe occorrer a mais leve duvida em contrario! Que o Bispo deu as mesmas leys (diz elle) à Ordem de Christo muitos annos antes, & as mesmas, q̃ aodepois lhe deu Julio 2. não tem duvida: logo porque não poderia succeder o mesmo no ponto da izençaõ? logo nada val o argumento tirado do livro das Constituições, & da Monarquia Lusitana. Ha tal modo de concluir! & que parentesco tem entre si; que influxo directo, nem indirecto; fisico, nem moral, a confirmação, que fez Julio 2. pera o q̃ fez, ou podia fazer o Pontifice Paulo 3? sem grãde milagre bem poderia não succeder o mesmo; porque poderia não querer o Pontifice Paulo, ou poderiaõ não lho pedir os Cavalleiros, cõ outras innumeraveis rezoẽs em

em contrario, que se podem excogitar de possível; as quais podiaõ dar-se no facto de Paulo 3. ainda que não houvessem succedido no outro de Julio 2. Demais do que ja eu disse, que na historia não se permittiaõ estas rezoens de possível; estes poderias; fenaõ o que foi com effeito. Mas o segundo logo do P. M, ainda està mais dissonante. Logo (diz elle) nada val o argumento tirado da Monarquia, & do livro das Constituiçoẽs. E porque val nada? porque não ha de valer? A Monarquia, & o livro dos Estatutos são dous autores conhecidos, & recebidos de todos; ambos estaõ dizendo constantemente, que os Dons Abbades de Alcobaça governaraõ a Ordem de Christo atè o tempo de Paulo 3. & que outros autores mais graves, que os dous, tẽ allegado contra elles o P. M. pera proferir, & inferir que val nada o argumento tirado dos ditos autores. Mas vamos adiante; porque ainda me resta muyto, em que haverei mister boa paciencia.

Do P. M. S. MARIA
fol. 28.

V Isto que o P. M. tantas vezes falla por conjecturas, & ajuiza como lhe parece, tambem eu agora quero ajuizar hũ pouco, & digo; q̃ o nosso Bispo quanto era da sua parte fez as duas couzas: a saber as Constituiçoẽs novas, & a nova izençaõ; porem como havia de dar conta dellas ao Pontifice, & em Portugal não faltariaõ difficuldades na execuçaõ de huma, & outra; porque a Ordem de Calatrava não levaria a bem, que a de Christo deixasse as suas Constituiçoens antigas pelas modernas, & os Abbades de Alcobaça encontrariaõ a izençaõ da superioridade, que tinhaõ sobre a mesma Ordem: estas contradiçoens seriaõ a cauza de tamanha dilacaõ. Nem isto tira de se attribuir ao nosso Bispo a izençaõ da Ordem de Christo &c.

REPOSTA.

T Emos aqui huma confissaõ paleada do P. M. porisso duvido muito que lhe aproveite. Obrigado finalmente da rezaõ, & convencido

vencido da autoridade do livro dos Estatutos da Ordẽ, diz aqui o P. M. Santa Maria, que o seu Bispo na izençaõ da Ordem de Christo somente fez o que era da sua parte opprimido, & fõmergido das contradicoens, q̃ achou nos Dons Abbades de Alcobaça: mas he muito pera observar a lingoagẽ exquisita, de que uzou aqui, porque todas as oraçoens deixa suspensas; & sendo o P. M. tão liberal em concluir *a dé onde der*, a qui não uzou do seu estylo: *fez o nosso Bispo quanto era da sua parte* (diz elle) *as constituições novas, & a nova izençaõ; porem como havia de dar conta dellas ao Pontifice*: Diz, que o Bispo havia de dar cõta ao Pontifice; mas não resolve, se a deu: diz que não faltariaõ difficuldades na execução; mas não acaba de afirmar, se as houve: diz, que os Abbades de Alcobaça encontrariaõ a izençaõ; mas não acaba de concluir, se a encontraraõ: diz, que estas contradicoens seriaõ a cauza de tamanha dilaçaõ; mas não acaba de dizer, se o foraõ; nẽ declara, que dilaçaõ foi esta. Parece que lhe amargavaõ na bocca estas verdades; porisso mastigou tanto, pera mo-

strar mais o fastio: emfim pera bons entendedores basta tocar. Bem entendemos, que o Bispo fez nada na izençaõ da Ordem de Christo; q̃ isso quer dizer, que fez somente o que era da sua parte: bẽ entendemos que teve difficuldades na execução; que os Dons Abbades de Alcobaça o encontraraõ; & que as suas contradicoens foraõ a cauza de tamanha dilaçaõ; que houve desde os bõs desejos do Bispo atẽ a execução da obra, ou atẽ o tempo em que Paulo 3. de seu *Motu proprio* revogou as Bullas, de que uzavaõ os Abbades, ja mais de cem annos depois de morto o Bispo: tudo isto entendemos bellamente que quiz dizer o P. M. dandoque o proprio peço lhe fez fazer a confissão imperfeita. Agora peço eu ao Lector que se lembre da pompa de palavras, com que lá no principio deste seu caderninho o P. M. veyo pintando o valor, a valentia, a alta dignidade, & os grandes poderes do seu Bispo, com que elle entrou, & sahio neste negocio da izençaõ da Ordem de Christo; vencendo, & triunfando dos Dons Abbades de Alcobaça. *Pois que gran-*

grandezas são estas (preguntava-lhe o P. M. a fol. 18.) dos Abbades de Alcobaça, de que se havia de temer o nosso Bispo? Que grandezas são? Respondo: as que bastarão para o Bispo não fazer mais, que o que era da sua parte; que foi o mesmo que nada; as que bastarão para não poder executar, nem por em effeito os seus bons desejos. Mas para mayor energia desta inconftancia do P.M. quero ajuntar aqui humas palavrinhas da sua Cronica: diz assim no liv. 3. cap. 9. fol. 589. O que mais custou ao nosso Bispo foi o ponto da izençaõ, pela repugnancia da Ordem de Calatrava, & do Abade de Alcobaça; mas estas mesmas contradicções vencidas gloriosamente por elle fizeram o seu nome mais illustre, & lhe grangearam applauzos, & agradecimentos, não só do Infante D. Henrique, & de toda a Ordẽ, mas de todo o Reyno. Acabada felizmente esta função de tanto credito seu, voltou para Castella o nosso Bispo, &c. Linda pintura por certo! & o melhor que tem, são as sombras. Isto cá do Caderninho, a saber; que o Bispo não pode fazer outra couza, senão o que era da sua parte, & que

as contradicções dos nossos Abbades lhe suffocaraõ os seus bons desejos: estes escuros fazem sahir melhor as finissimas tintas do quadro na Cronica. De sorte que na Cronica venceo o Bispo gloriosamente as contradicções dos Dons Abbades de Alcobaça; a vitoria da izençaõ, que alcançou delles, fez o seu nome mais illustre; lhe grangeou applauzos, & agradecimentos da Ordem, & de todo o Reyno: & no Caderninho não pode reduzir a effeito essa mesma izençaõ; nada mais pôde fazer, senão o que era da sua parte. Na Cronica acabou felizmente a função da izençaõ; & no Caderninho deixou-a no ar; não passou de bõs desejos, não lhe deu inteira execuçaõ, & effeito. Na Cronica todo este Reyno teve muito que louvar, & muito que agradecer ao Bispo; & no Caderninho nada; porq̃ fez nada, que diremos a isto? Deixo-o ao parecer do P. M.; & sòmente lhe lembro, que a sua pintura da Cronica estava muito boa para se applicar à vitoria, que de algum tyrano alcançasse o seu Bispo em obsequio da fê; mas não para o cazo presente dos Dons Abbades de Alcobaça,

ça, em que os ditos Abbades
nem contenderão com o Bis-
po, nem foraõ vencidos del-
le, nem houve pera que; por-
que o Bispo não teve autori-
dade do Papa pera fazer a
izenção, em que estamos: &
como a não teve, não o te-
nho por tal, que se metesse
nesse empenho. Logo com q̃
fundamento se pos o P. M.
a escrever na sua Cronica,
batalhas, vitorias, palmas,
triumfos, que nunca houve?
Emfim bastame, que depois
de o P. M. ter pintado na sua
Cronica os triumphos do seu
Bispo, q̃ acabamos de ver, eu
o obrigasse no Caderninho
a dizer outra couza.

Do P. M. S. MARIA
pag. 28. & 29.

Isto he ajuizar, mas eu não
me fio em juizos, & muito
menos no proprio; & prescin-
dindo delles, digo, que tive, &
tenho solidos fundamentos pera
affirmar, & fundados nelles
affirmo, que o nosso Bispo izen-
tou a Ordem de Christo dos
Dons Abbades de Alcobaça,
&c.

REPOSTA.

ANtes que vamos adia-
te protesto, que o P. M.
não pode ter fundamentos
solidos, pera o que affirma;
pera dizer que o seu Bispo
D. Joaõ izentou a Ordem de
Christo dos nossos Abbades:
porque o rescrito Aposto-
lico da sua cõmissão não lhe
deu autoridade pera o poder
fazer. Agora sobre esta sup-
pozição diga o P. M. quanto
quizer.

Do P. M. S. MARIA
pag. 29.

OP. M. pera que lhe crea-
mos muitas couzas, das q̃
refere, nos aponta hum sò au-
tor; ponho exemplo, &c. Ago-
ra peço ao P. M. hum pouco de
paciencia, & que se digne de
ouvir tambem a minha repre-
henção. Deve advertir o P.
M. que hum historiador, antes
que se ponha em publico, tem
obrigação de duvidar; & du-
vidando, de ver os autores
mais graves, & conhecidos, que
escreverão sobre a materia, &
sobre a presente da vizita do
nosso Bispo, &c.

H RE-

REPOSTA.

R Eprehendeme o P. M. Francisco de S. Maria, de eu não ver a todos os autores, que escreverão sobre a Ordem de Christo. Certifico-lhe em boa verdade, que vi muitos; & tão curiozamente, que sendo elles tantos, não me escapou entre todos o insigne Agostinho Barboza; sendo que as materias, que tratta, são diversissimas da Ordē de Christo: mas ainda comtudo o achei sobre esta mesma materia no seu tomo *Sūma Apostol. decis. collect.* 3 19. pag. 233. & no dito lugar faz huma lista de todos os mais autores, que até o seu tempo escreverão sobre a dita Ordem, & não são poucos: peloque pouca rezaõ considero no P. M. pera me reprehender, por eu não ver os autores, que escreverão sobre a materia; & muito menos por eu não duvidar: quando eu porisso mesmo, porq̃ duvidei, o argui a elle. Mas saibamos, que autor exquisito he este, que ainda não vi; porque pode ser algum autor estrangeiro, ou algum moderno, do qual não será muito, que eu ainda não tenha noticia.

Do P. M. S. MARIA

pag. 30.

E Sobre a materia presente da vizita do nosso Bispo, tinha o *Illustrissimo Arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha* na 2. part. dos *Arcebispos da mesma Cidade* p. 2. cap. 35. pag. 237. onde diz estas formais palavras, fallado da *Ordem de Christo*: Izentouse ahi mesmo &c. Eis aqui hum autor da primeira classe, que dá por consequencias, ou resultancias da vizita do nosso Bispo as duas izenções da Ordem de Christo; huma a respeito dos estatutos de Calatrava, & outra a respeito dos Abbades de Alcobaça &c.

R E P O S T A.

E Bem! este era o autor exquisito? O Senhor Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, hum escritor dos mais excellentes deste Reyno? Pouco deve a minha curiosidade ao P. M. Santa Maria: vi, & folheeí muitas vezes a este grande escritor; por final, que assim sobre este ponto, como sobre o Seminario de S. Eloy, elle foi o q̃ mais me

me ajudou contra o P. M. Mas vejamos o que diz aqui o Senhor D. Rodrigo; palavras suas no lugar acima citado: *Izentouse assi mesmo das obrigaçoens dos estatutos de Calatrava depois da reforma do Bispo de Lamego, & Vizen Dom João, o que fundou neste Reyno a Congregação, que chamamos vulgarmête de S. Eloy, cujas virtudes escreveremos na 3. parte: & neste mesmo tempo parece, que sabio tambem da foyeção dos Abbades de Alcobaça &c.* Estas as palavras do Illustrissimo Dom Rodrigo da Cunha; porem em todas ellas não vejo, que o Illustrissimo Bispo D. João exemptisse a Ordem de Christo dos Dons Abbades de Alcobaça: mas antes entendo (enganarmehei) que mais faz contra o P. M.; que por elle esta autoridade do Arcebispo; porque elle (esse pouco que diz) o diz em duvida; o que se nota na sua palavra, *parece*; juntamente fallou por modo impessoal, ou neutro, sem determinar pessoa algũa, q̃ tirasse a Ordem de Christo da foyeção dos Abbades. Diz, que a Ordem sahio; mas não declara, quem a tirou; agora pergũto: ou o Illustrissimo D. Rodrigo tinha pera

si, que o Bispo D. João izentou a Ordem de Christo da obediencia dos nossos Abbades; ou não? Não podemos dizer, que o tinha pera si; porque nesses termos he evidente, que elle o havia de declarar: he certo, que não havia de fallar em duvida, dizendo, *parece*; nẽ havia de fallar por modo neutro; porque o Bispo não era desse genero: Porem elle que fallou em duvida, & por modo impessoal, tem tocar em pessoa, nem expressar, quem foi esse, que tirou a Ordẽ de Christo da obediência dos nossos Abbades, he indicio vehemente, q̃ entendia, & tinha pera si, ou ao menos que duvidava, se foi o Bispo autor da tal izençaõ; porque se o entendera com muita facilidade o podia declarar, & dar ao dito Bispo por autor da obra. Confirmase; porque o Illustrissimo D. Rodrigo tocou nesta mesma vizita do Bispo D. João; tocou nesta mesma izençaõ, em q̃ estamos; & nem porisso disse, q̃ o dito Bispo izentara da nossa obediencia a Ordem de Christo. A sua palavra, *izentouse*, he vox passiva; val o mesmo que, *foi izentada*: & dizendo isto o Arcebispo,

naõ declarou a pessoa por quem; & naõ podemos dar outra rezaõ de elle o naõ fazer, senaõ que foi, porque o naõ sabia de certo; nem lhe importava averigualo, por fer noticia fora do seu assumpto. Da mesma sorte na palavra, *sabio*; *sabio tambem da fõgeiçaõ &c.* disse, que a Ordem de Christo sabia; mas naõ disse, quem a tirou; porq supposta a sua duvida, em q estava, reconheceo, q a Ordẽ de Christo podia fahir por muitos modos da obediencia dos nossos Abbades; porque podia fahir, ou por decreto expresso do Papa; ou por renuncia dos Abbades; ou tambem pelo beneficio da prescripçaõ. E como o Arcebispo (ainda que via o effeito) naõ estava certo na cauza; isto he, que naõ sabia por qual destes modos a dita Ordem havia sahido da nossa obediencia, porisso fallou por verbo imperfeito, ou impersoal, sem dizer a pessoa, q a tirou. E sendo tudo isto verdade notoria, & tam duvidosa a autoridade do Arcebispo, quem haverà que diga, que faz ao cazo do P. M? Eu porem, pelo muito q sou amigo da rezaõ, naõ estranho, que o P. M. quando es-

creveo a sua Cronica (supposto o seu grãde empenho em que estava de enfeitar ao seu Bispo D. Joaõ) que interpretasse na Cronica a seu favor as sobreditas palavras do Arcebispo: porem agora depois que eu lhe mostrei na minha Historia fundamentos, & Autores certos, que declaraõ com certeza, quem foi, o que fez a izençaõ, & em que tempo: a saber, o Papa Paulo 3. no anno de 1542; naõ ceder ainda à verdade, mas forcejar ainda contra ella neste seu Caderninho; parece capricho demaziado. Diz mais o P. M; que o Illustrissimo D. Rodrigo dà por consequencias, ou rezultancias da vizita do seu Bispo esta izençaõ da Ordem de Christo. Respondo; q o Arcebispo, aindaque fallou na vizita do Bispo, porem foi como em circũstancia do tempo naõ mais; que isso denota a palavra, *depois*, depois da reforma do Bispo de Lamego; pera se saber, & advertir, quando, & em que tempo se izentou a Ordem de Christo; a saber; naõ logo no principio da Ordem, nem nesse tempo da vizita do Bispo, senaõ depois dita vizita: depois; ou no tempo del-Rey D. Joaõ

aõ 2. ou de El-Rey D. Manoel; ou de El-Rey D. João 3. porque a palavra, *depois*, he indefinita; & comprehende a todo tempo posterior, que tẽ passado depois da vizita, & vay passando atẽ hoje. Se o Arcebispo dissesse; *Na reforma, ou pela reforma do Bispo*; entãõ com mais algũ fundamento se poderia entẽder, que dava a izençaõ por consequencia, ou resultancia da vizita do Bispo; por serem aquellas as palavras cadẽtes, & proprias, com q̃ o Arcebispo podia, & devia explicar o seu conceito; se elle fosse esse tal, que diz o P. M: porem uzando o Arcebispo do termo, *depois*, naõ vejo que tenha, nem apparencia de verdade, que elle quizesse dar a izençaõ da Ordem de Christo por rezultancia, ou cõsequência da vizita do Bispo: assim como neste exẽplo; se elle dissesse assĩ: *Tomou El-Rey D. João 1. a praça de Ceuta depois da reforma da Ordẽ de Christo, & nesse mesmo tẽpo parece, que cazou em Borgonha a Senhora Infanta D. Izabel.* Porventura nestas palavras queria dizer o Arcebispo, que a conquista da praça de Ceuta, & o casamento da Senhora Infanta,

foraõ consequencias, ou resultancias da reforma da Ordem de Christo? He certo q̃ naõ; mas fomenta vem ali a reforma como circumstancia de tẽpo; pera se saber, & notar, quando, & em que tẽpo se tomou Ceuta, & foi o casamento da Senhora D. Izabel. Da mesma sorte no nosso cazo; & senãõ affine o P. M. a disparidade: mas em quanto a naõ affina, temos rezaõ pera dizer, que a autoridade do Arcebispo faz mui pouco ao seu intento. Replicarã ainda o P. M. & dirã, que eu naõ faço bom argumento, nem boa comparaçaõ da conquista da praça de Ceuta, & casamento da Senhora D. Izabel, pera a izençaõ (em que estamos) da Ordem de Christo; porque notoriamente a dita conquista, & casamento naõ tem conexaõ com a vizita do seu Bispo: porem a izençaõ da Ordem de Christo, sim; porque resultou da dita vizita. He a unica rezaõ, q̃ me occorre pode dar o P. M. a minha paridade; mas se isto differ, respondendo; que disso mesmo he que duvidamos, de terem conexaõ entre si a vizita do seu Bispo, & a izençaõ da Ordem de Christo. Prove primei-

meiro o P. M. esta negada; porque atéqui ainda não fez mais, que suppola; & provada, verei o que hei de responder a autoridade do Arcebispo.

D o P. M. S. M A R I A

pag. 30.

NEm a palavra, parece desfaz na probabilidade desta opiniaõ; porque a tal palavra não exclue, antes incluye probabilidade no que historicamente se affirma; aliás digamos, que nada tem de provavel as couzas, que o P. M. diz fundado em inferencias, &c.

R E P O S T A.

A Qui reconhece o P. M. Santa Maria o mesmo, q̃ deixo dito: a saber; que a autoridade do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha não faz tão claramente por elle, como era necessario, visto q̃ o Arcebispo falla em duvida, & uza da palavra, *parece*. Reconhece mais, & confessa que nas historias, nem tudo podem ser certezas; mas que algumas vezes se deve ad;

mittir probabilidade nos Escritores. Chegou o P. M. a fazer esta confissão obrigado da necessidade; por lhe ser necessario ter por si a autoridade acima do Arcebispo Dom Rodrigo, & por não achar outro Autor da sua parte, senão as suas palavras, em que o Arcebispo falla em duvida. O que supposto; muitas, & repetidas graças ao aperto, em que se vio o P. M; pois o obrigou a que mudasse de parecer, & aprovasse aqui o mesmo, q̃ lá havia reprovado no principio deste seu Caderninho. No principio, & logo no primeiro §. desta sua resposta pag. 13. adiantandose o P. M. a dar-me documentos de historiador, vinha dizendo; que era couza muito alheia da segurança, que se dezeja na historia, escrever por inferencias; que val o mesmo, que por opiniaõ: & aqui diz o que acabamos de ver; que, não devo rejeitar a autoridade do Arcebispo, na qual elle fallou por opiniaõ subpena de tambem senão admittir, o q̃ eu digo, fundado em inferencias. Sem duvida que no principio, quando o P. M. me censurou, não advertio em que lhe poderia fer

fer ainda necessario valer-se de algum escritor, o qual tambem (como eu) escrevesse por conjecturas; porque a palavra, *parece*, do Arcebispo tanto monta como as minhas, *supponho*, & *entendo*. E isto me basta; que obrigasse eu ao P. M. a encontrar-se asi proprio, & a valer-se aqui da mesma doutrina, que havia reprovado no primeiro §.

Do P. M. S. MARIA
pag. 30. & 31.

E Quem obra, ou falla seguindo opiniao provavel, obra, & falla prudentemente, & não pode ser arguido, de que escreveo sonhos, & quimeras nunca ouvidas, nem de outro juizo imaginadas, &c.

REPOSTA.

Não posso negar, que quem segue opiniao provavel, obre prudentemente; mas ha de ser com sua distincão; nas materias especulativas, ou morais, que não estão definidas, nem cõdenadas, assim he geralmẽte: porem na historia, havendo

noticias certas, não pode o historiador deixalas por outras noticias duvidozas: & a rezaõ he; porq̃ a obrigação do historiador he inquirir a verdade; & a verdade he o objecto primario da historia; & como a opiniao seja fogueita a engano, & ainda que não contraria, nem contraditoria à verdade; porem he opposta à certeza: da hi vem, que pera cumprirmos com a nossa obrigação devemos rejeitar as opinioes, & seguir sempre os autores, que fallaõ de certo. Quando o escritor não acha noticias certas, entãõ pode licitamẽte seguir, & ainda escolher nos autores opiniao; mas isso será obrigado da necessidade, que fora destes cazos, tem obrigação de seguir as noticias certas, deixadas as opinioes: De outra forte falta à primeira obrigação do seu officio; & ficaria devendo ao leytor a verdade, que todos dezejaõ. O P. M. Francisco de S. Maria neste ponto da izençaõ da Ordem de Christo tinha autores certos; a Monarquia Lusitana, & o livro dos Estatutos da Ordem, os quais ambos dizem com ceteza, que foi Paulo 3. quem fez aquella izen-

izenção : nestes termos não obrou prudentemente em os deixar, sendo elles dous conformes, & certos, por seguir a hum só, q̃ fallou em duvida ; porque foi mostrar pouco dezejo de apurar a verdade, ou foi, que o seu dezejo era fomento pintar, & escrever *a de onde der.*

Do P. M. S. MARIA

pag. 31.

P Or outro modo quero mostrar o grande fundamento, com que fallei. He certo, que muitas couzas, ou pera milhor dizer, quasi todas, as que escreve o P. M. as funda nos manuscritos dos seus cartorios; & procede com muito fundamento; porque os manuscritos, & tradiçoens são sempre a primeira fonte, de qualquer historia, & se lhe deve inteyro credito, quando não ha outros em contrario de igual, ou mayor autoridade. Mas se o P. M. quer, que demos credito aos manuscritos dos seus cartorios, tambem o deve dar aos manuscritos dos meus; porque não sey que haja maior rezaõ, &c.

REPOSTA.

E Stimo muito, que conheça o P. M. Francisco de S. Maria, q̃ eu escrevi cõ grãde fundamento, governandome pelos documentos do meu cartorio; porem em elle querer, que tenhaõ a mesma autoridade o seu de S. Eloy, & o nosso de Alcobaça não lhe confidero tanta rezaõ; porque se dá muyto grãde disparidade entre ambos: o nosso de Alcobaça he hũ cartorio real; taõ antigo como o Reyno; & servio de cartorio dos papeis da coroa, emquanto se não ordenou o da Torre do Tombo; & ainda hoje mandaõ nelle guardar os Reys as copias dos papeis mais importantes da Monarquia: assim o mostrarei na minha 2. parte. E quanto aos documentos, que eu citei delle, tudo são papeis publicos, & autenticos; porque tudo são cartas Reays, escrituras publicas, Bullas Apostolicas, & os livros dourados; os quais não vem, nẽ devem vir debaixo de nome de memorias, nem de manuscritos simplicies; porque são tambem escrituras publicas, &

& tão autenticas, que em fê humana tem autoridade irrefragavel. Foraõ escritos, não pelo P. Paulo, nem pelo P. Jorge; mas com autoridade Apostolica, & Real: & sendo doze grandes tomos, são todos affinados por hũ Legado Apostolico, & pela mesma mão Real do Senhor Rey D. João 3; pera cujo effeito de elle os affinar, todos depois de escritos lhe foraõ levados à cidade de Evora. Estes, & tais são os documentos do nosso cartorio, q citei: porem no cartorio de S. Eloy, attento a ser moderno, não vejo que cite o P. M. na sua Chronica, senão humas certas memorias, ou manuscritos dos seus Padres Paulo, Jorge, & Miguel; dos quaes logo veremos o cazo, q se deve fazer.

Do P. M. S. MARIA

pag. 31.

S Aiba agora o P. M; q no cartorio deste Convento de S. Eloy temos hum tomo manuscrito de noticias, que ajuntou com incansavel trabalho o P. M. Jorge de S. Paulo; no qual a pag. 165. cap. 32. affirmava, que o nosso Bispo izentava (são palavras formais) a

ordem de Christo das obrigações, & Estatutos da de Calatrava, & da sogeição ao Abade de Alcobaça. Deste P. M. Jorge de S. Paulo diz a Monarquia Lusitana na 6. parte liv. 19. que foi grande investigador das couzas da minha Congregação: pois porque o não creerei eu antes a elle, que, &c.

REPOSTA.

P Roseguindo o P. M. em mostrar o fundamento, comque disse na sua Chronica, que o Illustrissimo Bispo D. João eximira a Ordem de Christo da obediencia dos Doñs Abbades de Alcobaça nos remette a qui ahũ tomo manuscrito de noticias do seu cartorio de S. Eloy; obra curioza do P. M. Jorge de S. Paulo religioso da sua Ordẽ; porem este P. pela mesma informação, que nos dà delles o P. M. nenhum credito merece; palavras formais do P. M. Santa Maria no Prologo da sua Chronica, fallando deste mesmo P. Jorge de S. Paulo, & deste mesmo tomo manuscrito, que aqui cita; O quarto (he o mesmo P. Jorge) ajuntou todas as memorias antigvas, & modernas;

I

mas

mas sem ordem, & sem estilo; & mais abaixo na mesma pagina: *Algumas vezes me desviei delle, porque examinando com atençaõ as suas memorias, achei, que talves desfiziaõ em parte dos originaes, donde foraõ tiradas, ou de outras noticias mais seguras: & o mesmo P. declara, & confessa repetidas vezes, que não tratou de apurar o que escrevia, senão de escrever quanto achava, &c.* Desferte que tal he a outra baze, sobre que fundou o P. M. a sua opiniaõ: hum manuscrito do P. Jorge, que não por dito meu, nem por bocca de outro algum Historiador queixozo; mas por confissãõ do mesmo P. M. S. Maria, escreveo sem estilo, ordem, nem concerto; escreveo sem apurar a verdade; & o que mais he, que as suas memorias não concordão cõ os originaes donde foraõ tiradas: finalmente escreveo sem outro exame mais, que *a de onde der*, quanto achava: & por hũ tal Escripitor como este (não por mim, mas pelo P. M.) grosseiro, facil, & infiel: infiel, emquanto escreveo se apurar a verdade; & grosseiro, emquanto escreveo sem ordem, estilo, nem concerto; quer o P. M; que

dexiemos o livro dos Estatutos da Ordẽ, & a verdade certa da Monarquia Lusitana. Se o P. M. fez o que diz, & cumprio na sua Historia, o q̃ prometteo no Prologo della: isto he; se se desviou do P. Jorge, & deixou o seu manuscrito por outras noticias mais seguras, tinha obrigaçaõ de não escrever, que o seu Bispo D. Ioaõ izentou a Ordem de Christo dos D. Abbades de Alcobaga; porque não pode negar, que he noticia muito mais segura, & verdadeira, a que nos dá o livro dos Estatutos da Ordem, & a Monarquia Lusitana; esta por ser tirada da Torre do Tombo, & da propria Bulla de Paulo 3; & a do livro, porque foi tirada do cartorio de Thomar, & do Archivo da meza da consciencia; os quais dous AA. ambos concordão, em que foi Paulo 3. quem fez a izençaõ, & de *Motu proprio* segundo consta da Bulla. Porem o P. M. na sua Chronica devia de fazer distincçaõ do escrever, ao pintar: quando escrevia desviava-se do P. M. Jorge; mas quando pintava (por não fazer novos gastos, nem superfluos) servia-se da sua tinta. Eu porem, q̃ nem ainda na cabeça

cabeça alheia a approvo, que se descubra sem necessidade de semelhantes defeitos; & calvas, por serem final, em quem as descobre, de animo pouco lizo; não me quero dar por achado nestes defeitos; mas considero o seu manuscrito como huma obra curioza de hum religioso douto. Nesta suppozição (q̃ em mim he gratuita) não duvido, nem creio nas noticias do dito P. mas como elle he pessoa particular, & não publica, quero q̃ o P. M. Santa Maria nos diga a fôte, donde o dito P. tirou as suas noticias; porque nas do seu tempo, que elle vio, lhe damos inteira fê, & credito: porem em noticias antigas, he que elle não foi testemunha, justamente queremos, que as tirasse de papeis publicos, & autenticos; ou de tutores conhecidos; em quem socegue o nosso escrúpulo; mas ainda não quero isto com tanto rigor; porque nas noticias interiores da sua congregação, como a vida, & milagres dos seus religiosos, na ferie dos seus serlados, & outras deste teor, estaremos pela sua boa fê; porem em negocios publicos, & de fora da sua

Ordem (qual he o presente da izenção da Ordem de Christo) temos rezaõ, para pedir os papeis publicos; donde o dito P. tirou essas tais noticias, que nos dá. Agora, & não obstante, que eu não vi o tomo manuscrito do P. Jorge, entendendo, q̃ elle não tirou as suas noticias de papel algum publico. Provo; porq̃ não tenho ao P. M. Santa Maria por tal, que, havendo de dar fiador à sua historia, não entendesse, que era mayor abono seu citar a esse tal papel publico, do que não as memorias particulares do P. Jorge; & porem o P. M. que o não cita he final evidente, que tal documento publico se não acha referido pelo dito Padre. Nestes termos, não passa o seu manuscrito do ser de hũ relatorio, ou memoria simples; o que suposto, vejamos agora, que fê, & credito lhe havemos de dar, ou que cazo se deve fazer desse tal manuscrito. O mesmo P. M. S. Maria, nesta mesma pagina 31; nos ensina, q̃ aos manuscritos particulares se deve dar inteira fê, mas não absolutamente, se não quando os ditos manuscritos concordão com as noticias communmente rece-

bidas; ou quando não ha outros (fão palavras do P. M.) em contrario de igual, ou mayor autoridade; *sed sic est*, que no cazo presente temos em contrario, não outros manuscritos, mas a Bulla de Paulo 3. a Monarquia Lusitana, & o livro dos Estatutos da Ordem; logo pela mesma doutrina do P. M. este manuscrito do P. Jorge não deve ser aqui ouvido, nem admittido. Confirma-se de outra doutrina em cazo semelhante do Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha, autor, que não pode rejeitar o P. M; porque o tomou por patrono neste seu Caderninho; & o dito Arcebispo part. 2. dos Perlados de Lisboa, cap. 76. n. 9. he tambe de parecer, que a estas memorias, ou manuscritos particulares dos cartorios se não deve dar credito, senão no cazo, em que se achem conformes com os autores, & escrituras publicas. Confirmo mais, porque o Doutor Francisco Brandaõ vio a este mesmo manuscrito do Padre Jorge; mas nem porisso o seguiu neste ponto; final evidente, de q̃ não achou no dito. P. fundamento bastante, pera se fiar na sua pa-

lavra, nem na sua escritura: o que tudo visto, temos bastante rezaõ, pera não estar no cazo presente pelo manuscrito do P. Jorge: siga o P. M. Santa Maria a sua mesma doutrina; & pois elle mesmo he de parecer, que não merecem credito os semelhantes manuscritos, quando se encontrão com os autores publicos; & estes do feu P. Jorge tem contra si a Monarquia Lusitana, & o livro dos Estatutos da Ordem nos lugares ja muitas vezes citados; dous autores, que, aomenos no numero, excedem ao P. Jorge. Deixe ja os seus manuscritos, & confesse comigo, & com os dous sobreditos autores, que os Dons Abbades de Alcobaça governarão a Ordẽ de Christo sem interpolacão, até o anno de 1542. que foi o tempo, em que Paulo 3. & não o feu Bispo, revogou as Bullas Apostolicas do Papa Ioão 22. pelas quais os ditos Abbades governarão a dita Ordem. E se finalmente ainda não quizer ceder, respondo numa palavra, que este tom manuscrito do feu P. Jorge, que cita, nenhum credito merece; & não por alguma duvida, q̃ eu lhe ponha, mas pelos

pelos mesmos defeitos, que o P. M. delle publicou, & do dito Padre: do Padre, porq̃ o escreveo sem concerto, & sem apurar as noticias, que escrevia; & do manuscrito, porque não diz, nem concorda com os originaes, donde foi tirado.

Do P. M. S. MARIA

§. 7. pag. 32.

NO §. 8. me argue o P. M. de pouco diligente, & me nos advertido; pois, podendo tres regras mais abaixo do lugar, onde citei o livro das Constituições da Ordem de Christo, achar a verdade, que podia & devia investigar, o não fiz principalmente, quando o pude-va fazer com tão pouco trabalho, que não me obrigava a sair da minha cella; & conclue, suppondo, como certo, que eu violentei o sentido do livro dos Estatutos; & com grande força me reconuem referindo contra mim, o que eu disse do P. Chronista Augustimano, &c. Dezejo saber, em que consistio esta minha violencia; quanto ao livro das Constituições, do que referi delle, não variei, não acrescentei, ou diminui palavra alguma; & senão referi

as q̃ se seguem tres regras mais abaixo, isso não he violentar, he omittir; & esta omissão não foi affectada, &c.

REPOSTA.

DEzeja saber o P. M. S. Maria, em que consistio a violencia, de que eu o argui, & elle fez ao livro dos Estatutos da Ordem. Satisfacção ao seu dezejo. Na sua Chronica pag. 589. nos deu o P. M. algumas noticias da Ordem de Christo; entre as quais disse, que o seu Bispo D. João izentara a dita Ordẽ dos Dons Abbades de Alcobaca; & allegou em prova o livro dos Estatutos, & nada mais; nẽ ainda ao seu P. Jorge. Nestes termos he certo, q̃ a prova do livro dos Estatutos veyo a cahir sobre todas as ditas noticias, sobre as quais elle foi allegado; porẽ sobre o ponto da izençaõ da Ordem pelo Bispo, nem hum so palavra se ve no livro: mas antes diz contra o P. M. que Paulo 3. foi, quem revogou a Bulla, de que uzavaõ os nossos Abbades; avista disto, & de que não diz o livro nesta parte aquillo, pera que foi allegado pelo P. M. eu

eu disse, que o P. M. o violẽ-
tara; & puderã tambem di-
zer, que lhe levantara hum
testemunho falso; porque
em verdade he testemunho
citar a hum autor em prova,
do que elle não diz. Discul-
pase o P. M. com dizer, que
nas palavras, q̃ tresladou do
livro, não a crescẽtou, nẽ de-
minuio, nẽ variou. Respõdo, q̃
no material das palavras se-
ria; porẽ quãto ao sentido, &
intelligencia dellas, acrescẽ-
tou, & variou: acrescẽtou;
porq̃ deu ao livro por au-
tor de huma couza, que elle
não diz; & variou, porque a
izenção, que o livro attribue
a Paulo 3. o P. M. a variou,
ou virou pera o seu Bispo
Ioaõ. Diz mais o P. M. que
se peccou, foi por omissão in-
culpavel; por omittir, ou não
tresladar as palavras do li-
vro, que fallaõ em Paulo 3.
mas disso mesmo he que nos
quixamos; de omittir as di-
tas palavras, que faziaõ pe-
los nossos Abbades, & não
faziaõ a bem do seu Bispo: &
por essa mesma rezaõ enten-
demos, que foi affectada a
sua omissão; porque he cer-
to, que muito de prepozito o-
mittio o P. M. humas pala-
vras, que estavaõ dizendo
outra couza, & attribuindo

ao Papa a mesma izenção, q̃
elle intentava referir, não ao
Papa, mas ao seu Bispo. Des-
culpase mais o P. M. com q̃
se persuadio a que não im-
plicava a izenção, q̃ fez Paulo
3. com a q̃ havia feito o Bispo
na sua vizita. Esta desculpa
seria muito boa pera outrem;
pera nos vem ja tarde, &
muito fria, ou frivula; porq̃
havia de ser na Chronica. Na
sua Chronica se o P. M. trataf-
se esta materia sinceramẽte,
tinha obrigação de tresladar
tambem as palavras do livro,
que fallou em Paulo 3. & de
pois conciliallas, ou concor-
dallas com o seu Bispo; se he
que tinha rezoas, pera o po-
der fazer; porem rezoas
contra a verdade; nem sem-
pre se podem pintar: porisso
o P. M. calou as ditas pala-
vras, & não porque se per-
suadiße, a q̃ não implicavaõ
entre si a izenção de Paulo
3. com a outra supposta do
seu Bispo: & se com effeito
se persuadio, enganouse;
porque ja tem visto, & eu lhe
tenho mostrado a verdade, q̃
houve na materia; que o seu
Bispo, nem fez, nẽ teve auto-
ridade, pera poder fazer a
tal izenção.

Do P. M. S. MARIA

pag. 33.

DEvera o P. M. olhar por si, & pesar, o que diz no §. antecedente, &c. porque diz (falla outra vez do dito livro) que o Papa Paulo 3. no anno de 1542; & não o Bispo D. João, foi quem tirou aos Abba-des de Alcobaga a superioridade, que tinhão sobre a Ordẽ de Christo. Isto si, que he violẽtar o livro das Constituiçoens, & para fazelo menos sinceramente, pois he certo, & consta das suas palavras formais, que não se achão nelle a que-las, & não o Bispo D. Ioão: & se me diser o P. M. que as a-crescentou; porque, postoque a izençaõ se a ffirmar ser obra do Pontifice, por consequencia se excluia o nosso Bispo, &c.

R E P O S T A.

Assim he, q̃ não se achão expressas no livro dos Estatutos estas palavras for-mais: *E não o Bispo D. Ioão:* as quais eu acrescentei à nar-ração da minha Historia, mas não as engeri, nem meti entre as palavras formais do livro.

Torne o P. M. a ler a minha Historia, & achará, que aon-de eu treslado as palavras formais do livro dos Estatu-tos, as tresladei fielmente; & as outras, q̃ tocaõ no Bispo, se as acrescentei, foi à minha Historia; & pude bem fazelo sem violencia do livro; por-que isso mesmo, que eu accre-scentei, se segue suavissima-mente, do que diz o livro, & fenaõ veja-se: sobre quem foi o Autor da presente izençaõ da Ordẽ de Christo, acham-se dous oppozitores não ma-is, o Papa Paulo 3; & o Bispo de Vizeu Dom Ioão: diz o livro dos Estatutos, q̃ o Au-tor foi Paulo 3; logo, pelo q̃ diz o livro, não foi o Bispo D. Ioão. Pondere o P. M. e-sta consequencia, & verá co-mo vem natural, suave, & ca-dente do livro dos Estatu-tos, sem a mais leve violencia do dito livro. O certo he, q̃ se aqui hã violencia, eu sou o que a padeço; porque isso mesmo, que eu disse, he o que se entende do livro; & con-sequentemente não o violẽ-tei, como o P. M. me attri-bue.

Do

Do P. M. S. MARIA

pag. 33.

NO §. 9. se arma o P. M. não tanto contra mim, como contra o Veneravel Bispo Dom Ioaõ, & o accuza, de que relaxou, & vulgarizou a Ordẽ de Christo, &c. Por certo, que devera o P. M. absterse de tão aspera censura contra hũ varaõ tam santo, & de fama tão esclarecida. Mas, jaque se animou a fallar cõ tanto ardor, & tanto empenho, saiba, que sem o advertir fallou menos decoroza, & muito injustamente, não sò do mesmo Bispo, senão tambem do Infante D. Henrique, del Rey D. Manoel, dos Summos Pontifices Iulio 2; & Paulo 3; da mesma Religiaõ de Christo, & da sua mesma Cisterciense.

Do Bispo; porque o suppoẽ homem de tão mã consciencia, & de tão pouco temor de Deos, & do mundo, que, sendo chamado na face de toda a corte pera reformar huã Religiaõ, em vez de a reformar, a relaxou, &c. Do Infante D. Henrique, porque, sendo Mestre da mesma Ordem, consentio, & soffreo que o Bispo a relaxasse tão livremente aos seus olhos,

&c. Del Rey D. Manoel, porq̃, constandolhe da calidade dos Estatutos, não obstante serem tão prejudiciais, como o P. M. suppoem, à observãcia da Ordem, de que o mesmo Rey era Mestre, foi tam deza-tento, & tão esquecido das suas brigacoes nesta parte, que pedio a confirmação, &c. Dos Pontifices Iulio 2; & Paulo 3; porque, sendo certo, como he, q̃ ambos approvaraõ os Estatutos feitos pelo Bispo, claramẽte se infere, que aquelles santissimos Padres, oraculos supremos da Igreja, approvaraõ, &c. Damesma Religiaõ de Christo, &c.

REPOSTA.

VAlente libello criminal, accuzatorio offerece aqui contra mim o P. M. S. Maria, & se o prova, me faz reo, não menos, q̃ de lesa Magestade, Divina, & humana. Todo este libello se reduz a huma palavra; que eu fallei indecorozamente contra o seu Bispo, contra os Princepes, que nomea, & contra as sagradas Religioẽs de Christo, & de Cister: & por este modo a Apologia, que era do assumto do P. M. me

me obriga elle fora do seu af-
fũpto, a q̃ eu a faça permim:
obedeço. Argueme o P. M.
de eu dizer na minha Histo-
ria, que o seu Bispo relaxou;
& vulgarizou a Ordem de
Christo; & sendo esta mate-
ria grave, não devia suppor,
que eu fallei nella de leve, nẽ
com leve fundamento: dou
ja a rezaõ do meu dito.

Impetrou o Infante D.
Henrique do Papa Eugenio
4. hum Breve, pera que o
Bispo de Lamego (o qual suc-
cedeo fer o Mestre Ioaõ) vi-
zitasse a Ordem de Christo,
de que o Infante era Mestre,
ou administrador; & dan-
donos noticia o Doutor Fr.
Francisco Brandaõ na 6.
parte da Monarquia do pro-
cedimento do Bispo nesta
sua vizita, nos diz tres cou-
zas delle; em todas as quais,
se o não livrou a propria ig-
norãcia, elle obrou com gra-
vissimo escrupulo de consci-
encia; a saber (nos diz a Mo-
narquia) que o dito Bispo ne-
sta vizita excedeo a sua cõ-
missaõ, & os poderes, que o
Papa lhe deu; que se arrojou
a fazer a vizita sendo Bispo
de vizeu, porque o Breve do
Papa vinha cometido ao Bis-
po de Lamego; & em terceiro
lugar, que permittio, &

introduzio nos Freires, &
Cavalleiros de Christo as lar-
guezas da Ordẽ extinãta do
Templo contra a Bulla da
fundação da Ordẽ de Chri-
sto, pelo Papa Ioaõ 22. &
contra os decretos de Cle-
mente 5; os quais dous Pon-
tífices, & o Cõcilio Vienense
estritamente prohibiraõ, q̃
por nenhum acontecimen-
to se resuscitasse memoria al-
guma da dita Ordem extin-
ãta do Templo: & accrescẽta
a Monarquia huma palavra
(que tambẽ se acha no livro
dos Estatutos) a qual nota-
velmente encarece a teme-
ridade do Bispo; porque de-
pois de dizer, em como pela
permissaõ da vizita do dito
Bispo se foraõ fazendo os Ca-
valleiros aos uzos, & liber-
dades da Ordẽ extinãta do
Templo, accrescẽta; que po-
rem sempre o fizeraõ cõ es-
crupulo proprio, por enten-
derem, que o Bispo na sua vi-
zita se alargara ao que não
podia, & excedera os pode-
res, que lhe havia dado o
Papa; palavras da Monarquia
6. liv. 19. cap. 8. pag. 314.
col. 2; Nas *Constituições do*
Bispo houve sempre escrupu-
los, cauzados de dous principi-
os; o primeiro, que se duvidava
ter elle jurisdicção; porquanto

a Bulla vinha commetida ao Bispo de Lamego; & elle quando fez a reforma era Bispo de Vizeu o segundo, porque excedeo a commissão; concedendo aos Cavalleyros os mesmos privilegios dos Templarios; porq̃ na instituição s̃o os de Calatrava-lhe concedeo o Papa Ioão 22; & dos Templarios concedia s̃o a fazenda, & não os privilegios. Attentando a isto os Cavalleyros no capitulo, que El-Rey Dom Manoel fez no anno de 1503. assentaraõ, que se pedisse confirmação da quella reforma, cõ supplemento dos defeitos della; & a concedeo o Papa Julio 2. por Bulla sua dada em Roma aos 12 de Julho de 1505. alem do supplemento dos defeitos apontados, &c. Assim a Monarquia: aonde ainda he de notar, que no anno de 1505, fincoeta & quatro depois da vizita do Bispo, ainda era constante entre os Cavalleyros, que a dita vizita fora defectuoza por falta de poder no vizitador; porisso pediraõ a confirmação com supplemento dos defeitos della. Nem faga duvida dizer a Monarquia Privilegios, ao que eu acima chamo larguezas; porq̃ a mesma couza, que nos Templarios era privilegio licito,

por ser concedida pelo Principe; o Papa, que legitimamente a podia dar; nos Cavalleyros de Christo era largueza, em quanto introduzida pelo Bispo, sem a autoridade necessaria pera o poder fazer. Aquillo dos escrupulos; se acha tambem no livro dos Estatutos da Ordẽ pag. 7. Agora assentada esta verdade; & que o Bispo vizitador excedeo os poderes, que lhe foraõ dados; que fez, o que não podia; vamos ao q̃ eu disse delle. Disse, que relaxara a Ordem de Christo por permittir, & introduzir nos Cavalleyros da dita Ordem o trazerem camizas de linho; vestirem ceda, uzarem de cortinados, &c; as quais couzas todas antes da vizita eraõ illicitas, & prohibidas aos Cavalleyros; Isto he o que eu disse do Bispo, & disse bẽ: não fallei com ardor, nem indecorosamente; porque isso, que eu disse delle, he a mesma verdade, que nos ensinaõ os Sagrados Canones cõ todos os Doutores Theologos, & Canonistas; & o que mais he, que he o mesmo, que tãbem nos ensina o P. M. neste seu Caderninho: & como tenho por mim a confissão da parte, escuzo citar mais Autores,

tores, nem autoridades. Neste seu Caderninho pag. 40. confessa o P. M. Santa Maria, que a mitigação dos rigores antigos não he relaxação, quando he ordenada por autoridade do legitimo legislador, mas sendo praticada pelos subditos, & consentida pelos Prelados particulares, sem a necessaria autoridade, nesse caso fim (diz o P. M.) he relaxação, & vicio: *sed sic est*, que o seu Bispo permittio aos Cavalleiros de Christo os costumes acima mais largos, & as larguezas da Ordem extinta do Templo, sem ter pera isso poder legitimo, nem a necessaria autoridade, como diz a Monarquia, & se ve do proprio Breve da commissão; logo pela mesma doutrina do P. M. o seu Bispo relaxou a Ordem de Christo; & ainda fez mais; porque escandalizou gravissimamente aos Cavalleyros, pela occasião, em que os meteo de viverem sempre com escrupulos. E se o Bispo tudo isto fez, eu em que o agravei, ou em q. fallei menos decorosamente da sua pessoa? Não acabo de fazer fim no horror, que cõcebo da temeridade do Bispo pela paz, com que se ar-

rojou a uzar (sendo Bispo de Vizeu) do Breve Apostolico, que vinha commetido ao Bispo de Lamego; por exceder os poderes da sua commissão; & sobre tudo por introduzir em huma Religião florente as larguezas de huma Religião condenada: & são boas venialidades estas, meu P. Mestre? Pois logo de que, ou de quem se queixa? Mas porque o Autor dos Agiologios, ainda que pera o P. M. (como logo direi) he Autor menos verdadeiro, poem ao Bispo Dom João logo abaixo dos Santos Canonizados; eu não duvido, nem quero duvidar da sua santidade; mas attribuo o proceder elle assim na sua vizita a humia singeleza, ou candidez de animo. E tenho satisfeito ao primeiro artigo do libello do P. M.

No segundo me accusa, de que offendi o decoro do Infante D. Henrique, & do Senhor Rey D. Manoel, ambos Mestres da Ordem de Christo. Respondo; que o Infante, se consentio, no que fazia o Bispo, o pode bem fazer se desdouro seu; porque como era Cavalleiro de capa, & espada, justamente se fiou em hum Bispo, que alias ti-

nha obrigação de ser douto, santo, & fabio: 1. ad Timoth. cap. 3. *Oportet ergo Episcopum irreprehensibilem esse, prudentem, ornatum, doctorem*, &c. & o Senhor Rey D. Manoel, se pedio a confirmação dos Estatutos, ou larguezas dos Templarios, introduzidas pelo Bispo, obrou licitamente; porque impedir ninguem offende; & muito menos pedindo (como elle pedio) a confirmação a superior legitimo, que lha podia dar, o Papa.

No terceiro artigo me argue o P. M. de que falei in decorosamente dos dous Papas Julio 2. & Paulo 3; porq̃ (diz o P. M.) sendo certo, q̃ ambos approvarão os Estatutos feitos pelo Bispo, claramente se infere, que aquelles Santissimos Padres, oraculos supremos da Igreja, approvarão, & confirmaraõ relaxações. Está muito bem fallado; porem a lingoagem não parece de homẽ Theologo; porque nõs os Theologos não costumamos chamar, nẽ ter aos Papas por oraculos supremos da Igreja: senão em quanto definem; & esta confirmação dos Estatutos do Bispo, não foi definição de fẽ, nem da quelles costu-

mes, em que muitos Autores querem, que tambem defina. Juntamẽte que o Papa nesta confirmação não errou, nẽ esta era materia, em que elle errasse, ainda que approvasse larguezas; a rezaõ vem a ser; porque comer, ou não comer carne; vestir, ou não vestir camizas de linho; uzar de cortinados, &c. que são as larguezas, q̃ confirmou, & approvou o Papa Julio 2; de si são couzas indifferentes; não são intrinsecamente mãs: & samente se fazem licitas, ou illicitas, por rezaõ do preceito positivo, ou voto dos Religiozos, ao qual o Papa pode tirar, ou modificar, como mais quizer; no q̃ uza de seu direito, & exercita o seu supremo poder de Princepe, & cabeça da Republica Christam. No Bispo D. Ioaõ sim, foi culpavel permittir estas larguezas aos Cavalleyros, porque não tinha (como diz a Monarquia, & se ve do Breve da comissão) a necessaria autoridade pera o poder fazer: Daqui he, que não falla como douto, quem disser que o Pontifice approva relaxações; porque na mão do Pontifice não ha relaxações: na mão do Pontifice todas as Religioes

gioes são igualmente fantasmas com mais, ou menos austeridade, larguezas, ou asperezas, que elle lhe permittir: & a rezaõ desta rezaõ he; porq̃ o Papa he o unico *intra, vel extra, concilium*, que dá, & pode dar fer, vida, & essencia as Sagradas Religioes; & lho da como entêde, & quer, *dummodo solum*, que não approve, nem permitta couzas intrinsecamête más, & contrarias à ley Divina: porem em couzas indifferentes, se elle quizer, amesma camiza de linho nos Reverendos Padres Franciscanos claustrais, he couza santa o trazerem-na; & nos mesinos Religiozos Observantes he couza tambem fãta o seu opposto; isto, he andarem sem ella: vejase Soares de *Religione*, cõ todos os Doutores Theologos, & Canonistas.

No ultimo artigo, q̃ toca nas duas Religioes de Christo, & de Cister, assim he, que hoje estão mais distantes de seu primitivo fervor; mas nem porisso merecem o nome de laxas; porque, se hoje comemos carne, &c. he por dispêsaçoens Apostolicas, que temos, & de que uzamos: & eu se argui de laxa a Ordem de Christo, não foi absoluta-

mente por comer carne, nê pelas outras larguezas apõtadas; mas por lhas introduzir o Bispo Dom Ioaõ sem a necessaria autoridade pera o poder fazer. Se esta illaçã do P. M. fosse verdadeira, seguia-se della, que todas as Religioes, que nascerã cõ a liberdade de comerem carne, &c. logo vieraõ relaxadas da primeira fonte; porem esta propozicão he falsa notoriamente: dahi vem, que a relaxaçã estã no modo, & não na entidade das couzas sobreditas. Aquillo de dizer o P. M. que tambem Paulo 3. confirmou os Estatutos do Bispo, he falso; porque foi sô Iulio 2. como ja disse-mos. Tenho respondido ao libello do P. M: agora quero fazer huma reflexam sobre elle.

No cazo negado, que o Senhor Rey D. Manoel em pedir, & o Papa em conceder a confirmação dos Estatutos do Bispo, obrassem cõ menos acerto, & eu o escrevesse; pergunto: que rezaõ, motivo, nem autoridade, tẽ o P. M. Santa Maria, pera mo glozar à bocca chea, estãdo nós iguais no grao de Mestres, & Escriptores? Que o P. M. me argua de falso, ou de

de contraditorio na minha Historia; ou que se defenda das minhas impugnações, u-zaria de seu direito: pore[m] dizer em publico, & dar a co[m]mer *sapientibus*, &c. q[ue] eu fallei, indecorosamente dos Príncipes, dos Papas, & das Sagradas Religioes, sem outro fundamento, nem verdade mais, que t[er]ço o seu discurs[us], que ja tem visto, quanto foi errado, & erroneo? Parece que foi fahir: muito fora da propria esfera. Esforçasse mais o meu reparo, porque do Sen[hor] Rey D. Manoel, & do Papa Julio 2.º no caso presente dos Estatutos do Bispo, eu disse não mais, que esta palavra unica fol. 154. da minha Historia titl. 7.º *Estes Estatutos do Bispo João, segundo lemos na Monarquia Lusitana, não tiverão força, nem vigor, nem obrigarão na Ordem de Christo, até o tempo de El-Rey D. Manoel no anno de 1505. em que o Papa Julio 2.º os approvou, &c.* & nada mais disse, nem hum a só palavra, nem tal se achará na minha Historia: & nestas minhas palavras aonde vay, não pode ar, q[ue] eu fallei indecorosamente do Sen[hor] Rey D. Manoel, nem do Papa Julio 2.º E nem ainda supponho

do, que o Sen[hor] Rey D. Manoel pedio ao Pontifice a confirmação dos Estatutos; porque eu, nem isto sequer, disse delle; nem me passou tal por pensamento; mas quem o disse, foi a Monarquia Lusitana, & o livro dos Estatutos da Ordem. Não aperto mais este ponto, porque não succeda, que venha o P. M. com outro libello accusatorio contra o Autor da Monarquia, & contra o livro dos Estatutos: bastame, que se saiba, que o P. M. não tem razão nos cargos, que aqui me dá; nem em estas impusturas, de que me argue. Agora quero ajuntar aqui humas palavras do P. M. no Antilóquio deste seu Caderninho sobre aquelle texto de Christo: *Quare & vos transgredimini mandatum Dei?* Math. 15 exclama o P. M. que he muito pera estranhar, & reprehender a inconsideração de muitos homens, os quais vendo o argueiro nos olhos alheos, não viaõ a trave nos seus: & accrescenta, que era justo, & dicito, que aos tais se dissesse, que tirassem primeiro a trave dos seus olhos, & que depois tirariaõ o argueiro dos olhos de seu irmão. O intentõ aqui do P. M. foi dizer,

zer, que eu o não podia arguir, por ser mais culpado, q̃ elle nos mesmos defeitos, de que o arguia: porem se o P. M. se conhecesse, bem poder-se-ia que se não desse por achado nesta doutrina. O mayor defeito, de que o P. M. me argue neste seu Caderninho, & com que intentou incitar contra mim os animos de grandes, & piquenos, & fazer-me odioso neste Reyno, foi cōdizer, que eu fallara indecorosamente dos nossos Principes; & se assim he, ou não; & se teve rezaõ o P. M. pera o dizer, julgue-o, pelo que tem visto, o douto Leytor; & nõs vejamos como se houve o P. M. nesta mesma materia, & como fallou na sua Chronica dos nossos Principes.

No liv. 2. cap. 28 pag. 478. escrevendo o P. M. a vida da S. Raynha D. Iza-
bel mulher de El-Rey D. Affonso 5. como de alguma Santa da sua Ordem, nos diz o muito, que padeceo esta Senhora; especialmente em certa occasiaõ, em que a indicaraõ de adultera com D. Alvaro de Castro, Conde de Monfanto; & depois de referir em como sahiraõ ambos innocentes, a Raynha, & o

Conde; se volta contra El-Rey D. Affonso 5. porque não castigou aos accusadores; & diz delle o seguinte ibi: *Muito devemos a El-Rey D. Affonso 5; mas não devemos, nem podemos negar, que nestes cazos, que foraõ os primeiros da sua vida, obrou, sendo muito moço, como mais moço, do que era; & que os seus ministros o traziaõ à sua obediência, mais como menino, que como Rey, nem como homem.* Não devia, nem podia negar o P. M. as meninices del-Rey D. Affonso 5? Porque? Que obrigaçaõ lhe corria de as exclaimar? Que tinhaõ cõ a sua Chronica, nem com o seu assumpto os defeitos deste Principe? se o P. M. sahisse fora do seu assumpto pera louvar, ou pera disculpar, & suavizar alguns erros, menos mal seria; mas pera gloriar, & afear as acçoẽs de hum Rey, parece que não foi necessario tanto; porque pudera omittir sem offensa do seu assumpto. Mas ainda isto não he o mais; mas o mais he, que nem aos Principes, de quem se confessa obrigado, perdoou.

Em alguns lugares da sua Chronica encarece muito o P. M. a inclinaçaõ, & a affecto, que

q̃ devem os seus Religiozos aos Serenissimos Principes da Real casa de Bragança; agora vejase o decoro, com q̃ fallou de alguns. No liv. 1. pag. 317. faz hum capitulo das grandes tribulações, que padeceo a sua Congregação em diferentes tempos; & pera dezempenho da materia, começa o capitulo pelo Senhor D. Affonso de Portugal Bispo de Evora; o qual era neto do Serenissimo Senhor D. Affonso primeiro Duque de Bragança, filho de teu filho o Marquez de Valença D. Affonso; & diz delle as palavras seguintes: *Teve (o dito Bispo) certas dissenções com D. Rodrigo de Mello seu sobrinho, Conde de Tentugal, & Padroeiro do nosso Convento de São Ioaõ de Evora, o qual era singular amante nosso: & como o Bispo não pôde desfogar nelle a sua paixão, voltou-se contra nós; estilo he este, ou absurdo, que muitas vezes se tem visto, & praticado; porque vemos muitas vezes desfazerem-se em chuveiros de tribulações, que cahem sobre os innocentes, & humildes as tempestades levantadas entre os grandes, & poderozos: he exemplo, ou escandalo o nosso caso; porque o Bispo D. Affonso em*

odio do Conde D. Rodrigo começou a tratar os nossos Conegos, &c. Está bem; agora digo eu: E que parentesco, ou cópadrio tinhaõ os Religiozos da Ordem do P. M. com o Conde D. Rodrigo; q̃ pay, ou may seu eraõ; peraque, agravando o Bispo os Religiozos, entendesse, que se despicava do Conde? Quem hã de crer, ou em que juizo cabe, que hum Principe da Real casa de Bragança por se vingar de hum sobrinho seu (se em hum animo generoso, & Real se deve admittir a baixaza de huma vingança) intentasse escandalizar os ditos Religiozos? Pois se he fora de todo bom juizo; se nẽ apparencias tem de verdade, que hũ Principe (& tal Principe da Real casa de Bragança) molestasse a ninguem, quanto mais a hum Convento de Religiozos por hum motivo tã disparatado, qual seria por se vingar do Conde de Tentugal, que nenhum parentesco tinha com os ditos Religiozos. Aque fim o P. M. lhe impoem hum vicio tam baixo (o da vingança) & o nota de tã malevolo, que se voltou contra os innocentes, por não se poder vingar do outro poderozo?

derozo? os chuveiros de tribulações, em que se rezolveo esta tempestade escreve o P. M. pag. 324. *ibi: O principal escandalo, em que tropeçava, ou queria tropeçar adrede, o zelo, ou a paixão do Bispo de Evora, & depois delle de outros Bispos contra nos, eraõ o não irem os nossos Conegos às procissões publicas, &c. Põrão irem os Religiozos do P. M. às procissões publicas? Terrivel paixão esta do Bispo; escandaloza teima esta sua por certo! Porem será necessário certificar ao curioso Leytor, que este ponto das procissões publicas, era ponto de jurisdicção, & em semelhante materia: sobre defenderem, ou ampliarem a propria jurisdicção, he couza tam commua contenderem os Bispos contra os Regulares, que achareis contendendo tam bem aos Bispos de melhor fama: deixados outros exemplos, o Illustrissimo Joanne Mendes de Tavora, sendo Bispo de Coimbra, intẽtõu cõ viva força, quasi em nossos dias, levar às procissões publicas os nossos Monages Cistercienses, & Benedictinos daquella Cidade. E se este Bispo, sò por ampliar a sua jurisdicção, cortava pe-*

la gravidade Monahal Benedictina, o Senhor D. Affonso Bispo de Evora & Principe da Real caza de Bragança, porque não poderia obrigar a irem às procissões aos clerigos da sua Cidade? E não sò sem odio, ou paixão particular, mas ainda com bom zelo, & sãõ consciencia; salvo se quizer o P. M. q os seus Religiozos sejaõ mais privilegiados, que a Illustrissima, & nobilissima Religião de S. Bento: mas ja estou no misterio: acclamou, & deu vivas o P. M. aos Principes da Real caza de Bragança, que conhecia; a este Bispo de Evora, como ja era morto havia muitos annos, fez que o não conhecia.

Adiante no liv. 2. pag. 462. em huma sò pennada, detrahio o P. M. não sò dos Príncipes, mas de toda a nação Portugueza: vay fallando do Cardeal D. Jorge, valido del-Rey D. Affonso V. & diz assi: *Mas como os genios Del-Rey, & do Principe fossem em tudo diferentes, não era muito, que dezagradasse ao Principe, quẽ agradava a El-Rey; principalmente não faltando quem fizesse mayor essa dissonancia por meyo de suggestoens, & artificios, forjados na Officina da en-*
L
ueja,

*veja, (nota) vicio Portuguez, & mayor nos mayores. Terri-
vel absoluta por certo ! &
não se acharia entre todos os
grandes da Corte del-Rey D.
Affonso v. aomenos hum, q̃
com bõ zelo, bõ animo (mas
que fosse indiscreto) zelasse
o valimento de D. Jorge da
Costa? Todos eraõ invejo-
zos, & todos tinhaõ q̃ invejar
no dito D. Jorge? Todos, diz
o P. M; porque todos eraõ
Portuguezes; & ser Portu-
guez he synonimo de invejo-
zo. Não ha mais louvar, nem
mayor brazaõ pera o nosso
Reyno, & mayor pera os
mayores: mas ainda temos
mais que ver; porque nem
ao sagrado dos Principes
eccleziasticos perdoou a ani-
mosidade do P. M.*

No liv. 3. cap. 25. pag.
663. falla do Arcebispo Pri-
maz D. Fernando da Guerra,
o qual era duas vezes Princi-
pe; pelo sangue como Sobri-
nho del-Rey D. Joaõ I; &
pela dignidade como Arce-
bispo Primaz: & escrevendo
o P. M. certo encontro, q̃
teve este Principe cõ o Chã-
tre da sua Sê, hum Vasco Ro-
drigues, que aodepois foi
Religiozo em Villar de Fra-
des, diz do Arcebispo, que o
quiz mandar matar como as-

fassino, & isto sendo ambos
eccleziasticos: palavras do P.
M. ibi; *Não se pode encarecer o
muito, que se enfureceo o Ar-
cebispo ouvindo semelhantes
rezoens; & se as assima ditas
lhe parecerão desprezo, estas
agora se lhe figuraraõ reprehẽ-
saõ, &c. E mais abaixo, ibi:
Não parou aqui; por que acha-
mos posto em memoria, que pas-
sou tanto avante a sua ira, que
o determinou mandar matar,
&c. E he de advertir, que o
motivo da ira do Arcebispo
foi por o Vasco Rodrigues
querer deixar o mundo, &
entrar em Religiaõ; & por
interceder piadozo pelos
bons homens de Villar. Por
hum motivo taõ pio quiz o
Arcebispo de Braga matar ao
seu Chantre (he o que escre-
veo o P. M.) & que mais dif-
fera de hum Daciano, de hũ
Totila? Porque se estes ma-
tavaõ os Martyres pela con-
fissãõ da fê, a pobreza de es-
perito, que queria abraçar o
Chantre, tem no Sagrado E-
vangelho a mesma coroa, q̃
o martyrio; assi o lemos no
cap. 5. de S. Mattheus: & po-
rem encontrou, não em Ar-
gel, nem em Fes, mas na ca-
beça da fê de Hespanha a
hum tyrano, o Arcebispo D.
Fernando, que por hum mo-
tivo*

tivo tam santo o' quis matar: & tudo isto escreveo o P. M. muito levemente, como se fosse materia leve; sem nos dar outro Autor mais que dizer, que o achou em memoria; com outras muitas couzas deste genero pelo discurso da sua Chronica, que fora infinito referir: & este mesmo homem, que tudo isto, & muito mais, escreveo, diz a seu irmaõ, que tire atrave dos proprios olhos? Este tal, & tanto Escriptor; mediz, que fallei indecorozamente dos Principes, & Prelados da Igreja? Mas nem porisso me queixo, em quanto as pelas, comque jugamos, forem iguaes.

Daqui atè pag. 43. vay o P. M. discurrendo em particular sobre alguns dos pontos, que permitio o seu Bispo, & introduzio na Ordem de Christo, & desculpando-o juntamente do que obrou; porem como nisto mesmo, q' o Bispo permitio, ouve o de feito, ou falta de poder, que elle não tinha, nada fazem ao intento as rezoens, que o P. M. aponta, nem são bastantes a justificarlo: porisso vou adiante.

Do P. M. S. MARIA

pag. 43.

Conclue o P. M. este §. dizendo, que injustamente dei ao meu Mestre Joaõ o especiozo titulo de Reformador da Ordem de Christo, mas devia primeyro arguir desta injustiça ao Autor da 6. parte da Monarchia Lusitana, que no lugar assima citado lhe dá o mesmo nome, &c.

REPOSTA.

Sobre o titulo, comque o Illustrissimo Bispo Dom Joaõ entrou a vizitar a Ordẽ de Christo nem tive, nem tenho duvida; nem a materia, por ser de nome, pede grandes altercações: mas a minha duvida foi somente sobre os merecimentos do dito Bispo pera se lhe dar, & elle levar em verdade esse titulo de Reformador; isso he o que eu neguei, que ouvesse rezaõ pera poder dar o P. M. ao seu Bispo, não tanto o nome, mas a gloria de reformar: porque que o dito Bispo se intitulasse Reformador, ou q' os Authores, q' escreverão ja mui-

to ao largo, & ja muitos annos depois, lhe dem, ou não, o dito titulo, he questam de nome, que importa muito pouco; o ponto he sobre a glória de reformar-se o P. M. tem outras algumas rezoens, em que mostre, que o seu Bispo reformou em verdade, & ellas forem de receber, de muito boa vontade afinarei com o P. M.

Do P. M. S. MARIA

§. 10 pag. 43.

NO §. 11. diz o P. M. que estou obrigado a confessar, que emquanto os Dons Abbades de Alcobaça governarão a dita Ordem de Christo, ella não mereceo nome de laxa. Dezejo saber do P. M. se a Ordem de Christo des-de o anno de 1449. em que o nosso Bispo fez aquellas novas leys, começou a merecer o nome de laxa, & de pouco observante; ou se começou a merecer o tal nome, de poisque a aquellas leys no anno de 1505. se começaram a observar? Veja o P. M. o que responde; porque em qualquer das partes, que escolher, se contradiz evidentemente a si mesmo. Se differ, que a Ordem de Christo começou a merecer aquella

nome desde o anno de 1449. em q o nosso Bispo fez aquellas novas leys, seguesse, que no espaço de 107 annos mereceo o tal nome; estando no mesmo espaço ate o anno de 1542. como o P. M. diz debaixo do governo dos Abbades de Alcobaça: logo não he certo dizer, que emquanto os Dons Abbades de Alcobaça governarão a dita Ordem não mereceo ella o nome de laxa. Se differ, que, &c.

REPOSTA.

TAmbem aqui duvida o P. M. Santa Maria, porque não percebeo bẽ o pto controverto. Da laxação da Ordem de Christo posterior, ou depois da vizita do seu Bispo, não tratei, nem fallei: & se ve claramente, porque se eu estava dizendo, que o dito seu Bispo relaxou a Ordem de Christo, he certo, q eu não duvidava de a dita Ordem ser relaxada depois do Bispo; isto he do anno de 1449. em que o Bispo a vizitou, ate o de 1542. em que acabou de ser fogueita aos nossos Abbades: mas a laxação, em que fallei, foi a que dizia o P. M. tinhaõ os Cavalleiros, quando o Bispo foi

foi chamado pera os reformar. As palavras do P. M. no cazo presente, que eu argui na minha Historia tit. 7. pag. 149. dizem assi: *Governava então a Ordem de Christo com preeminencias de Mestre o Infante D. Henrique filho del Rey D. João 1.º o qual, vêdo a sua Ordem algum tanto relaxada, supplicou ao Summo Pontifice Eugenio 4.º quizesse dar poderes ao Bispo de Vizeu D. João, pera que como Santo zelo, & espirito, de que era dotado, a reduzisse ao primitivo vigor, & observancia, &c.* Estas são as palavras do P. M. que eu argui; dellas bem se ve, que suppoz o P. M. a Ordem de Christo relaxada no tempo actual, em que o Bispo foi chamado pelo Infante; & como os nossos Abbades a governavaõ, & haviaõ governado a tẽ esse tempo, toda essa relaxação antecede ao Bispo vinha a cahir sobre os ditos Abbades; & nestes termos he que tratei de os defender dessa tal laxação, antes da vizita do Bispo. Da outra posterior, não havia pera que eu os defendesse; porque a essa bem vio o P. M. que lancei a culpa della ao seu Bispo.

Agora assentada esta ver-

dade, que me parece manifesta, ja se ve, que foraõ escuzadas todas as computações de annos, em que se meteo o P. M. E todos esses iustos, em que entrou, entrou a ver, & esperar se eu me contradizia; porque se eu fallei (como tenho mostrado) dos annos, q̃ correraõ antes da vizita do Bispo, superfluidade foi cansar-se o P. M. em fazer as cõtas pelos annos, que correraõ depois. Mais: os novos Estatutos, ou larguezas, que deixou o Bispo na Ordem de Christo, devesse intender, q̃ se foraõ introduzindo, & praticando pelos Cavalleiros, não logo juntos, porque os Cavalleiros (como diz a Monarchia, & o livro dos Estatutos) escrupulizavaõ nelles; mas lentamente, & pouco a pouco, como custumaõ pegar, & entrar todas as liberdades: nestes termos, sendo a vizita do Bispo no anno de 1449. se iria conhecendo a laxação pelos annos de 460. 470, mais anno, menos anno; porem nesse mesmo tempo acabaraõ em Alcobaça os Abbades monges perpetuos, & entraraõ os Commendatarios. Vejasse a minha Historia: logo os Abbades, de quẽ eu fallei não foraõ os posteriores,

ores, senão os antecedentes, que precederaõ a vizita do Bispo. Mostra-se isto; porq os Cômendatarios não vem em Historias, nem fora dellas, debaixo do nome de Abbades, sem a diviza de Cômendatarios; a qual eu não a crecentei, nem puz aos Abbades, de que fallava; de mais que eu na minha Historia estava dizendo actualmente, que os Commẽdatarios foraõ a destruição das Religioens, a peste, & ruina dos Mosteyros: logo a relaxação da Ordem de Christo, de que de fendia aos Dons Abbades de Alcobaça, não era a que correo no tempo dos Commendatorios, senão a que o P. M. suppoz havia na dita Ordem, quando o Bispo foi chamado pera vizitala; & cõsequentemente effes Abbades, a quẽ defendi, não foraõ os Commendatarios, nem os posteriores ao Bispo; senão os que ouve antes do Bispo, atẽ o anno de 1449. em que elle vizitou a Ordem. Todas estas rezoes me parecem palpa-veis, & que o P. M. se lesse a minha Historia, cõ qualquer facil reflexam, facilmente cahiria nellas; porem devia de a ler devirtido, ou turbado, ou foi, que se deixou lizonge-

ar do seu pensamento, em q lhe pareceo, que me colhia em contradicção: se assi foi, enganouse, & cançouse de balde no cõputo dos annos, que esteve fazendo; porque do anno de 1449, pera diante, nada he comigo; foi o tẽpo dos Commendatarios, a que eu arguia, & não dos Abbades monges, a quẽ louvava.

Do P. M. S. MARIA
§. 11. pag. 46.

C Onclue o P. M. no §. 12. confessando, que as ditas leis do nosso Bispo não tiveraõ força, nem vigor, nem obriga-ção na Ordem de Christo atẽ o tempo del-Rey D. Manoel no anno de 1505. em que Julio 2. as approvou; mas que ja nesse tempo tinhaõ os Cavalleiros a relaxação de poderem cazar, &c. Procede pouco firme o P. M. no seu dizer. Atẽ agora a menos observancia da Ordem de Christo consistia na relaxação, que nella introduzio, ou facilitou o nosso Bispo com os seus Estatutos: agora ja o Pontifice approva os mesmos Estatutos, & ja a menos observancia consiste na relaxação, que os Cavalleiros ja tinhaõ pera poderem

poderem cazar. que diremos a isto? Muito podera dizer, &c.

R E P O S T A.

P Or fim desta primeira satisfacção vem dizendo o P. M. Santa Maria, que eu procedo pouco firme no meu dizer; & se lhe preguntares em que? A resposta, que se colhe delle, he: que eu havendo primeiro dito na minha Historia estava a laxação da Ordem de Christo nos Estatutos do seu Illustrissimo Bispo, aodepois vim a dizer, q̃ a dita laxação estava ja, não nos Estatutos, mas na relaxação, q̃ se deu aos Cavalleiros pera poderẽ cazar. Isto he, o q̃ vê a dizer o P. M. de mim; porẽ com menos rezaõ; porque eu não deixei de dizer, que o Bispo, & os seus Estatutos laxaraõ a Ordem de Christo; nẽ disse, que a laxação da dita Ordem nasceo de poderem cazar os Cavalleiros. Tambem aqui me leõ o P. M. ou sem oculos, ou divertido: as minhas palavras, que o P. M. argue, & cita, faõ as seguintes no meu tit. 7. pag. 154. *Estes Estatutos do Bispo João não tiveraõ força, nem vigor, nem obrigação na Ordem de Christo, até o tempo del-Rey*

D. Manoel no anno de 1505. em que o Papa Julio II. os approvou; mas foi ja depoiz de os Cavalleiros terem a relaxação pera poderem cazar: peloque emquanto elles foraõ rigorosamente professos, &c. Estas as minhas palavras, donde o P. M. tirou, que eu procedia pouco firme no meu dizer: porem em todas ellas eu não vejo, nem em que me desdiga de serem os Estatutos do Bispo a fonte donde procedeo a laxação da Ordem de Christo; nem tam pouco, em que diga, que a dita laxação esteve, nem estã em os Cavalleiros poderem cazar. porque as minhas palavras; De pois de os Cavalleiros terem a relaxação pera poderẽ cazar; o q̃ significaõ, & o que notaõ, he somente o tempo; a circumstancia de tempo, que corria, quando Julio II. approvou, ou tolerou os Estatutos; & quando a pratica dos ditos Estatutos começou a ser licita na Ordem de Christo; porq̃ atẽ o tempo de Julio II. ainda q̃ os Cavalleiros praticavaõ os ditos Estatutos, era (como diz a Monarchia) cõ remorso da propria consciencia. Isto he o que eu disse, & digo; & não o que o P. M. me impoem. O certo he, que o P. M.

M: me arguo neste lugar, porque se enganou com a significação Theologica, em q eu aqui tomei a palavra *relaxação*. A *relaxação* aqui, que eu disse pera os Cavalleiros poderem cazar, quer dizer; não *laxação vicioza de costumes*: mas *a relaxação do voto na liberdade, que deu o Pontifice aos Cavalleiros pera caza-rem*; porque nós os Theologos chamamos *relaxação* de voto, ou de juramento, à licença, ou dispensação, que se dá pera hum professo poder cazar: porem o P. M. não a tomou assim; mas entendeo as minhas palavras por *relaxação vicioza*; como se eu quizesse dizer: *depois de os Cavalleiros estarem já tão relaxados, & em estado tão differente, do que haviaõ sido, q já não guardavaõ castidade, mas podiaõ cazar, &c.* E que o P. M. se enganou com o sentido da palavra *relaxação*, & a tomou por *laxação vicioza de costumes*, se ve evidentemente do que elle mesmo vai dizendo para diante; porque diz assim pag. 47. *ibi: Se a menos observancia da Ordem de Christo procedo da relaxação de poderem cazar os Cavalleiros della (como o P. M. acaba de dizer, ou de insinu-*

ar) segue-se, que de nenhuma sorte he culpado o nosso Bispo na tal menos observancia; por q não foi elle, o que introduzio aquella chamada relaxação, senão o Summo Pontifice Alexandre. VI. &c. Aqui mostrou evidentemente o P. M. q tomou a palavra *relaxação* pera poderem cazar os Cavalleiros, por *laxação vicioza*; porisso se esforça a defender della ao seu Bispo; & em nos persuadir, que não he elle o culpado na tal *relaxação*, senão o Papa Alexandre VI. q a concedeo; & finalmente porisso disse com misterio *ibi: Aquella chamada relaxação*; mas não, meu P. M. não he chamada; he verdadeira *relaxação do voto*, que concedeo aos Cavalleiros o Papa Alexandre VI: então que pague eu as custas de não dar o P. M. Santa Maria por termos Theologios; & que por elle os não perceber, escreva, & espalhe por entre Gregos, & Barbaros, sabios, & ignorâtes, q eu me contradigo, q procedo pouco firme, & q veja lá o q respondo! Fico advertido, pera se em outra occasiaõ me encontrar cõ o M. P. lhe não fallar por termos escuros, mas tão claro, q hũ rustico me possa tendener.

Do

Do P.^aM. S. MARIA
pag. 47.

E Is aqui expurgado de toda a censura o nome veneravel, & Santa memoria do nosso Bispo: eis aqui como seria melhor ao P. M. não haver entrado em huma empresa tam injusta, que podera omittir, ou ao menos moderar sem offensa do seu assumpto. Por concluzão lhe lembro, & peço muito devotas, qui quando ouver de fallar de algum fogeito, examine primeiro com muita madureza as qualidades delle; & não se arroje a condemnar tão facilmente, como fez neste cazo, &c.

REPOSTA.

T Oda esta doutrina do P. M. Santa Maria he muito santa, & muito filha do seu espirito; porem no cazo pre-

zēte, he pera mim menos necessaria; porque isso mesmo que elle me lembra, & adverte, he o que eu fiz, quando houve de fallar no seu santo Bispo: notei com madureza o modo, com que elle procedeo, & o que obrou na vizita da Ordē de Christo; aquillo de exceder os poderes da sua commissão; & introduzir nos Cavalleiros de Christo as larguezas da Ordē extincta do Templo; & depois de tudo bem ponderado, com a Monarchia Lusitana, entendi que nada ficava devendo ao Bispo, em arguir ao P. M. pelo suppor, & acclamar Restaurador, ou Reformador da dita Ordē de Christo: enganarmehia; porem ainda até qui não vejo em que; nem q̃ o P. M. tenha bem expurgada a memoria do dito seu Bispo.





REPOSTA II.

A SEGUNDA SATISFAC, AO DO P. M.
Francisco de S. Maria.

Satisfação 2. §. I. pag. 58.

EIsaqui a segunda invectiva copiada também fielmente; na qual segunda vez se arma contra mim o P. M. Chronista: & no §. 4. onde dá principio a arguirme, & conforme imagina a convencerme (diz) que pela instituição do Hospital de S. Eloy, da qual aponta o que faz ao caso presente, se conhece bem clara a tenção, & vontade do Bispo D. Domingos, que era, de que o seu Hospital fosse entregue por seus testamenteiros a alguma das sagradas Religioens, &c. Eis aqui toda a força da fatal invectiva do P. M; mas bem examinada, nenhuma força tem. Confesso que das palavras referidas na

instituição se colhe a vontade, & intento do Bispo; mas isto entendese da vontade, & intento, que então tinha, quando fez a instituição. Mas quem disse ao P. M. que o Bispo depois de fazer aquella instituição, não mudou de intento; & não variou de vontade? Tenho observado, que o P. M. forma muitas vezes os seus argumētos sobre huma imaginada contradição, que na verdade o não he, &c. concedo, que aquella foi a vontade do Bispo expressada clarissimamente nas referidas palavras da instituição; mas nego que aquella fosse a sua ultima vontade; & q̃ depois não dispuzesse, & ordenasse o governo do seu Hospital, &c.

R E-

REPOSTA.

E Stamos na segunda satisfação do P. M. Francisco de S. Maria: sua materia, o Seminario de S. Eloy, que fundou na Cidade de Lisboa o Bispo D. Domingos Jardo, pelos annos de 1300, & por morte do ditto Bispo entregou o Senhor Rey D. Diniz aos nossos Monges de Alcobaca. Havia censurado na sua chronica o P. M. Santa M. esta acção do Senhor D. Deniz, & porque eu lhe respondi na minha Historia, vê elle agora satisfazendome neste seu Caderninho. Pera que procedamos com clareza, & brevidade,

Se ha de saber, que toda esta nossa contenda da prezente satisfação se reduz a dous pontos: o primeiro, se o Bispo D. Domingos deixou na sua ultima vontade, que se desse o seu Seminario a Religiozos? O segundo, se em virtude desta ultima disposição do Bispo, o Senhor Rey D. Diniz, pode licitamente dar o Seminario aos nossos Monges de Alcobaca? A parte affirmativa defendi na minha Historia, contra o P. M; porisso aqui tenho obrigação

de a sustentar, contra este seu Caderninho. Que o Bispo deixou por sua morte aquella disposição, mostrei na minha Historia pella escriptura authetica, que temos no nosso Cartorio da instituição do Seminario; mas por que não bastou pera o P. M. a tornei a provar de novo.

O Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha vio (como elle proprio diz) todos os papeis do Seminario de S. Eloy; & dando-nos noticia do que achou, diz na sua Historia dos Prelados de Lisboa, que vio lá a instituição do ditto Seminario; o testamento do Bispo D. Domingos; & o seu codicillo: diz mais, & expressamente, q o ditto Bispo deixou assim no seu testamento, & codicillo, como na instituição do Seminario, que se metesse no dito seu Seminario algus Religiozos, se podesse ser commodamente; o que farião seus testamẽteiros por sua morte: *Historia dos Prelados de Lisboa parte 2. cap. 69. pag. 203. n. 5. ibi: Declarou mais o Bispo no Compromisso do Hospital, & depois em seu testamento, & codicillo, que sua vontade era, que se pello tempo adiante viesse aquelle seu Hospital a ser caza de Religiozos, q*

entaõ cessariaõ os Capellaens, & passariaõ as suas obrigaçoens, & missas aos Religiozos, & continuariaõ os merceeyros, & estudantes, &c. E mais adiante no cap. 71. tras o mesmo testamento do Bispo *de verbo ad verbum*; & no dito testamento a clauzula seguinte n. 10. pag. 207. ibi: *Mandamos àlem disto, que se no nosso Hospital vierem a morar Religiozos, dous delles ouçaõ Theologia, &c.* Mais adiante no dito testamento n. 12. ibi: *Fazemos nossos testamenteiros, & executores deste nosso testamento a Dom Payo Domingues Dayam de Evora, à D. Joaõ Martins, Conego de Lisboa, & a Affonso Joaõ Conego de Evora, & a Ayres Martins, a cada hum delles insolidum; poreo que ouverem de ordenar, serão com conselho do Senhor Rey D. Diniz, a quem pedimos, & rogamos, que defenda, & faça cumprir este nosso testamento, &c.* Tambem no dito testamento se remete o Bispo à escriptura da instituicaõ, que primeiro havia ja outorgado num. 3. & na dita escriptura (que he a mesma, que citei na minha Historia do 2. livro dos Dourados) naõ sò ordena, que se de o seu Seminario a Religiozos (como eu là dis-

se,) mas deixa ja decididas algumas duvidas, que poderiaõ occorrer, no cazo, em q̃ viesse ter o dito seu Seminario à maõ de Religiozos: no dito 2. livro Dourado fol. 83. ibi: *Ut Religiosos aliquos inducamus.... etsi ante obitum nostrum ista non fuerint ordinata, petimus, & mandamus nostris executoribus, & cuilibet eorum, ut ista fieri faciant, & servari; bene enim remanet in redditibus loci praedicti, unde ista commodè fieri possint, & maiora; attamen non est intentio nostra, quod si locus dictae religioni fuerit deputatus, quod visitatores visitent; visitatio enim illorum consuevit esse destructio loci visitati: superius dictum est, quod Ulixb. Decanus visitet semel in anno; etsi per ipsum fieri potest, bene quidem; sin autem, duos sibi adhibeat de illo ordine, in quo translatum fuerit dictum Hospitale; & cū eis corrigat, quod, &c.* Nestas palavras, & clauzula da instituicaõ, deixa ordenado o Bispo, como se haveria de vizitar o seu Seminario; morando nelle Religiozos: a saber, que o vizitaria, & tomaria as contas o Deaõ de Lisboa cõ dous Vizitadores da tal Religiaõ, a quem o dito Seminario se desse. Ultimamente se

con-

confirma esta verdade pela prova mais authentica, q̃ conhecemos nas couzas humanas; & he por huma solemne attestação do Principe, o Senhor Rey D. Diniz: o Bispo D. Domingos foi Chanceler Mór, & valido del Rey D. Diniz, & esta obra do Seminario, quando a meditava, a cõmunicou com o dito Rey; & o dito Rey lhe deu pera elle o padroado, & rendas da Igreja de S. Bartholomeu de Lisboa: assim o tem o mesmo Arcebispo D. Rodrigo na dita 2. parte dos Prelados de Lisboa cap. 69. pag. 202. & quando por mortẽ do Bispo entraraõ os seus executores a cumprir o seu testamento, declarou o Senhor Rey D. Diniz solemnemente, que fora vontade do dito Bispo dar o seu Seminario a Religiozos: no liv. 2. Dourado fol. 59. ibi: *Nosso Senhor D. Deniz pela graça de Deos Rey de Portugal, & do Algarve disse, que vontade fora de D. Domingos Bispo em outro tempo de Lisboa que el, & os outros seus testamenteiros adducessem ao seu Hospital homens de Religiam, que servissem hi a Deos; segundo o que he contheudo em huma ordinhação, que hi ha feito &c.* Esta escriptura, & at-

testação do Senhor Rey D. Diniz faz prova plena, & plenissima no cazo presente, em tanto, que não deixa lugar, nem consente, que se possaõ admitir em contrario outras quais quer provas, ou rezoens, que se intentarem; porque? Porque quando o Principe (que não reconhece superior) interpoem a sua attestação, ou de facto proprio, ou do alheio, que com elle passou, como fes aqui El-Rey D. Diniz, nesse Cazo a sua tal attestatação faz prova plenissima; em tanto, que não deixa lugar pera sepoder admittir em contrario outra qual quer prova, por mais legal, ou authentica que seja: He texto expresso in *Clement. I. de probat. Farinae. inpraxi crimin. q. 63. n. 92. Card. Tuscho tom. 6. pract. conclus. lit. P. conclus. 62. o Bispo Barboza de exigendis pensonibus part. 1. q. 1. n. 8. ibi: Verba cum sint Papæ factum secum gestū narrantis, plenam fidem faciunt; quod adeò verum est, ut in contrarium probatio non admittatur: tx. in clem. 1. de prob. lib. 2. tit. 7. Mascard. de probationibus conculs. 139. n. 1. ibi: Assertionem summi Pontificis attestantis de facto suo proprio probare; adeò ut plenam*

plenam faciat fidem, & probationem plenissimam, usque eo, ut nec probatio in contrarium admittatur, jure cautum est in clem. 1. de probat. & ibi glossa in verbo fecisse narramus &c. num. 8. quod etiam intellige etiam si attestetur de facto alterius coram se facto; ut per Aret. in cap. cum à nobis de test. &c. enum. 10. quarto amplia eandem Conclusionem procedere in Imperatore, vel in Rege, non recognoscante superiore; ut consultus respondit captren. &c. E como o Senhor Rey D. Diniz era Principe Supremo, que não reconhecia outro superior na terra, & aqui attestou de couza, que sabia de certo, & tinha rezaõ pera saber, por ter passado com elle, & o Bispo a remeter à sua disposição, & declaração; da hi he, q̃ não se pode duvidar, que o Bispo D. Domingos quiz Religiozos no seu seminario, nem se devem ouvir, nem admittir razoes algumas em contrario. Desta primeira verdade, & primeira conclusão affi provada, & mostrada, facilmente se segue a segunda; porque se o Bispo dezejou dar o seu seminario a Religiozos, & se remetteo a sua vontade à disposição del-Rey D.

Diniz (como vimos no seu testamento) licita mente o dito Rey deu o seminario aos nossos Monges de Alcobaça. Agora vejamos oque diz o P. M. Santa Maria neste seu caderninho contra esta verdade affi clara; & evidente.

Diz, & confessa o P. M. q̃ o Bispo D. Domingos com effeito fez a instituição, ou testamento, que eu alleguei na minha Historia do 2. livro dos Dourados; mas nega, q̃ fosse aquella a ultima vontade: & pergunta, quem medifse anim, que o Bispo, depois de fazer a dita primeira instituição, não mudou de intento, & não variou de vontade? A esta pergunta do P. M. respondendo numa palavra: que não mudou, nem variou de vontade, porque não apparece testamento algum posterior, nem outra escriptura authentica, que o valha, em que o Bispo revogasse a sobre-ditta sua primeira instituição. Cõsta do primeiro testamento, que acabamos dever, & da primeira escriptura da instituição feitas ambas com todas as solemnidades de direito; & não consta, nem o P. M. mostra outro testamento, em que o Bispo revogasse o primeiro, nẽ outra alguma escri-

escriptura authentica, que o valha, em que o Bispo revogasse a sobredita sua primeira instituiçãõ. Consta do primeiro testamento, que acabamos de ver, & da primeira escriptura da instituiçãõ, feitas ambas com todas as solemnidades de direito; & não consta, nem o P. M. mostra outro testamento, em que o Bispo revogasse o primeiro, nem outra alguma escriptura authênica em cõtrario: pois ainda que a vontade do Bispo fosse deambulatoria (como lhe chamaõ os Juristas) atê o ultimo alento da vida, necessariamente houve de permanecer firme a sua primeira vontade, & o seu primeiro testamento; & de força, ainda que não queira, ha de confessar o P.M. q o Bispo não variou de intento: a razão disto he, porque huma escriptura publica, & hum testamento solemne não se revogaõ com palavras; mas he precisamente necessario, q appareça outra escriptura em forma, & outro testamento, com as solemnidades, que o direito dispoem, em que o testador altere a sua primeira vontade: assim o tem Molina *de justitia, & jure* tom. 1. trat. 2. disp. 153. Barboza nas

remissoens à nossa ordenac: liv. 4. tit. 80. Cardozo *in praxi verbo Testamentum* ibi: n. 76. *Testator non potest mutare voluntatem suam, quam declaravit in perfecto testamento, nec addere, vel minuere ipsi testamento sine solemnitate, quæ requiritur ad illud testamentum faciendum: facit ix; & ibi Doctores in Authent: hoc inter &c.* E mais forçozamête procede esta doutrina no cazo, em que estamos; porque o Bispo D. Domingos (como confessã o P.M.) não viveo mais de tres annos depois da data do primeiro testamento, que se fossem ja passados os dez annos, que assinaõ os Doutores, menos solemnidade bastaria para fazer contra o primeiro testamento: porê sendo passados sò tres, era precisamête necessario pera não valer o primeiro testamento, outro segundo, & posterior, feito com todas as solemnidades da ley em tanto que o Bispo começasse o segundo, se o não aperfeiçoasse; a sua segunda vôtade não havia de valer, mas sò a primeira; ao menos no foro exterior; assim o tem os A.A. assima; & de mais o traz julgado Pegas forense part. 2. cap. 20. in fine, ibi: *Secundum testamentum, ut revo-*

revocet primum jure factum, solemnitates etiam juris debet habere. l. hac consultissima §. si quis &c. quanto mais, que o Bispo não fez segundo testamento, nã segunda escriptura de instituição; nem o P.M. a cita; nem se deve presumir que a fizesse; porque he certo, q, se a fizesse, havia de dar noticia della o Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha; & o havia de lançar na sua Historia, assim como se lançou o primeiro testamento; mas antes sò ao segundo havia de lançar, se achasse que o Bispo por segundo testamento, ou escriptura, havia revogado a sua primeira vôtade: tudo isto he evidente. Supposto pois, que não ha, nem apparece outro testamento, nem outra instituição do Seminario, mais que sò a q eu alleguei, de necessidade o P. M. ha de confessar, que o Bispo não mudou de vontade; mas que permaneceu sempre constante, & firme em dar o seu Seminario a Religiozos.

Do P. M. S. MARIA

pag. 59.

Que não fosse aquella a sua ultima vontade, o pro-

vo com evidencia, formando o meu argumento, do mesmo que o P. M. diz no §. 1. *Affirma o P. M. que o Bispo por sua morte deixou ordenado, que o seu Hospital se desse, ou a Clerigos seculares, ou a Religiozos; & q por virtude desta declaração ficou livre a escolha a El-Rey D. Diniz; &c.* Daqui se segue, que esta disposição, que o Bispo deixou por sua morte (como o P. M. diz) foi muito diversa da outra, que havia feito, & declarado na instituição referida. Provo; porque nãda instituição não apparece a quella alternativa ou Clerigos seculares, ou Religiozos, a vontade do Bispo, ut in dictū Hospitale Religiozos &c.

R E P O S T A.

DAs minhas palavras, diz aqui o P. M. Santa Maria, que prova, ou forma hũ argumento contra mim: vem a Ser o argumento. Eu disse naminha Historia, que o Bispo ordenara se desse o seu Hospital, ou a Clerigos, ou a Religiozos; porem nas palavras do Bispo, que citei do seu testamento, & instituição do Seminario só se acha feita menção de Religiozos; ibi ut reli-

religiosos aliquos inducamus:

Logo estas palavras do Bispo não foraõ, nem são a ultima vontade, mas outras; & outra alternativa, emq̃ o Bispo chamou *ou Clerigos, ou a Religiozos*. Está o argumẽto cõ seu tão de sutileza: respõdo, q̃ eu não tresladei a escriptura toda, mas somente a clauzula, que falava em Religiozos, pera defeza del-Rey D. Denis, & pera mostrar, em como o dito Rey obrou com fundamento, & rezaõ, quando deu o Seminario aos nossos Monges de Alcobaça: & isto estava claro; & muito mais claro estava, que as palavras, que eu tresladei da escriptura, não eraõ o testamẽto todo; porque ao menos (se o P. M. ja vio algum) tinha obrigação de entender, que lhe falava o *Em nome de Deos Amẽ*. O P. M. está agora nosso vizinho; se for servido, pode vir ver a escriptura *de verbo ad verbum*, & achará o mais, que eu disse; ou quando não queira molestar-se, veja o Arcebispo D. Rodrigo da Cunha; & lá tem essa mesma verdade, & testamento.

Do P. M. S. MARIA
no 1.º do pag. 60.

M As deixando este argumento, que se funda nas palavras, & confissão do P. M. com tanta clareza: mostrarei agora cõ muita mayor, q̃ a ultima vontade do Bispo, comque morreo, não foi, de que se desse o seu Hospital, ou a Clerigos seculares, ou a religiozos, mas que se desse, não a Religiozos, mas expressa, & nomeadamente a Clerigos Seculares. Provo com muitas, & concludentes rezoës. Aprimeira; se o Bispo depois que &c.

REPOSTA.

T Enha maõ o P. M. não Se moleste; porq̃ ja lhe disse, que a ultima vontade do Bispo, (supposto o seu testamento, & escriptura da instituição do Seminario, que o P. M. não nega) não era couza, que se haja de provar com palavras, senão com outro segundo testamento, se o ouve; & se o não ouve, ou em quanto não apparece, recolha o P. M. as suas palavras, porque nada fazem, nem provaõ,

N

vaõ, na matéria presente. Esta primeira prova, q̃ queria dar o P. M. vê a ser: q̃seio Bispo tinha dezejo dedar o seu Seminario a Religiozos, quẽ lho impedio em tres annos, q̃ ainda viveo? Boa pergunta? Respondame o P. M. a estoutra: Ouvi dizer, que o Excelentissimo Conde de Castelmilhor dezejou dar o seu cõvento de Pombal aos Reverendos Padres de Santo Eloy em memoria do Veneravel Padre Antonio da Conceição, natural da quella Villa: tambem no triennio de N. Reverendissimo. P. Fr. Hyeronimo de Saldanha o offerceio aos nossos Monges de Alcobaça; & elles o aceitaraõ em capitulo geral; & mais não teve effeito o seu bom dezejo: porque? Amesma rezaõ, que der o P. M. pello Excelentissimo Conde, applico eu ao Bispo D. Domingos; porque não he bom argumento este do P. M. *o Bispo dezejou dar o seu seminario a Religiozos; Logo porque o não deu?* não o deu, porque costumaõ occorrer sempre muitos impedimentos pera qualquer negocio, quanto mais para pôr hum convento em sua ultima perfeição: não o deu, porque não acabaria

em sua vida os edeficios do seminario; não o deu, porque morreria mais cedo, doque esperava: & bem sabe o P. M. que menos tempo, & menos custo se requer, pera fazer hũ testamento, doque não pera se compor o Bispo com huma Religiaõ, assi na forma dos legados, que deixava, como nas mais miudezas, de que faria gosto &c. E finalmente se nenhuma destas rezoẽs bastaõ, excogite o P. M. as que quizer, que a materia he vasta, & tanto andará, atẽ que dê na verdadeira rezaõ; porq̃ a obrigação dedar estas rezoens, está no P. M. em quanto não desfaz, as que tenho dado cõtra elle, & em quanto não a apresenta outro segũdo testamento, em que o Bispo revogasse o primeiro, que citei por mim.

Do P. M. S. MARIA
pag. 61.

POis que foi isto? o effeito o dirá, & he a segunda rezaõ. Consta, que o Bispo deixou por sua morte entregue o seu hospital a Clerigos Seculares, que ficaraõ com os cargos de Provedores, & Cappellaens: & como esta foi a ultima disposiçãõ

ção do Bispo, esta sô he a que faz ao ponto, em que estamos; e nada faz pera elle a vontade declarada na quella instituição. Que o Bispo deixasse Provedor, & Capellaens Clerigos Seculares, & não Religiozos; se prova das memorias, que temos no Cartorio do mesmo Hospital &c. Dellas consta, que o Bispo em sua vida nomeou tres Clerigos pera Provedores &c. Affonso Annes Conego de Evora &c.

REPOSTA.

Ainda aqui não era eu devedor de resposta ao P. M. porq̃ estãdo nòs (como devemos estar) pello principio certo de direito, em que acentei, de que a ultima vòtade do testador não se prova, nem faz invalida compalavras; a tudo isto, que o P. M. vay fallando, devia eu dar o *quid quid sit* dos logicos. Diz o P. M. que se prova das memorias do Hospital de S. Eloy, que o Bispo deixou nomeados por sua morte tres Clerigos pera Provedores, ou Administradores do Hospital; seja muito embora: porem essa nomeação dos tres Provedores, he fora do nosso

cazo; porque a nossa duvida não he, sobre quẽ queria o Bispo pera administrar, ou governar a fazêda do Seminario; senão sobre quẽ havia de viver nelle pera estudar: pera esse effeito do estudo o fundou o Bispo D. Domingos; & pera esse mesmo fim poz nelle El-Rey D. Deniz os Monges de Alcobaça; & não para lhe feitorizarê a fazêda; assim o confessa o P. M. pag. 50. §. 2. deste seu Caderninho. Mostre o P. M. por documento authenticico, em como o Bispo deixou Collegiaes Clerigos no seu Seminario; & te o provar, mais alguma couza se virà chegando ao nosso intento; porem duvido, que o mostre; porque da posse, que deu El-Rey D. Denis aos nossos Monges, & de ser entregue das Chaves do Seminario o Abbade de Alcobaça Dom Pedro Nunes (que o P. M. não nega) junto a que deixou o Bispo ordenado a seus testamenteiros, que nada dispuzesem do Seminario sem concentimẽto do ditto Rey; de todas estas permissas se entende com clareza, que os nossos Monges foraõ os primeiros, que o habitaraõ. Mas pera que saõ estes gastos de papel, & tinta?

Quero dar de barato ao P. M; que provou a sua tenção; & q̃ o Bispo cõ effeito deixou no seminario não sò os Provedores Clerigos, mas q̃ tambem deixou Collegiaes Clerigos, que he o nosso pòto, em obsequio do Senhor Rey Dom Denis; da hi que se segue contra mim? que o Bispo em deixar esses Clerigos, excluiu Religiozos do seminario? *Minime*; de nenhuma sorte se segue: a rezaõ he; porque o seminario (segundo o Bispo o deixou, & pella sua mesma instituição) era hum estudo cõmum pera Clerigos, pera estudantes seculares, pera meninos de escola, pera mercieyros pobres, & pera religiosos; assi consta do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, & da instituição, que temos, do seminario: por esta rezaõ ainda de pois de feito o ditto seminario Casa de Religiozos, & depois de ser entregue aos Reverendos Padres de Villar, no tempo de El-Rey D. Affonso V. a inda viverão das portas a dentro do seminario com os ditos Padres de Villar alguns estudâtes mercieyros, meninos da escola, & Clerigos Seculares; & perseverarão ate o tẽpo de Pau-

lo. III. assi o tem o P. M. liv. 2. cap. 17 da sua Chronica pag. 426. ibi: *Ficaráõ poremdas portas a dentro com os nossos Conegos alguns Cappellaens mercieyros, estudantes, & meninos; & assi se proseguio por alguns annos, até que por graves cauzas &c.* nestes termos assi como ser o Seminario pera estudantes seculares não excluio os Clerigos, assi tambẽ que fosse pera os Clerigos, nẽ por isso excluia Religiozos; & senaõ assine o P. M. a disparidade; porque não poderà negar, que mais distaõ Seculares de Clerigos, que não Clerigos de Religiozos: & sendo tudo isto verdades notorias, que lemos no *Ceo aberto*, aonde vão aqui as plataformas, comque se andou cantando o P. M? ou a que fim tomou por empreza excluir Religiozos do seminario, & censurar a El-Rey D. Denis, pello dar aos nossos Monges de Alcobaça? Tendo o ditto Rey a seu favor a vontade expressa do Bispo no seu testamento; & na Instituição do seminario, como provei não já pello documentos do nosso cartorio, mas pella authoridade do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, que o P. M. não pode negar, porque

porq̃ o cita porſi neste meſmo ponto do ſeminario; & aqui logo abaixo.

Do. P. M. S. MARIA

pag. 62.

Concorda com eſtas memorias, o que diz o Arcebiſpo D. Rodrigo da Cunha na 2. parte da Hiſtoria dos Prelados de Liſboa cap. 69. n. 6. col. 3. onde nos aponta tres Provedores Clerigos; a ſaber Affonſo Anes &c.

REPOSTA.

O Illuſtriſſimo D. Rodrigo da Cunha ja vio o Leytor o ſeu parecer neste cazo; ja vio na ſua maõ o teſtamento do Biſpo, & as meſmas noticias do ſeminario de S. Eloy, que eu tenho dado: agora ſe o P. M. o allega por teſtemunha contra mim, lhe rogo, que veja primeiro, & concidere bem, naõ ſeja o ditto Arcebiſpo teſtemunha contra produccem. E quanto aos tres Provedores, que o Illuſtriſſimo D. Rodrigo apõta, ja tenho ditto, que os tais Provedores, ou Adminiſtradores, ſão fora da noſſa queſtaõ;

porque a noſſa duvida he ſobre defender a El-Rey D. Denis de pòr pera eſtudarem no ſeminario de S. Eloy os monges de Alcobaça: & pera eſta queſtaõ fas muito pouco, que os adminiſtradores da fazenda do ſeminario foſſem Clerigos, ou puros Leigos, ou religiozos. Se os tais adminiſtradores ouveſſe de viver das portas do ſeminario pera dentro, ou ouveſſem de diſpor abſolutos das rendas do ſeminario, ainda poderia fazer alguma duvida eſſa tal nomeação dos tres Provedores; porque ſe poderia duvidar, ſe eſtaria bem aos Religiozos, viverem de baixo da obediencia de hũ Clerigo, & comerem pella ſua maõ: porem os Provedores do ſeminario, naõ haviaõ de ſer como os das caldas; porq̃ naõ haviaõ de ſer abſolutos na adminiſtração da fazenda; mas ficavaõ ſogeitos ao Deão de Liſboa; o qual, & os dous vizitadores religiozos da ordem, que eſtivesſe no ſeminario, lhes haviaõ de tomar contas todos os annos; nem tambem haviaõ de viver dentro do ſeminario; porque como diz o P. M. neste ſeu Caderninho, hum dos Provedores era Conego de Evora, &c

& não havia de deixar a sua Conezia; & o outro era Reytor do Mogadouro, & não havia de deixar a sua Igreja; nos quais termos, não faz, nã desfaz, ao nosso cazo a nomeação dos tais Provedores. Mas eu quero dar, que ouvessem de viver dentro, & ser os Reytos, ou Prellados do seminário; da hi nenhum desdouro rezultava aos Religiozos estudantes, em lhe serem fogeitos: porque isso mesmo vemos praticado na nossa universidade de Coimbra; serem fogeitos os Religiozos a hum Reytor Clerigo secular, que os pode prender, & castigar, no tocante a observância dos Estatutos; & ainda poderia mais, se estivesse em uzo a Bulla do S. Padre Pio V. porque na ditta Bulla deu o ditto Pontifice aos Reytos Clerigos da Univercidade jurisdicção ecclesiastica ordinaria sobre todos os Religiozos escolares, sem offensa, & sem embargo da sua immunidadade. Pello que, se o P. M. não tem outras rezoens, comque prove milhor a sua tenção, me parece, que com a nomeação allegada dos tres Provedores pouco tem concluido.

Do P. M. S. MARIA
pag. 62.

A Terceyra rezaõ comque se convence o mesmo assũto, se funda na quella regra de direito: si institutores alicujus maioratus aliquem vocare, quem noverant, id exprimerent, *l. si patronus &c.* & he doutrina communissima dos DD. porque conhecendo, & tratando o Bispo as Religioens &c.

R E P O S T A:

E Ste texto allegado pouco vejo, que faça pello P. M; porque o Bispo D. Domingos chamou com effeito as Religioens, que conhecia, dando, que em commũ, dizendo: *ut Religiosos aliquos inducamus de approbatis regulis.* Vejase a instituição do seminário: & o Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha: & como não pode em sua vida fazer mais, deixou a seus testamenteyros, que com o parecer del Rey D. Deniz, escolhessem a Religião, ou Religiozos, q haviaõ de viver no seminário; & isto basta pera nos desfender-

fendermos deste texto do P. Mestre.

Do. P. M. S. MARIA
§. 2. pag. 63.

NO §. 5. duvida o P. M. q̃ o Bispo D. Domingos proferisse, ou escrevesse as palavras, cum autem apparuerint &c.

Se ao P. M. Fr. Manoel dos Santos parecerem estas palavras novas, & nova esta linguagem, nos admiraremos justamente; porq̃ hum Historiador, antes que se ponha em publico, tẽ obrigação de duvidar, & duvidando de ver os Autores mais graves, & conhecidos, que escreverão sobre a materia: & sobre a prezente do hospital de Santo Eloy tinha ao nosso Illustrissimo Thomazino, o qual nos annaes, que escreveo da congregação de S. Jorge em Alga pag. 166. dis assim. *Accedit præterea societati &c.*

REPOSTA.

TEmos neste 2. §. a asser-ta profecia do Bispo D. Domingos, cum autem apparuerint viri boni &c da qual nos deu noticia na sua Chro-

nica o P. M. Santa Maria; & a baptizou com o nome de profecia; ao que entendo, pera fazer crer ao vulgo, que fora huma couza do Ceo, & força especial de impulso superior, dar-se aos seus Padres o Hospital de S. Eloy. Eu porem, porque todas as couzas, que se pintaõ sobrenaturais, devem ser de muito escrupulo, em quanto a Igreja as não califica de verdadeiras, duvidei na minha historia da tal profecia, pelas rezoens que lá se podem ver; & juntamente porque o Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, tomando na sua historia por assunto proprio escrever as vidas dos Prelados de Lisboa, hum dos quais foi o Bispo D. Domingos, & sendo esta profecia hum grande elogio pera este Bispo aserto profeta, o Illustrissimo D. Rodrigo nem huma sã palavra diz de tal profecia. Para dizermos, que não teve rezaõ de saber della, he falço; porq̃ vio, & examinou o cartorio da sua se, & o de S. Eloy; escreveu a vida do Bispo Dom Domingos, & a hi todas as noticias, que achou do seu hospital; desde a sua primeira fundação até o tempo prezente. Da mesma sorte o Au-tor

tor da Monarquia Lusitana zambem vio o cartorio de S. Eloy, com todos os mais de Lisboa, vio as mesmas memorias, que cita muitas vezes o P. M. na sua Chronica dos seus Padres Paulo, Jorge, & Miguel; & tambem falla com miudeza neste Bispo D. Domingos, & no seu Hospital de S. Eloy: porem nada diz, nem toca, da profecia: doque tudo se deve inferir, que estes Escriptores ou a não acharão no cartorio allegado de Santo Eloy, on não virão fundamento bastante pera a terê por verdadeira, supposto pois, q em tantas, & tão diversas occasioens, que examinaraõ pessoas defora os papeis de S. Eloy, não se achou, nê elles nos daõ a mais leve noticia da profecia, esperava eu agora, que o P. M. neste seu Caderninho focegasse o meu escrupulo; que me desse algũ final certo, algum documento authenticico, donde achou esta tal profecia.

Pera minha satisfação me remete aqui o P. M. ao seu Bispo Thomasio, insultandome de caminho de eu o não ter visto. Respondo, que o vi; porem muito de proposito o não quiz seguir; por duas rezoens: a primeira por-

que achei em contrario ao Illustissimo D. Rodrigo da Cunha acima citado, & as escripturas do nosso cartorio; aos quais, sem alguma duvida, se deve mayor fê, & credito; a segunda porque mepareceo couza indigna governarme nas noticias de Portugal por hum Autor estrangeiro. Que o Thomasio là em Veneza a onde viveo, & morreo, & em noticias pertencêtes a Portugal, se governasse por escriptores Portuguezes, faria bem; porê hum escriptor Portuguez cõsultar a hum Veneziano, que nunca veyo a este Reyno, pera saber, o que succedeo em Lisboa, seria couza ridicula; especialmente sendo o Thomasio Autor moderno: que se fosse antigo, & do mesmo tempo, ou quazi, do Bispo D. Domingos, & na materia não tivessemos outro Author, ao menos em contrario, nesse cazo, menos mal seria seguilo. Preguntara eu ao P. M. aonde achou em Veneza o seu Thomasio a aserta profecia *cum autem apparuerint viri boni?* Não pode responder outra couza, senão, que cà de Portugal lhe mandaraõ a noticia, tirada das memorias, ou manuscritos

tos dos seus Padres Paulo, Jorge, ou Miguel: está bem; mas se eu não tenho fê nesses Padres, nem nas suas memorias pelas rezoens, que disse acima; & contra a profecia do Bispo na versão do P. M; exclusiva de Religiozos, tenho ao Arcebispo D. Rodrigo da Cunha; que credito podia dar a hum escriptor Estrangeiro, que se governou pelas ditas memorias! Porisso admiro muito ao P. M. que no cazo prezente me remeta ao seu Thomasio; & mesmo porisso, ainda que o vi, passei adiante. Se aminha contenda fosse com o Thomasio sobre noticias de Portugal; & elle me remetesse; ou se desculpasse com o P. M. teria tanta mais rezaõ, quanta o P. M. tem menos em me remeter a elle. Exclama o P. M. que á vista desta authoridade do seu Thomasio não se pode dizer delle, que escreveo quimèras, nem que escreveo de leve. Respondendo, que duvido possa parecer madureza, deixar adous tais escriptores certos, & tão seguros, como o Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha. & a Monarquia Lusitana, por hũ escriptor Estrangeiro em noticias de Portugal. No mais

que o P. M. aqui diz, como não sã. palavras, não ha pera que gastar rezoens.

Do P. M. S. MARIA

§. 3. pag. 66.

Diz no §. 6. *que de nenhum modo são coerentes as tais palavras com a vontade do Bispo, que se exprime na instituição referida: porque diz não podia o Bispo dispor, que seus testamenteiros, tal vez mais velhos, que elle, entregassem o seu Hospital a huma religião, q̃ havia de vir da hi a mais de hũ seculo &c.*

Fallando de veras digo, que he maito pera admirar a facilidade, com que o P. M. afirma, o que não prova. Pergunto, se nas palavras, cum autem &c. se falla por ventura em testamenteiros, ou so ordena, q̃ estes executem alguma couza? claro está, que não: logo de que serve pera o argumento do P. M. e pera a incoherencia, que quer provar nas ditas palavras, que ouvesse tais testamenteiros &c.

REPOSTA.

NAõ me acuzas a consciencia, de que escrevesse de facil na minha Historia; & muito menos neste lugar, em que me argue o P. M. O que eu disse, vem a ser; que a asserta profecia *cum autem* &c. não concordava com a instituição do seminario, q̃ temos no nosso Cartorio: & supposto (como assi he) que eu disse isto; pera o P. M. me arguir com rezaõ devia mostrar, que a tal profecia concordava em verdade cõ a tal instituição, ou com outra qualquer, que o fosse do seminario. Diz mais o P. M. ou pergunta, de que serve pera o meu argumento, & pera a incoherencia, que quero provar nas ditas palavras *cum autem* &c. que ouvesse tais testamenteyros no mundo, ou q̃ fosse mais velhos, q̃ o Bispo, se nas ditas palavras não falla o dito Bispo ã testamẽteyros? Para responder a esta pergunta do P. M. havia de ser licito poderse escrever, quanto se entende: o P. M. nos tem dito, & vay dizendo, que na aquellas palavras *cum autem* &c. deixou o Bispo a sua ultima vontade: diz mais, que essa

sua ultima vontade, & o que quis dizer nas ditas palavras o Bispo, foi, que se desse o seu Hospital, & que fossem investidos na posse delle *totam hanc hereditatem possideant* os bõs homens, que haviaõ de apparecer com as circunstancias, que elle apontava. Digame agora o P. D. & quem havia de fazer essa entrega; quem havia de dar essa posse, *possideant* aos tais bons homens, que haviaõ de apparecer? Por ventura algum Anjo do Ceo, ou alguma alma do purgatorio? Digame mais o P. M. se o Bispo nas ditas palavras deixou a sua ultima vontade, adonde vio o P. M. ultima vontade, sem ter anexo executor, ou testamenteyro? Eis aqui como o P. M. não só na sua chronica, mas tambem neste seu Caderninho, falla incoherente, là no que vimos; & aqui em nos querer introduzir huma ultima vontade, sem lhe affinar, mas antes negandolhe executor; quando não se achará rustico, que não saiba, que o herdeyro, & o testamenteyro, são requizitos essenciais nas ultimas vontades. Pelo que, ou o P. M. se ha de desfazer, de que as palavras *cum autem* &c. foraõ a ultima vontade.

vontade do Bispo; ou lhe hã de buscar executor tacito, ou exprello, implicito, ou explicito: o Bispo com effeito nomeou expressamente executores; assy na instituição do seminário, q̃ temos no nosso Cartorio: como no seu testamento, & Codicillo, que tras o Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha na sua Historia; & com estes tais executores, que o Bispo assim nomeou, he, que eu disse, eraõ incoherentes as palavras *cum autem* &c. & ainda o torno adizer? pois o P. M. ainda não mostrou o contrario; & a rezaõ da incoherencia lá a dey na minha Historia.

Do P. M. S. MARIA
pag. 67.

SE eu differa, que nas tais palavras falava o Bispo cõ os seus testamenteyros, entãõ procedia o argumento do P. M. mas se eu não disse tal, que incoherencia pode o P. M. descobrir nas tais palavras? Dirã que são incoherentes com a referida instituição do Hospital, na qual expressou o Bispo, que deixava o mesmo Hospital à disposiçãõ dos seus testamenteyros: porem este caminho já

estã tomado; porque &c

REPOSTA.

A Ssim he, que não disse o P. M. Santa Maria, que nas palavras *cum autem* &c falava o Bispo com os testamenteyros; mas por isso mesmo procedeo incoherente; porque (como acabei de o advertir) não ha ultima vontade, sê levar consigo executor: essa mesma foi a incoherencia do P. M. além da outra, que também aponte; não dizer elle tal; não dizer, que o Bispo nas ditas palavras falara com os testamenteyros. Prosegue o P. M. que já tem tomado o caminho, & que já disse, & provou, que não fora a ultima vontade do Bispo aquella, que eu referi: que o dicesse, seja; porem que o tenha provado, a indaõ não vimos; nem me parece, que o pode provar; em quanto não apparecer outro testamento posterior, em que venha revogado o primeyro, que temos no Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha, & no 2. dos nossos livros dourados.

Do P. M. S. MARIA
pag. 68.

Isto supposto, digo que se nas ditas palavras entrou alguma luz superior, he facil de entender o fim dellas. Quiz mostrar o Bispo, que haviaõ de apparecer em Portugal homẽs com as circumstancias que elle a põtava; & quiz declarar, que era sua vontade, que aos tais homens fosse entregue o seu Hospital pelas pessoas, a quem entãõ tocasse o governo delle; & não pelos seus testamenteyros; & ordenou, que entre tanto se governasse o ditto Hospital, não por religiosos, mas por clerigos &c.

R E P O S T A.

A Qui acabou o P. M. S. Maria de me dar fundamẽto, pera eu ainda duvidar da sua profecia *cũ autem* &c. As verdadeiras profecias, em que entra luz superior, atẽ nos apices sãõ infalveis; porẽm esta profecia do Bispo D. Domingos, se havemos de crer ao P. M. na sua Chronica, faltou na parte mais principal do effeito. Na verfacto do P. M. aqui neste seu

Caderninho, profetizou, ou declarou o Bispo, q̃ aos tais bons homens, que elle apõtava dessem a posse do seu Hospital, não os testamenteyros, mas as pessoas a quem entãõ tocasse o governo delle. Este he o sentido, ou intelligẽcia da profecia, que lhe dà o P. M. porẽm o effeito foi totalmẽte contrario; porq̃ os seus bons homens de Villar ouveraõ aposse de S. Eloy, não da mãõ do Provedor delle Gonçalo Guterres, nem em virtude desta profecia; ou ultima vontade do Bispo D. Domingos, mas da mãõ do Infante D. Pedro, & do Abbade de Alcobaça D. Estevaõ de Aguiar, em virtude de hum decreto do Papa Eugenio IV. & deraõ ambos o ditto Hospital aos dittos bons homens muito contra vontade, & com muita repugnancia, & mayor violencia de Gonçalo Guterres, que o governava; porque não queria deixalo, nem largalo; & foi neffessario tirarẽ-lho da mãõ por força cõ decretos; sobre decretos do Papa; & valẽdose o Infante de toda authoridade, & poder Real, de que entãõ uzava, como Governador, q̃ era deste Reyno. Mas ouçamos

mos isto mesmo da Chronica do P. M. que sempre me fas mercè das milhores rezoens pera minha defeza; diz assi no ceo aberto liv. 2. cap. 17. pag 426: *Naõ se conseguiu este negocio (a posse do Hospital) levemente; porque Gonçalo Guterres & Provedor q' então era, quiz replicar, & contradizer a nova erecção do Hospital em convento, allegando pera isso varias rezoens, & valendo-se de todos os meys, que se lhe offercevaõ.* Acodio o Infante D. Pedro, interpondo o poder, a intercessão, a authoridade, a pessoa, com tanto empenho, que bem podemos affirmar, que a elle deve a congregação esta caza. Muitas vezes falou pessoalmente aos Cappellaens, & merceeyros, de cujo consentimento dependia, em grande parte, o bom successo: offereceo, & fez pactos com o Provedor; escreveo repetidas vezes ao Põ-tifece, ate que este mandou os seus poderes a D. Estevão de Aguiar D. Abbade de Alcobaça, pera que metesse os nossos Conegos de posse do Hospital de S. Eloy & c. De forte, que o Provedor do Hospital de nenhuma forte o deu, nem largou, nem queria dar, nem largallo aos bons homens de Villar; mas foi necessario u-

zar de força & reforçar o poder, pera lho tirarem das mãos: porem isso não era, oque estava profetizado na versão do P.M. porque na ditta versão em apparecendo os bons homens, viventes em commun, *cum autem apparuerint viri boni*; logo; não os testamenteyros; mas os que governassem o Hospital, lho haviaõ de entregar suavemente: al fim, tocados de superior impulso; ou obedecendo â ultima vontade do Bispo, *hi totam hereditatem possideant*: & que diremos a isto? Eu não sinto, que possamos dizer outra couza, senão, ou que a profecia ainda está por cumprir, ou que faltou nesta parte: mas se faltou, he profecia falsa, ou será profecia supposta, como eu sempre desconfieei atèqui: & se ainda está por cumprir, halucinou-se o P. M. em nos dizer, & entender, que o Bispo nas dittas palavras apontou pera os seus bons homens de Villar; & que delles, como de Clerigos Seculares, fallou com exclusiva a Religiosos. Escolha o P. M. oque maiz quizer; mas em quanto escolhe, eu passo a diante.

Do-

Do. P. M. S. MARIA

pag. 68. §. 4

REPOSTA.

M As tâ, que he odioza esta chamada profecia (como diz o P. M. no §. 7.) ás Sagradas Religioens, que ja então floreciaõ em Portugal; porque supoem a ditta profecia, que os filhos das mesmas Sagradas Religioens não eraõ bons homens &c.

Espero, que me diga o P. M. se quondo El-Rey D. Deniz deu a posse do Hospital de S. Eloy aos Monges de Alcobaça, entendeo que os dittos Monges eraõ merecedores, & dignos da quella mercè Real? Hã de dizer o P. M. que sim eraõ; & que a mereciaõ muito pelas suas virtudes, observancia, & Religiofo modo de vida. Bem está: logo não tinha El-Rey D. Deniz aos Monges de S. Bento, nem aos mais Religiozos (que entam havia em Portugal) por homens de virtude, nem de observancia &c. Ou esta consequencia he legitima, ou o não he, a que o P. M. tira contra as palavras do Bispo? Devia o P. M. advertir em huma couza &c.

S Uposto (como ja mostrei) que El-Rey D. Deniz teve bom fundamento pera dar o Seminario de S. Eloy a Religiosos, por ser essa a ultima vontade do Bispo, que elle deixou expressa no seu testamento, que temos em D. Rodrigo da Cunha, & na instituição do Seminario, que temos nos nossos livros dourados, de dar o ditto Rey o Seminario aos Monges de Alcobaça, não se segue, nem colhe, que tinha aos mais Religiosos, que então havia em Portugal, por de menos virtude, nem de menos observancia, que os nossos Monges; mas o que se entende, & segue, por legitima consequencia, vem a ser, que amava mais aos nossos, que aos outros; & deste seu mayor affecto pera os nossos monges, he, que muito nos gloriamos; de outra couza não. O ditto Rey, he certo, que não podia dar o Seminario a todas as Religioens, mas a huma só; & havendo de ser sò huma a chamada, & escolhida, elle (como confessa o P. M. na sua Chronica) pela grande afei-

afeição, que sempre teve aos Religiosos de São Bernardo (faõ palavras do P. M.) de-
 zejando que tivessem hum Collegio em Lisboa, lhe deu
 o de S. Eloy; mas por impulso de amor; por outro principio
 não. Se o Senhor Rey D. Deniz excluísse a todos
 os Religiosos do seu Reyno, & mandasse a Castella por
 outros, & de outra Religião, q̃ cá não tivesse, entã sim; se-
 guir-se-hia com bom fundamento, que não tinha os Re-
 ligiosos do seu Reyno por bons, nem por homens de
 virtude; porem nos termos do cazo, em que elle se houve,
 não se segue, nem tal se pode inferir; mas o que fomenta
 se deve entender, he aquillo mesmo, que confessa o P. M.
 na sua Chronica; que tinha grande afeição, & que ama-
 va mais aos seus Monges de Alcobaça. Isto he o que se de-
 ve philosophar do Senhor Rey D. Deniz: porem no
 cazo do Bispo D. Domingos, não se deve discorrer assim;
 porque se dá entre ambos huma disparidade muito no-
 toria, & vem a ser: que El-Rey D. Deniz não excluio a
 todos os Religiosos, que conhecia; mas porque não po-
 dia chamar a todos, chamou,

& escolheo (de entre os ma-
 is do seu tempo) aos Monges de Alcobaça: & o Bispo, não
 fez assim; mas excluio a todos, os que conhecia, por es-
 perar por outros de possivel, que estavaõ ainda pera exis-
 tir; porisso a consequencia, que eu tirei contra as pala-
 vras do Bispo *cum autem appa-
 paruerint.* &c. he legitima, & colhe; & não colhe, nem he
 legitima, a que o P. M. inten-
 ta contra o Senhor Rey D. Deniz. Sempre o P. M. nestas
 suas paridades pecca em des-
 proporção notoria; assi foi na paridade de Julio II. pera
 o Papa Paulo III; & assim he aqui nesta do Bispo Jardo
 pera El-Rey D. Deniz. Eu bem entendo, que o P. M.
 pertende salvar-se naquillo de Clerigos seculares, em que
 carrega muito a mão: confes-
 sa, que os seus estaõ iguais com os outros Religiosos nas
 duas circunstanças de serem
 homens bons, & uteis pera a Republica; porẽm diz, que o
 Bispo escolheo os seus, não por alguma ventagem, que
 elles levem às outras Religi-
 oens, mas pela differença de os seus, & não os outros, se-
 rem Clerigos seculares, vi-
 ventes em commum, sem aobrigação de votos perpetuos.

Esta-

Está bem; mas eu perguntara ao P. M. Santa Maria, em que verção seria, ou Caldaica; Grega, ou dos setenta; contém as palavras do Bispo, *Clerigos seculares*, sem a obrigação de votos perpetuos; As palavras formais do Bispo são estas: *cum autem venerint, & apparuerint aliqui viri boni, quorum exemplum, & institutum sit laudabile, & Reipublicæ gratū, & utile, vivātque in communi, hi totam hanc hereditatem possideant*: & nem em todas, nem em algumas destas palavras eu acho pelos Calepinos, & Vocabularios, que o Bispo *directe*, nem *indirecte*, *tacite*, nem *expresse*, *implicité*, nem *explicité*, nem por outro algum modo, entendesse Clerigos, nê Conegos seculares, nem regulares com votos, ou sem votos: mas todas as palavras; huma por huma, tanto se podem applicar á Religião de S. Bento, como á de S. Francisco; á de S. Domingos, como á da Companhia, ou outra qual quer: pelo que, de duas humas; ou o Bispo não fallou especialmente dos Reverendos Padres de Villar; ou as suas palavras são odiosas ás outras Religioens, que já havia no seu tempo: são odiosas;

porque se o Bispo dezejava dar a sua fazenda a homens bons, viventes em commum, de louvavel exemplo, & instituto; gratos, & uteis á Republica; que he, o que contém as suas palavras; & não a deu aos Religiosos, que conhecia, os quais todos eraõ viventes em commum, de louvavel instituto &c. por esperar pelos Reverendos Padres de Villar, que ainda vieraõ da hi a muitos annos; segue-se necessariamente, que não tinha por tais aos ditos Religiosos do seu tempo. Por tanto sou de parecer, que nos deixemos de tal profecia; & que o P. M. attribua a merce, que fizeraõ á sua congregação do Hospital de S. Eloy, ao dezejo, que se acha communmente nos Principes catholicos de favorecerem as Religioes novas; porque assi ficamos todos iguais; & não que queira ser exceção da regra, valendo-se para isso de profecias, ou suppostas, ou menos bẽ interpretadas. No mais que diz o P. M. atẽ pag. 71. não me detenho, porque tudo vay fallando na suppozicação falsa, deque a sua profecia se entende de Clerigos seculares, & não de Religiosos solemnemente professos.

Do-

Do. P. M. S. MARIA

pag. 71. *churcho*

P *Areceme, que ficão limpas as palavras do Bispo D. Domingos da nodoa, que lhe quis por o P. M. mas agora me dê o P. M. licença, pera lhe lêbrar, que ninguem deve arguir nos outros, oque tem em si, & se lhe pode mostrar aos olhos. A pag. 518 deste seu liv. col. 2. diz o P. M. estas formais palavras: no mesmo tempo (corria então o anno de 1559. em que as outras Religioens nossas vezinhas andavaõ lidando consigo mesmas sobre vêcerẽ a propria relaxação &c. & não achou o P. M. que esta propozição era injurioza, & odioza, não sò às Religioens que elle nomẽa do tempo do Bispo, a saber; a de Santa Crus de Coimbra, a de S. Bento, a de S. Domingos, & a de S. Francisco, senão tambem às que se seguirão de pois &c.*

R E P O S T A.

N Odoas, não custumo polas; porque defender, & apurar a verdade, bẽ pode não ser parto de huma

mã lingua. Do P. M. Santa Maria com mayor fundamẽto eu pudera presumilo, pelo que agora me vem dizendo muito fora do seu aslũto. Gloza o P. M. estas palavras daminha Historia pag. 518. col. 2. *no mesmo tempo, em que as outras Religioens nossas vezinhas andavaõ lidando consigo mesmas sobre vencerem a propria relaxação, nos nossos Mosteyros, & Monges de Portugal nada faltava &c.* Destas minhas palavras pareceo ao P. M. que eraõ odiozas às Sagradas Religioens da Santa Crus, de S. Bento, de S. Domingos, de S. Francisco, & da Companhia: Estã bem; mas que tem com isso o P. M. Porventura tem procuração das ditas Religioens! O cazo he, que o P. M. não advertio, noque eu dezia; porque tomou materialmente a minha palavra, *nossas vezinhas: Religioens nossas vezinhas dos Monges Cistercienses, não saõ todas, as que nomẽa o P. M. não saõ as mendicantes de S. Francisco, & de S. Domingos, nem a da Companhia; porque distaõ das Monachas quanto he da vida activa à contemplativa, com outros predicaos diferenciados, que temos, & não se achão*
P nas

nas Religioens nossas vezinhas, que eu disse, são as Monachas; porque não tomei a palayra, *vezinhas*, pelo material do territorio, mas pelo formal do estado: & facilmente pudera o P. M. entendelo se me lesse cō reflexão; porque eu lali falava dos Cōmendatarios, & os Religiosos Mendicantes de S. Francisco, de S. Domingos, & da Companhia, nunca os tiveram, mas famente os tiverão as Monachas, por rezaõ das rendas destas Religioens pois, nossas vezinhas, he, que eu disse, andavaõ lidando cōfigo mesmas sobre vencerem a propria relaxaçã; mais isto está tão longe de lhe ser odiozo, que antes foi o maior louvor, que eu lhe pude dar. Não negaõ as mesmas Religioens nas suas Historias, que desceraõ a esse lastimozo estado de relaxaçã; porem a culpa não foi sua, isto he, dos seus professores; mas dos Cōmendatarios; os quais, como lamentaõ os mesmos Põtifices nas suas Bullas, roubarão os Mosteyros, & destruíraõ as Religioens: & por aquellas annos, que nota o P. M. de 1559. que faziaõ essas Religioens assim relaxadas, & destruidas? Que? Andavaõ

lidando consigo mesmas sobre vencerem a propria relaxaçã; isto he, andavaõ trabalhando sobre facudirem de si o pezado jugo dos Cōmendatarios; andavaõ lidando consigo mesmas; isto he, andavaõ excogitando todos os meynos, & modos, pera se livrarem daquella peste, & se restituirem outra vez, por meyo das Congregaçoens modernas, & governos triẽnais, ao seu primitivo vigor. Isto he, o que eu disse; & he por ventura odiozo às Sagradas Religioens nossas vezinhas? onde vay logo aqui a gloza do P. Mestre?

Do P. M. S. MARIA
pag. 72.

NO *Apparato a esta sua mesma Historia de Alcobaça Illustrada p. 49. col. 1. diz como seu Illustrissimo Manrique, que a Religião de Cister tem servido à Igreja ella sò, mais que todas as outras Religioens juntas &c. pag. 79. col. 1. do mesmo Apparato diz, que a sua Religião florece sobre todas na excellencia do estado Monacal. Não sei, q̃ dirão a isto as Veneraveis, & observantissimas Religioens camaldulense,*

& Carthusiana, & nobilissima
do Principe dos Patriarcas S.
Bento &c.

R E P O S T A.

POuco, ou nada devo responder a esta següda glôza do P. M. Santa Maria: porque se elle confessa, que isso mesmo, que eu disse, foi por authoridade do nosso Illustrissimo Manrique, & se não pode negar, que isso mesmo, & muito mais, he a mesma verdade, eu, aquem Deos fez a mercê de dar huma Maytam nobre, pera que lhe seria ingrato? Porque não diria alguma couza, do muito que ella tem feito em serviço da Igreja? lea o P. M. os Alphabetos dos quatro tomos dos Annaes Cistercienses do nosso Illustrissimo Manrique; lea o Cister Militante; o Menologio Cisterciense; os quatro tomos de Gallia Cristiana; os Annaes & ecclesiasticos de Baronio, & Bŕovio, cō outros muitos escriptores, q̃ tratao da nossa Ordem; & depois de os ver falarà comigo, pera me dar novas do que por là acha. Aqui sò lhe advirto de caminho, que as observantissimas Religioens Ca-

maldulense, & a do Principe dos Patriarcas S. Bento, saõ a mesma couza com a nossa Cisterciense; & assi estas Santissimas Religioes nada tem, contra o que eu disse, porque da gloria de huma participao todas, como irmans, & filhas do mesmo Pay, o Senhor S. Bento: & a Sagrada Religiao Carthusiana. tambem não falla; & nisso dá documentos aos que falaõ mais do que podem.

Do P. M. S. MARIA
pag. 73.

NA mesma pag. 45. col. 2.
ainda falla com mayor excesso: refere humas palavras do seu Melifluo Doutor, & saõ estas, Beati eritis fratres &c. Entra o P. M. a verter as mesmas palavras, & diz, que o S. Doutor quizera dizer, que os Monges da sua Ordem seriaõ Bemaventurados, se perseverarem no Santo proposito da sua vocação; porque se na terra hã caminho plano, estrada Real, & seguro pera o Ceo, he a observancia da Sagrada Ordẽ de Cister. Forte versao por certo! O Santo não disse, nem quiz dizer tal; o Sãto fallou como discretissimo, e &c.

P. 2.

R E.

REPOSTA.

FOrte versão por certo? exclama o P. M. Santa Maria: mas melhor pudera eu exclamar desta sua exclamação; porque mostra nella, que anda ja algum tanto esquecido da lição das Historias; de outra forte tẽdo elle por lá muito, & muito mais, a este mesmo intẽto, certamẽte não havia de exclamar com tão pouco. Vem a dizer o P. M. que a minha versão contein em si duas grandes dissonancias; a primeira, porque em ella ponho em duvida se hã na terra caminho plano, & seguro pera o Ceo: a segunda, porque quem diz, que se hã caminho seguro pera o Ceo, he a observancia da Ordem de Cister, suppoem, que onde não se guarda a tal observancia, não hã caminho plano, nẽ seguro pera Deos; & por consequencia, que todas as outras Religioens vão por caminho empecado, & perigozo: & acrecenta com seu tanto de ufania, que difficultoza sahida darei a estas dissonancias.

Antes q̃ responda *in specie* ao P. M. quero suavizar esta

dureza, que elle concebeo na minha versão com outras authoridades mais significativas, que a Meliflua do meu Santo; & com outras versoes tão fortes como a minha, não já em Autores nossos; mas em Autores de fora, & das outras Religioens: por abreviar o papel, baste por todos Vincencio Belovacense, escriptor pio, & doutissimo, & da Sagrada Ordem dos Pregadores; por isso sem a mais leve suspeita nesta materia. Falla este Autor no seu *Especulo Historial lib. 25. cap. 106.* da Sagrada Ordẽ de Cister, & do penhor certo da Gloria, que tem os seus Professores, na observancia das suas leys; & refere a este intẽto huma maravilha zizaõ; da qual no lugar citado são as palavras seguintes *ibi Civitas hæc pulchra, quam vides, Paradisus est, ubi ego maneo; & quando quisque tunicam suam laverit, id est, penitentiam peregerit, in illam intrabit: tu ipse satis diu quæstisti viam, qua itur ad illam; sed nulla alia via, quam ista ducit ad eam. His dictis Clericus à somno evigilavit, & mirari cepit de visione: &* são as palavras de Vincencio; agora, por me fazer merce, quizera

zera eu, que o P. M. Francisco de Santa Maria me vertesse em vulgar aquillo; *sed nulla alia via, quam ista ducit ad eam*; porque em bom Portuguez querem dizer: *que não ha outro caminho pera o Ceo absolutamente*, isto he, empeçado, nem plano, seguro, nem perigozo, se não a observancia da Ordem de Cister, a qual observancia he este caminho, qui se entende nas palavras *sed nulla alia via* &c. o P. M. admirouse de eu dizer, que a Ordem de Cister era huma estrada Real, & segura, pera o Ceo; porque (diz elle) dei a entender, que as outras Religioens hiaõ por caminho empeçado & perigozo: & Vincencio Autor Dominicano, ainda diz mais; porque diz que não ha na terra outro caminho pera o Ceo fõra da observancia Cisterciense: *sed nulla alia via, quam ista, ducit ad eam*: que diremos a isto q̃ necessariamente hã mister explicação? Que? Que a mesma explicação que der o P. M., a estas palavras de Vincencio applico eu á minha versão; porque se a minha versão he forte, mais forte he esta authoridade de Vincencio.

Ao Leytor curiozo sim; darei estas palavras de Vin-

cencio ja traduzidas por outro escriptor em sentido puro, & verdadeyro; o mesmo q̃ eu disse na minha versão. Este Escriptor he o Reverendissimo P. M. Fr Miguel Ramon Zapater no seu *Cister Militante*; diz assim no principio cap. 2. pag. 11. ibi: anno 1104. *un clerico chamavase Roberto, & foi ao depois Prior de Cister, & Santo como tem o nosso Manrique tom. 1. Annal. Cisterc. ad ann. 1104. cap. unico; & Jepsescenturia 7. ad ann. 1104. cap. 2. natural de Vendupera junto a Leon de Francia, donde estudiava humanidad, vio entre suenos un valle hermoso a la falda de un monte, y sobre el, fundada una ciudad, tan bella, con muros, y torres, que quantos la veyan, deseavan mirarla mas. Caminó un rato por acercarse a sus muros, y al mejor tiempo le embargo la vista un caudalozo Rio, que impedía el passo. Solicito devadearle ya fatigado, no pudo hallar modo a su dezeo. Vió en la outra ribera entre ciudad, y valle doze hombres lavando en el rio sus asperas tunicas, y cõ ellos un hermoso Joven, desigual en rostro, y talle con vestiduras mas blancas q̃ la nieve; el qual ayudando a uno, y otro discu-*

discurria entre ellos, como quien les animava, llevando no poco de sus fatigas. Admirado el Clerigo, esforzando la vòs, dixo: Dime, ruegote, hermoso mancebo, que gente sois, y que es esto, que aqui hazeis? El bizarro Joven respondio: Estos, que aqui ves, son vnos pobres hombres, que estan haziendo penitencia, y lavando sus tunicas en la sangre del Cordero, para quedar limpios de toda mancha de peccado: yo soy Jesu Christo, que a esto les ayudo, porq̃ sin mi ninguno puede bazer obra buena, y de virtud. La hermosa Ciudad, que ves, y entrar dezeas, es el Celestial Paraiso, llamado Ciudad de Dios, en la qual entrará qualquiera, que con mi ayuda lavar su tunica, despues que se halle limpio de toda mancha de peccado: y tu, que tanto dezeas hallar el camino, por dõ se vâ a ella, sabe, y ten por averiguado, q̃ no ay otro, ni senda mas segura, y pordonde con mäs certeza atines, sin perderte, para hir a ella, como la que siguen estos pobres, que ves aqui lavando; los quales por la vida tan Santa que hazen, estan vecinos, y cercanos a la Celestial Gerusalem, que miras. Faltò con el sueño la vision &c. Continúa este Autor, com Manrique Vin-

cencio, & despoes, que o Clerigo consultou a vizaõ com o Bispo Cabilonense, o qual a interpetrou da Sagrada Ordẽ de Cister, & de seus professores, aconselhando ao Clerigo, que tomasse o habito na dita Ordem, se quera segurar a sua Salvaçaõ; & quando o Clerigo foi a Cister pedir o habito, & vio aos doze Monges, porque naquelle tempo ainda naõ havia mais na casa, conheceo pelas feiçoens do rosto, & habitos, que elles eraõ os mesmos, a quem havia visto lavar no rio. Eis ahi, pelo Reverendissimo Padre Mestre Zapater, o mesmo com pouca differença de palavras, que eu disse vertendo a authoridade meliflua de N. P. S. Bernado; & ahi mesmo no meu Apparato tẽ o Lector outras authoridades de outros Santos, que bem percebidas, & attendidas, sua vizaõ muito esta minha mesma versaõ, q̃ taõ dura pareceo de tragar, & digerir ao P. M.

Isto hei dito ex abundati, pera mostrar a pouca rezaõ do P. M. em assim exclamar contra a minha versaõ; como se fosse alguma couza nova, & naõ huma verdade corrente, & recebida de quantos escreveraõ da Sagrada Ordẽ de

de Cister, dentro, & fôra da dita Ordem: agora satisfazendo *in specie* ao P. M. digo, q̃ a minha verfaõ não he exclusiva, nem negativa das outras Religioens, fenaõ significativa, & expressiva: explicome: estas minhas palavras da verfaõ. *Se na terra ha caminho plano, estrada Real, & segura pera o Ceo, he a observancia da sagrada Ordem de Cister*; valê em Latim o mesmo, q̃ estas; *quæ est, via ad cælũ, via Regia via secura, nisi sacer ordo Cisterciensis?* Aquelle *nisi* não he exclusivo, nem negativo; de outros caminhos, nem das outras Religioens; mas he significativo, & mais expressivo da nossa entre as mais: exemplo claro, & de fê. No cap. 15 de S. Mattheus, quando os Discipulos intercederão pela Chananêa, lhes disse o Senhor: *non sum missus nisi ad oves, quæ perierunt domus Israel*: aqui, he certo, q̃ o *nisi* não he exclusivo, nem negativo das outras ovelhas, q̃ não eraõ da casa de Jacob; ou da gentidade; & isto ou entendamos o *missus* da presença corporal do Senhor, ou do fructo espirital da Redempçaõ; porque sendo a Chananêa gentia; o Senhor não a excluio dos seus visiveis, & divinos favores; o

mesmo ao filho do Centurião, & a outros gentios; aquê também sarou Christo; o mesmo aos tres Reys, que o adoraraõ; aos Egypcios quando fugio de Herodes; & ali a outros; mas he significativo, ou exaggerativo; ou expressivo, de primazia, & precedencia; como dizendo Christo; que ainda que veyo pera todos, veyo primeyro, & mais especialmente; pera os Hebreos: assi otem *apud Silveyra*: hic S. Ambrozio, S. Jeronimo, o nosso Veneravel Beda, & outros Padres. Da mesma sorte o meu *nisi* não he negativo, nê excluzivo das outras Religioens, nem dos outros caminhos; maz he significativo da mayor segurança, que entre as mais tem a nossa Ordem pera o Ceo. A outra dissonância tem a resposta mais facil: porque quem diz (como eu disse) se ha na terra caminho plano, & seguro pera o Ceo, he a observancia da Ordem de Cister; o que quiz dizer, he; que todas as subidas pera o Ceo são difficultozas, & arriscadas, assi como em figura de todas as partes se sobia cõ trabalho pera a Cidade de de Jerusaleem, a onde Christo morreo; mas que se hã algum caminho menos escabrozo; & mais

mais seguro, effe he a observãcia da sagrada Ordem de Cister. Isto he o que eu disse; & de nada disto tinha o P. M. q̃ exclamation: porque a primeira parte, ou que todas as subidas pera o Ceo são asperas; he artigo de fê; porque he do Sagrado Evangelho no cap. 7. de S. Mattheus *Arcta est via, quæ ducit ad vitam*; & a segunda parte he de N. P. S. Bernardo *Via Regia, via secûra* &c. De sorte, que na primeira que pareceo dissonancia ao P. M. fallei acoflado ao texto Evangelico; & na segunda, fallei pela boca de Vincencio, Manrique, Yepes, Zapater; & tambem a costado ao cap. 15, de S. Mattheus: que tam solido, & fundamental escrevi a minha Historia; eo P. M. tanto superficial exclamou contra aminha versaõ.

Do P. M. S. MARIA

§. 5. pag. 74.

P Rossegue o P. M. dizendo no §. 8. *que he muito pera admirar, que eu me animasse a por no Theatro do Mundo huma censura tam injusta feita a hum Rey taõ benemerito de posteridade como El-Rey D. Denis.*

Pareceme que muito facilmente posso aliviarme desta taõ pezada reprehensão; & em primeiro lugar digo, que não sabemos ategora, que El-Rey Dom Denis fosse impeccavel. Confesso, que foi excellente Principe: mas isso não tira, que alguma vez pudesse errar como homem. Delle deraõ ao Pontifice os ecclesiasticos de Portugal não menos, que quarenta capitulos, como se ve na Monarquia Lusitana 5. parte, & 6, em varios lugares, & os refere todos por extenso Gabriel Pêreyra de Castro no seu tratado de Manu Rigia pag. 329. &c.

R E P O S T A.

T E mos neste §. que o P. M. Santa Maria por eu defender a El-Rey D. Denis, se pos a fazerlhe huma fadyra: & que tS o Serenissimo Rey, ou em que he culpado nesta nossa contenda? Omotivo, que eu dey ao P. M. foi dizer, que elle, na sua Chronica, escrevera com menos rezaõ, que El-Rey D. Denis a não tivera, em dar o Seminario de S. Eloy aos nossos Mõges de Alcobaça: por tanto, aqui he, que havia de vir ter o P. M. porque, que tem com o Semi-

o Seminario de Santo Eloy, que dessem, ou não, os ecclesiasticos quarenta capitulos contra El-Rey D. Denis? Responde o P. M. que se entaõ não duvidou todo estado ecclesiastico deste Reyno, & a o depoiz não duvidaraõ os Escriptores de por no Theatro do mudo os defeitos daquelle Rey, que muyto foy, qne elle lhe attribuisse hum de taõ pouca concideração ! Bellamente; de sorte que por haver, quem apedrejou a Santo Esteuaõ, ha de ser licito a Saulo atirarlhe pedras? Naõ se segue: porisso de outra parte devia o P. M. provar a sua tençaõ; porque dos 40 capitulos nada tira, nem pode colher, que fassa a bem do seu cazo. Demais do que, o P. M. mostra menos literatura em chamar defeitos aos tais capitulos, porque este nome *defeitos*, so he proprio dos pessoas; & os capitulos naõ foraõ vicios da pessoa; foraõ artigos controversos sobre pontos de jurisdicção, emque El-Rey D. Denis a exemplo de seus predecesores, defendia as regalias da sua Coroa; & os ecclesiasticos puxavaõ pela immunidadade da Igreja; oque El-Rey, *secluso contemptu clavium*, & con-

tumacia, podia fazer, & ser hum Santo: & nada mais devo aqui dizer ao P. M. o das duas sentenças tem seu lugar a diante.

Do P. M. S. MARIA

pag. 76.

Como o P. M.aley de agra-
decido achou que devia
tomar por sua conta a defeza
del-Rey D. Denis: eu, que sigo
tambem a mesma ley, quero, a-
inda que de passagem, tomar
por minha conta a defeza dos
Serenissimos Reys D. Manoel,
D. João III. & D. Henriq,
Rey, & Cardeal; aos quais a-
minha congregação deve sin-
gulares favores, & affectos: dos
primeiros dous diz o P. M. pag.
296. col. 1. que nas couzas do
seu Mosteyro de Alcobaça
obrarão mal informados, & cõ
gravissimo escrupulo da sua cõ-
ciencia; qual seja, a comque isto
se disse, ficarà ao juizo dos ley-
tores, que sabem, quaõ singu-
lar foi a Christandade; & pie-
dade da quelles Princepes &c.

fol impa novuol nat m

REPOSTA.

Que o P. M. Santa Maria
cõheça, & confesse as
mercès

mercês, que tem recebido dos Reys, louvo muito; porem q se meta a calificar, fôra de seu assunto, oq eu escrevi na minha Historia, não sendo elle o Juiz do officio, por nenhū principio se pode louvar; porque ainda no cazo negado que o P. M. me arguisse com rezaõ, com tudo, isto de fahir fôra do proprio assunto, he vicio, que com nenhum pretexto se pode cõrar; he erro, que nunca pareceo bẽ; nunca se soffreo em qualquer materia. O nosso assunto he, sobre se tive eu rezaõ pera defender a El-Rey D. Denis da posse, que deu aos Monges de Alcobaça do Seminario de Santo Eloy: Eque parentesco tem com El-Rey D. Denis, nem com o Seminario de S. Eloy, oque fez El-Rey D. Manoel, & os outros Reys depoiz d'elle, no particular de Commendatarios? Diz o P. M. que os quer defender, por se desempenhar da sua obrigação: estã bem; mas pera esse efeito escrevalhe a vida, componhalhe panegiricos, poezias, ou outras quais quer obras em seu louvor: aqui foi fôra de tempo, & lugar; & fôra do seu lugar, & tempo, nem o mesmo fol agrada.

Queixa-se o P. M. de eu

dizer na minha Historia, que os Serenissimos Reys D. Manoel, & Dom Joã III. nas couzas do nosso Mosteyro de Alcobaça, obraraõ mal informados, & com gravissimo escrupulo da sua conciencia; & acrecenta, que fique ao juizo dos Leytores a conciencia, comque eu escrevi isto: mas oque deve ficar ao juizo do Leytor, he a conciencia, comque o P. M. me vi-ciou as palavras, & o sentido dellas, em huma materia tão grave, qual costuma ser tudo, quanto toca nos Reys. As palavras do P. M. são estas: *dos primeiros dous diz pag. 296 col. 1. que nas couzas do seu Mosteyro de Alcobaça obraraõ mal informados &c.* & como os ditos Reys D. Joã III. & D. Manoel no nosso Mosteyro de Alcobaça obraraõ muitas couzas diferentes, vê o P. M. a dizer, que em tudo quanto elles obraraõ, eu disse, que obraraõ mal; porque a sua propozição he obsoluta, & universal; porem isto he testemunho falso, que se me levanta; porque no lugar citado da minha Historia, eu fallei somente dos Cõmendatarios; & somente de os ditos Reys os porem em Alcobaça he, que eu disse, & digo que

que obraraõ mal informados, & cõ gravissimo escrupulo de sua consciencia. Se o P. M. leu a minha Historia as muitas vezes, que disse no principio deste seu Caderninho, lá tinha no tit. 18. pag. 548. em como o Senhor Rey D. João 4. na carta patente, pela qual nos restituhio a chamada commenda de Alcobaça, confessou isso mesmo, que eu disse; que com pouca, ou menos attenção, & consideração da que pedia materia tão grave, se havia dividido pelos Senhores Reys, seus antecessores, a Real Abbadia de Alcobaça, & haviaõ permitido na dita Real Abbadia Commendatarios: palavras do Senhor Rey D. João IV. no lugar citado: & por quanto com o discurso do tempo por alguns respeito, que então se consideravaõ com menos attenção, do que a materia pedia, foraõ separados do dito Mosteiro de Alcobaça por Bullas Apostolicas, havidas a instancia dos Senhores Reys, meus predecessores, a mayor parte das suas rendas, & jurisdicoens, erigindo se em cõmonda particular &c. Eis aqui tem o P. M. por attestação do Senhor D. João IV. que a chamada commenda de Alcobaça se

erigio com menos attenção, da que era devida; & consequentemente os Cõmendatarios, que a desfrutaraõ, foraõ menos bem permitidos; & sendo isto assi, de que me nota, & argue o P. M. Não fêdo esta a materia, emq o P. M. devia fallar tanto á ligeira; porq se he crime em hum Historiador impor falsamente defeitos ao homem mais vil da republica, a hum Rey ainda he muito mais.

Do. P. M. S. MARIA
pag. 77.

D Iz do mesmo Rey D. João III. que uzurpou (he palavra sua) à sua Ordem quatro Conventos; (milhor differencia comigo o P. M. Santa Maria, mosteyros) & logo pag. 367. col. 1. se anima a conjecturar, como costuma, que a morte de tantos filhos do mesmo Rey fora castigo de Deos pela menos devoção, & menos affecto, que o mesmo Rey teve à sua Religião Cisterciense &c.

REPOSTA.

O S mosteiros, que o Senhor Rey D. João III. nos uzurpou, foraõ tres, &
Q 2 não

naõ quatro: Ceica, S. Joã de Tarouca, & Salzedas; & os uzurpou (torno adizer) aos nossos Monges, pera os dar às duas religioens de Christo, & Aviz: & se o dito Rey o fez, como consta das Bullas da restituicão, & das escripturas authenticas dos nossos Cartorios, eu porque o naõ diria na minha Historia? E q̃ o dicesse, que importa isso ao P. M. ou em que o releva dos descuidos da sua Chronica? Equanto aos juizos, que eu fiz, sobre a morte dos filhos do mesmo Rey, & que o P. M. argue de temerarios; se a minha Historia se tornar a imprimir, elle for a rever, nesse cazo lhe concederei a necessaria authoridade, para assim os censurar; aqui no Caderninho foi dezejo de fallar; & muito pior, naõ dando (como naõ dá) a rezaõ do seu dito: & a semelhantes palavras livremente proferidas, nenhum Varão sério deve reposta.

Ojuizo, & discurço, que eu fiz, sobre a morte dos filhos Del-Rey D. Joã III. tem muytos exemplos em todas as Historias; saõ mui uzados nos successos publicos, & nas pessoas publicas, de pois do effeito: pudera ci-

tar a muitos semelhantes; mas por naõ fazer largo o papel, baste este. No mesmo tempo emque El-Rey D. Phelippe II. de Castella estava em Lisboa, tomando posse de Portugal, Levou Deos pera si, a seu filho herdeiro, o Principe D. Diogo, & a Rainha sua mulher, a Serenissima Dona Anna de Austria; & escrevendo o successo o Excelentissimo Conde da Ericeyra na sua Historia de *Portugal restaurado*, naõ diz menos, que isto; que a morte dos ditos Princeses foraõ castigos do Ceo, avizos, & auxilios de Deos, que mandava a El-Rey Dom Phelippe, pela violencia comq̃ occupou este Reyno; mas ouçamos as palavras do Conde, porque nem todos teraõ a sua Historia: diz assim *liv. 1. pag. 34. ibi: se bem ao passo das suas se-rezoens exprimentava El-Rey os castigos do Ceo: porque quando tomou Lisboa, vio morrer a Rainha sua mulher, & quando respondeo indignamente ao Memorial da Duqueza de Barchança, lhe chegou avizo de Madrid da morte do Principe D. Diogo, seu filho primogenito: chamando Cortes a Lisboa, buscou o alivio de taõ grande sentimento, fazendo jurar nel-las*

las por successor de Portugal seu filho D. Pbelippe; se Deos não fora mais poderoso, & tão incomprehensivelmente justo, grãde prudencia era buscar o remedio na cauza do damno; porem hum Rey Catholico, parece que estava obrigado, vendo-se soccorrido com estes auxilios, a depor a contumacia, deziſtido da empreza &c. a te-qui o Excelêtif. Cõde. Agora pregūtara eu ao P. M. se podia ser curso ordinario da natureza a morte da quelles dous Princepes? Ha de dizer que sim; logo andou temerario o Conde da Ericeyra em ajuizar, que foi castigo de Deos a dita morte! E senão andou temerario, tambem eu o não fui, no q̃ disse del Rey Dom João III. aliás de o P. M. a diversa rezaõ.

Do P. M. S. MARIA

pag. 77.

A Pag. 364. não acaba o P. M. de encarecer a inclinação, & affecto del-Rey Dom Sabastião pera com os Monges, & Mosteiro de Alcobaça: & qual foi a sua successão? Qual o successo do seu Reynado? Asuccessão nenhuma; o successo infelicissimo.

R E P O S T A.

O Senhor Rey Dom Sabastião morreo solteyro; & nem Deos, nem nosso P. S. Bernardo costumaõ dar filhos de milagre a homem solteyro; salvo se quera o P. M. que o nosso Melifluo Santo tomasse por sua conta, cazar o dito Rey: porem esse cuidado, havendo de ser do Ceo, era mais próprio de S. Gonçalo de Amarante. E se o P. M. pertende notar (como aqui indirectamente o faz) termos nòs, & dizermos, que he bençaõ especial de Nosso Padre Bernardo, conservar as cazas dos Princepes seus asseioados, bem mostra; que não leo aminha Historia, com olhos puros; porque lá tinha em como não somos nòs os Monges seus filhos, os que o dizemos, & publicamos; mas os mesmos Princepes, partes interessadas na materia. O Senhor Rey D. João IV. na sua carta patente, acima citada, da reſtituição da chamada cõmẽda de Alcobaça, diz assi: *esperando com o fazer assi, que alcançaremos eu, & os Reys meus descendentes, & successores, a duração desta Coroa,*

conforme a benção, & profecia do dito Santo Abbade, contheuda na dita sua carta ja referida &c. Equanto ao successo de Africa, não sei, se toca o P. M. em temerario, dando-lhe o nome de infelicissimo; porque sabemos de muitas revelações, & Historias daquelle tempo, que salvou Deos a todos, ou quazi todos, os que morrerão na batalha de Alcacer; & que mayor felicidade, que a salvação? Os meynos são indifferentes, os fins são, os que calificaõ: & tẽdo a quella batalha por fim a gloria, que mayor felicidade pera os q̃ morrerão nella? Equanto ao do Reyno, se não estivera pelo Cardeal Dom Henrique, q̃ tanto trabalhou, por meter este Reyno em Castella, bem suprida estava a falta del-Rey D. Sebastião nos Principes seus Primos da Real caza de Bargarça.

Do P. M. S. MARIA
pag. 77.

DO Senhor Rey D. Affonso VI. diz com as costumadas exagerações pag. 75 col. 2. que fora tão afeiçoado aos Monges. Cistercienses, como todos os outros Reys, &c. E

qual foi a successão, que ficou della no mundo? Poiz de que serve &c.

R E P O S T A.

T Ambem aqui, como em tudo o mais, que a montou o P. M. dos Reys D. Sebastião, & Dom João III. fae fora do seu assunto; porem que remedio hã; se não responderlhe: porque (como ja adverti) somos devedores *sapientibus est &c.* O Senhor Rey D. Affonso VI. foi afeiçoadissimo ao Real Mosteyro de Alcobaça: porem elle não foi, quem empenhou a nosso Padre São Bernardo na conservação da prole Real, senão seu Pay, o Senhor Rey Dom João IV. quando nos restituiu a chamada cõ-menda de Alcobaça. Agora se o Melifluo Santo tem de-zempenhada a sua proteção, o pode dizer a numeroza descendencia do dito Senhor D. João IV. q̃ o Ceo nos conserve por dilatados seculos.

Do P. M. S. MARIA
pag. 78.

DO Serenissimo Rey, & Cardeal D. Henrique diz pag. 296. que obra contra

tra a vontade expressa &c. & pag. 468. diz que o mesmo Rey Cardeal fora flagelo &c. & que se resolvesse o P. M. a fallar no theatro do mundo tão largamente de hum Rey devida innocentissima &c.

REPOSTA.

EM todos estes meus lugares, que aqui cita o P. M. Santa Maria, eu fallo da divizaõ, que fes o Cardeal Dom Henrique na Real Abbadia de Alcobaça; sobre o mais da sua vida, que o P. P. chama innocentissima, nem huá sô palavra dice: veja-se a minha Historia. Agora sobre a dita divizaõ, & sobre o estado em que o Cardeal achou, & deixou a Real Abbadia, parece demaziada esperteza intro-meter-se o P. Mestre a querer saber no alheio, mais que seu dono; se ficamos milhor, ou pior, so nós o sabemos, & so nós o podemos dizer. o P. M. devia tratar da sua defeza, & o tempo, que gastou inutilmente nestas exclamaçoens, milhor o gastará em buscar rezoens solidas, & nervozas, comque se expurgasse das minhas impugnadoens: & quanto ao Leytor, lá tem na

na minha Historia, oque eu disse, & rezaõ de o dizer. De caminho advirto ao P. M. que o epiteto de *vida innocentissima*, que attribue ao Cardeal, so se deve dar, & so he proprio de Christo Senhor nosso, & de sua Santissima Mãy; porque como seja o superlativo da Santidade, & innocencia; esta no tal grau supremo sô se acha em Christo, & sua Mãy: & se quizer tomalo em sentido menos rigoroso, fosse muito embora pera algum Santo da Igreja; pera o Cardeal D. Henrique, não se pode dissimular, porq foi *Lapsus penna*.

Do P. M. S. MARIA

pag. 79.

SE o diz pela monstruozidade de das duas cabeças em hum corpo, não tem rezaõ: porq isso, que he monstruozidade na ordẽ da natureza, não o he no governo moral. Ponhamos hum exemplo muito commum, deixando outros muitos: Negarà o P. M. que todos os Reynos Catholicos tem duas cabeças supremas? Não o pode negar; tem huma no espiritual, que he o Pontifice; & outra no temporal, que he o Rey, & isto sem ser

ser monstrozidade : logo &c.

R E P O S T A

P Ara aliviar o P. M. Santa Maria ao Cardeal Dom Henrique da monstrozidade, que introduzio em Alcobaça, deixado-nos dous Abades, hum Monge, & o Cōmendatario, se deixou dizer, que no moral não era monstrozo hum corpo com duas cabeças: porem será necessario certificar ao curiozo Leytor, que isto, que aqui diz o P. M. he absolutamente falso; & he expressamente cōtra o que nos ensinaõ os Sagrados Canones: porque no cap. *Quoniam in plerisque; de officio judic. Ordin. Lib. 1. Decret. tit. 31.* temos palavras expressas, que he monstro, & monstrozo, hum corpo moral com duas cabeças: palavras formais do texto: *prohibemus autem omnino, ne una, eadem que civitas, sive Diæcesis diversos Pontifices habeat, tanquam unum corpus diversa capita, quasi monstrū;* excelēte texto! alē de ser maxima do mesmo Christo *Nō potest servus duobus Dominis servire.* E pera q̃ o P. M. não diga, q̃ isto de ter noticia dos

textos dos Canones, seja muito embora pera hum escriptor desconhecido; lhe quero dar outra prova, mais palaciana, & de corte. Quando o grande Alexandre hia com o seu exercito sobre o Reyno dos Persas, temendo El-Rey Dario a propria & eminente ruina, mandou offerecer ao competidor, que se accomodasse a ficarẽ ambos Reys com igual dominio da mesma Monarquia Persica; offercimento q̃ não aceitou Alexandre, dizendo em Quinto Curtio, que assi como o Ceo não sofre a mais de hum Sol, assi era monstrozo hum corpo politico com duas cabeças; *cælum non patitur duos soles; nec unum imperium duos Reges.* E como o Cardeal D. Henrique deixou em Alcobaça os dous Abades, & as duas cabeças, porisso eu justamente me queixei da monstrozidade. Prova o P. M. a sua paradoxa com huma paridade, ou exemplo, na maneira seguinte. Todos os Reynos, diz, tem duas cabeças, huma no espiritual, que he o Papa, outra no temporal, o Rey. Porem com boa venia do P. M. o exemplo não vem muito ao intento; porque nelle se as cabeças são duas,

duas, os corpos tambem faõ dous, & diversos: a saber, hum corpo a Igreja, o outro corpo a Monarquia; hum corpo o secular, o outro o ecclesiastico; hum corpo o espirito; o outro o temporal; & com esta declaraçõ, que o Papa, eo Rey naõ faõ duas cabeças de hum mesmo corpo, porque o Papa he cabeça separada, & indivisa do espiritual. E o Rey, he cabeça a parte de outro corpo, o secular: mais claro; o Papa, o seu Reyno, eo seu imperio faõ as almas dos fieis, conforme aquelle texto de Christo *regnum Dei intra vos est*; & o imperio dos Reys naõ passa do material; & para colher a paridade, haviaõ os dous, o Rey, & o Papa, de fer ambos cabeças do mesmo corpo; ambos do espiritual, ou ambos cabeças do temporal; assi como em huma sã Abbadia deixou o Cardeal a monstruozidade das duas cabeças; o Abbade Monge, & o Cõmendatario. Tambẽ advirto de caminho ao P. M. que naõ parece fer de homẽ douto, dizer, que todos os Reynos tem duas, cabeças; porque aindaque no temporal haja muitos Reynos, & muitos Reys; porem no es-

piritual naõ ha mais de hum Reyno em todo mundo; & a mesma unidade indivisivel, q se dá na cabeça, se dá no corpo, segũdo o texto de Christo *Unum ovile, & unus pastor*. Por onde, naõ se pode negar, que foi descuido, dizer muitos Reynos, sem fazer distincão do espiritual, ao temporal.

Do P. M. S. MARIA

pag. 82. §. 7.

Prosegue o P. M. no §. 10 dizendo, que hum Affonço Joaõ se levantara a mayores com o Hospital de Santo Eloy, & que o Abbade de Alcobaça deva principio a huma nova demanda &c. quanto ao primeiro ponto assi foi &c.

REPOSTA.

Neste §. nos diz o P. M. Santa Maria em como o seu Martim Mattheus alcançou duas Sentenças contra os Monges de Alcobaça sobre o Seminario de Santo Eloy. Porem se bem se advertte, esta Bulla, ou Breve do Papa Joaõ XXII. q o P. M. nos allega em prova, propriamẽ-

R te

te não foraõ sentenças, mas foi fomite huma Tuitiva, ou hum Decreto, *de manutendo in possessione durante litis pendentia*; ibi *præfatum Martinum Matthæum, vel procuratorem suum ejus nomine auctoritate nostra faciatis, donec hujusmodi proprietatis causa fuerit terminata pacifica dicti Hospitalis jurium, & pertinentium ejus possessione gaudere*. Equanto à cauza principal sobre a propriedade do Seminario, he falço dizerse, que houve sentenças no cazo; porque tambem do mesmo, que o P. M. refere, a contenda acabou por concerto de a migavel composiçaõ, & não por sentença; & daqui se entende, que os nossos Monges tinhaõ direyto ao Seminario; porque semelhantes concertos, quando se fazem, he sòmente nos cazos, em que a justiça està pendula, ou dubia, ou propensa igualmente pera ambas as partes: logo a resoluçaõ do senhor Rey D. Denis, & a posse, que deu aos nossos Monges do Seminario de S. Eloy, pelas mesmas noticias, & rezoens, que o P. M. não se atreveo a negar, não foi absoluta; & se os nossos Monges desistiraõ della; se vieraõ a concerto;

seria porque em animos religiosos, em peitos dezinteressados, val mais a paz de Christo, que todas as victorias do mundo.

Do P. M. S. MARIA
pag. 85.

QUanto ao terceyro ponto, em que o P. M. diz, *fundado na Monarquia Lusitana 5. parte pag. 96. que estive-raõ Monges de Alcobaça em S. Eloy até o tempo del-Rey Dom Affonso V. respondo, que (como ja disse) consta, que os Monges largaraõ o Hospital a Martim Mattheus no anno referido acima &c.*

REPOSTA.

NEste 3. ponto eu nada disse de mim; mas referi sòmente a que dizia a Monarquia Lusitana: Pelo que se o P. M. entende o contrario, lá o haja com o Autor da Monarquia, o qual neste ponto he fiador, & principal pagador juntamente. Mas advirto ao Leytor, que o P. M. não allega porfi fundamento positivo, como era necessario; mas sòmente procede fundado em conjecturas; as quaes

quais não bastão contra hum Autor, que escreve assertivamente. De caminho torno a lembrar ao Leytor, note em como o P. M. aqui escreve por conjecturas, havendome estranhado tanto, no principio deste seu Caderninho, algumas conjecturas, deque me vali na minha Historia; o que em bom Portugues he ser inconstante

Do P. M. S. MARIA
pag. 86.

E Is aqui como he preciso aos Escriptores, & muito mais aos que impugnão o que outros escreverão, examinar as cou-

zas com madura reflexão; por não se exporem a serem redarguidos, tal ves com tanta evidencia, que a não possam negar.

REPOSTA

E Xcellente doutrina esta! Mas lembro ao P. M. S. Maria, que quem a dà não fica dezobrigado de a tomar para si. No demais, se pareceo ao P. M. que me redarguia com huã tal evidencia, que eu a não poderia negar; pelo que tem visto, & verá ate o fim deste papel, pode conhecer, se o enganou, ou não, o seu pensamento: & tenho respondido a segunda fatisfação.



R 2

RE-



REPOSTA III.

A TERCEYRA SATISFACAO DO P. M.

Francisco de S. Maria.

Satisfação 3. s. I. pag. 95.



Qui temos a 3. in-
vectiva copiada fiel-
mente, menos a Bulla
do Papa Innocencio
VIII. da qual sò tresladey as
palavras, que faziaõ ao intento
do P. M. & tambem ao meu,
nas cauzas que elle impugna, &
eu defendo à cerca dos pontos
da presente invectiva. Em sa-
tisfação della, & delles, basta-
va huma so resposta deduzida
de dous lugares deste mesmo li-
vro do P. M. A pag. 10. col. 1.
quer o P. M. que demos credi-
to às couzas, que pertencem ao
primeiro Abbade de Alcobaça
D. Fr. Ranulfo pelo testemu-
nho, que dà delle o Autor dos
Agiologios a pag. 86 &c. E
confesso, que o P. M. tem muita
rezaõ, porque na verdade a-
quelle Autor merece todo o cre-
dito, como homem, que fes estu-

do &c. E sobre a prezente das
couzas tocantes a D. Izidoro
Tristaõ D. Abbade de Alcoba-
ça tinha ao Autor dos Agiolo-
gios no 3. tomo, pag. 107. &c.

REPOSTA

Temos ja a 3. satisfacão,
que me intenta dar o
P. M. Francisco de Santa M.
& he sobre o P. Izidoro
de Portalegre, Commendata-
rio que foi da Real Abbadia
de Alcobaça. No seu Anti-
loquio disse o P. M. que se
movera a darnos estas satis-
facoens, por não poder passar
pelas injurias, comque eu na
minha Historia mal tratei
forte, & gravemente, a dous
Varoens insignes da sua con-
gregação; o Bispo, (que vi-
mos

mos de Vizeu, & este P. Izodoro de Portalegre, Commendatario de Alcobaça. Mas pergunto; & em quanto Commendatario de Alcobaça que foi o estado, em que eu fallei do P. Izodoro, que parentesco tem o dito P. com os Reverendos padres de S. Eloy, para dizer o P. M. q̃ eu injurie os seus Varoẽs insignes, no q̃ escrevi deste nosso Commendatario? Quando o P. Izodoro chegou a Alcobaça, para tomar posse da Real Abadia, antes de a tomar, a primeira diligencia foi despirse do homem velho (como diz S. Paulo) & professar, ou vestirse do novo homem Cisterciense; veja-se a minha historia no tit. 12. Nestes termos fosse, ou não, até li Clerigo o P. Izodoro, pela nova profilção que fez, se transformou, & transfigurou na candura Cisterciense, à imitação de Christo Matthæi 17. *Vestimenta autem ejus facta sunt alba sicut nix*: & que tem, o q̃ eu escrevi de hum tal, ou qual Cisterciense, com a Congregação do P. M. ? Diga logo, q̃ outro foi o impulso, q̃ o moveo; & não que o fez por acodir, ou defender os Varoens insignes da sua Ordem.

Entrando pois, o P. M. a

justificar-se, nos diz, que isso mesmo, que elle escreveo do P. Izodoro, anda impresso no 3. tom. do Agiologio; mas antes me insulta cõ este dilema, que ou eu vi, ou não vi a este Autor? se o não vi, q̃ tẽ muito de que se admirar; & se o vi, porque o não creyo. Dã-dolhe credito nas materias, q̃ me pertencem, & tocão nos meus Abbades. Respondo, que o vi; porem não o segui, por seguir a doutrina do P. M. No Prologo da sua Chronica dando o P. M. razão de si, & dos Autores a quẽ seguia, diz do Author do Agiologio as formais palavras seguites, ibi: *por vezes me aparteï do Autor dos Agiologios, por q̃ em muitas partes falla menos ajustado à verdade dos successos, & ao computo dos annos; mas com desculpa pela vastidão do assumpto, que emprẽdeo &c.* Adiãte na mesma Chronica, ou Ceo aberto na terra liv. 1. cap. 29. pag. 299. diz, que os seus Padres forão os primeiros, que puzeraõ em ordem o officio de Nossa Senhora *in sabatho*; & prosegue dizendo ibi: *neste Reyno sò se conhecia por noticia* (o dito officio) *atẽ que o P. Manoel de Elvas confessor do Cardeal Infãte D. Affonso, à sua instancia, &* não

naõ do Cardeal de Alpedrinha, no que errou o Autor dos Agiologios &c. No mesmo liv. 1. começa o cap. 41. dizendo assi, pag. 350. *ibi: refutaõse os erros, ou descuidos de outros Autores: em muitas couzas se desviou tambem o Autor dos Agiologios tratando em diversos lugares da nossa Congregaçaõ, &c.* No mesmo liv. 1. cap. 21. pag. 296. diz mais do mesmo Autor dos Agiologios, que se enganou no que disse, de naõ serẽ os seus Padres de S. Eloy os primeiros Missionarios de Congo &c. E por este mesmo estillo vay notando o P. M. em outros muitos lugares ao Autor dos Agiologios de outros muitos descuidos, & erros. Agora digo eu, & se o Autor dos Agiologios nas materias q̃ tocaõ ao P. M. tantas vezes se descuidou, & se o P. M. por essa razãõ o naõ seguio, eu q̃ gozo do mesmo privilegio, & liberdade, para que o seguiria, ao menos assi a olhos fechados? o Agiologio he Historia Ecclesiastica, mas naõ he livro Canonico; & se o P. M. rejeitou a Monarquia na primeira satisfacaõ por este mesmo principio de naõ ser livro canonico; eu porq̃ naõ faria o mesmo ao Agiologio?

Venero muito ao Autor do Agiologio; cõfesso o seu grãde zelo, que teve da honra Patria; & a consummada erudiçaõ, com que escreveo; mas adverti, com o P. M. na vastidaõ do seu assumpto; porisso conferi as suas noticias cõ os outros Autores, & com os documentos do nosso Cartorio; onde os achei cõformes, seguio; & aonde naõ, passei adiante. Note o P. M. que nas noticias dos Abbades D. Fr. Ranulfo, & D. Fr. Pedro Egas, naõ citey sò ao Agiologio; mas citey juntamente, & primeiro, os documentos do nosso Cartorio: o liv. 1. Dourado a fol. 138: outro livro da Biblioteka manuscrita; & a nossa Chronica de Cister; estes em D. Ranulfo: & em D. Fr. Pedro Egas; citey o mesmo liv. 1. dourado a fol. 139.: o liv. dourado fol. 20. & em outros lugares; a Monarquia Lusitana, o nosso Illustrissimo Manrique; & ultimamente a pedra da sua sepultura: & no que os achei conformes citei tambem ao Agiologio; & tambem o citara, & seguirã nas couzas do P. Izodoro, se o achasse conforme com os outros Autores, & com as nossas escripturas: & se o P. M. assim o fizesse,

fizesse, faria o que hera obrigado; porque não he boa desculpa nas noticias da sua caza impor a culpa a hum Autor de fóra. Deixo à parte a affectação, (porq̃ lhe não dê outro nome mais expressivo) com que o P. M. assi censurou de erro, & de errarem, ao Agiologio, ao P. M. Fr. Antonio da Purificação, & a outros escriptores mais; porque esta authoridade de diffinir, q̃ hum escriptor errou, he privativa sò de quem, o prova com evidencia; ou da authoridade da Sè Apostolica, & de seus legados, nas materias que lhe pertencem; & os escriptores particulares, qual he o P. M; não tem licença, pera censurarem tão livremente; para dizerem; *errou tal escriptor; refutaõse os erros intolleraveis de outros escriptores*; mas o mais que podem fazer, he arguir com rezoens solidas; & das ditas rezoens tirar por consequencia o negado pela parte adversa. *E in specie* no cazo presente o que devia fazer o P. M; era, mostrarme por documentos authenticos, do seu, ou de outros cartorios, a verdade, do que eu lhe impugnei no P. Izodoro; & não que queira pagarme nas noticias de sua

caza, com hum Autor de fóra: se a contêda fosse o Agiologio, elle sim teria rezaõ em se defender com o P. M. porẽ o P. M. sendo a nossa duvida sobre hum fogeito, a quẽ elle baptiza por varaõ insignie da sua Congregação, devia ser mais diligente; devia examinar, & apurar com todo rigor, como em couza propria, as noticias, que nos dava; & não escrever *a de onde der*: porq̃ elle escrevia pelos documentos do seu Cartorio, que tinha em sua caza; & o Agiologio escreveu por informaçoes, que lhe deraõ; nas quais sem culpa sua o puderaõ bem enganar. Daqui he, & se deixa ver a rezaõ, porque não impugnei ao Autor do Agiologio; porque elle se escreveu menos verdadeiro, a culpa não foi sua, se não de quem o informou: & culpas alheas conhecidas por tais, sò Christo Senhor Nosso as pagou. Mas vejamos o que mais vem dizendo o P. M. em sua defeza.

Do P. M. S. MARIA

§. 2. pag. 101.

E *Stando a discorrer pela ordem, & devizaõ dos §§. não posso deixar o 2. sem fazer hũa grave*

grave reflexão, no que o P. M. diz à cerca do Cardeal D. Jorge da Costa, cuja defesa devo tomar por minha conta &c. Foi o Cardeal D. Jorge da Costa o maior ecclesiastico da Christandade abaixo dos Pontífices supremos; por suas grandes letras &c. hum homem de tão alta esfera, de grandeza tão sublime, quem dirá, que recebia honra de ser Abbade de Alcobaça? Que a dava sim &c.

R E P O S T A.

O Utra vez sahe a qui o P. M. fôra do seu assunto; porq̃ nada tenho de presente com o Cardeal D. Jorge da Costa; nem sobre elle impugnei ao P. M. na minha Historia, pelo que seja muito embora odito Cardeal, quanto o P. M. quizer: porem dizer o P. M. que odito D. Jorge não recebia, mas que dava honra em ser Abbade de Alcobaça; creia o P. M. que sem essa honra podiamos passar bellamente, assi Dom Jorge da Costa quizesse passar sem as nossas rendas! De mais do que, o Senhor Rey D. Henrique, no mesmo tempo, em que era Rey, foi juntamente D. Abbade, & Geral

de Alcobaça com suplemento de Monge; & do officio, que servio hum Rey, bem podia prezar-se, sem desdouro da sua nobreza; o Eminentissimo D. Jorge da Costa.

Do P. M. S. MARIA
pag. 103.

N Esta mesma invectiva §. 4. diz não sò do Cardeal D. Jorge, mas sem exceção de todos os Comendatarios de Alcobaça, & dos que havia em outros Mosteyros, que não fizeão mais, que destruir, & roubar: & he sofrivel, que se diga com tanta generalidade hum couza tão vil, & tão indigna, & com palavras tão feas, de hum Infante Cardeal D. Affonso, de hum Infãte &c. todos estes forão Commendatarios de Alcobaça &c.

R E P O S T A.

N Otavel ancia mostra o P. M. Francisco de Santa Maria, em me fazer Rêo das pessoas Soberanas; mas sempre sahindo fôra do seu assunto: porque, que parentesco tiverão com o P. Izo-

Izodoro, os Infantes D. Afonso, D. Henrique, nem D. Fernando de Austria? Ou em que alluvia ao P. M. isso, q eu escrevi dos Commendatarios de Alcobaça? Mas ja me lastimei outras vezes, de que eramos devedores *Sapientibus, & insipientibus*. Respondo aos seus clamores.

Contra a pessoa, & Altezas dos Serenissimos Infantes nomeados, nada disse na minha Historia; contra os Commendatarios sim, disse muito; mas nada de minha cabeça; porque não fiz outra couza, senão repetir, & referir, o que diziaõ delles os Pontifices Sixto IV. & Innocencio VIII. & se ainda isto não basta, pera me alliviar deste tão grande crime, protesto huma, & muitas vezes, que em tudo quanto eu escrevi dos Commendatarios, o fiz por me conformar com o Sagrado Concilio de Trento; porque por attestação solemne do dito Concilio, os Commendatarios foraõ a destruição, & a ruina dos Mosteyros; diz assim o Santo Concilio na sess. 25. de Regular. cap. 21. *ibi. cum pleraque monasteria, etiam Abbatiae, Prioratus, & Praepositurae ex malitia eorum, quibus commissa fuerunt, ad ministracione, non le-*

via passa fuerint, tam in spiritualibus, quam in temporalibus, detrimenta, cupit sancta Synodus ea ad congruam monasticæ vitæ disciplinam omnino revocare &c. Agora veja o P. M. se se conforma, ou não, com este capitulo do Concilio? Eveja mais, se faz aqui o Concilio alguma exceição de purpuras, ou de sangue Real? E deixe já por huma ves de alvoroçar o povo com tanto clamor; ao menos porque não pareça, que grita, & chama del-Rey, como quem se doe. Sobre este mesmo ponto, & sobre a violencia, que padecemos os Monges de Alcobaça na intrusão dos Commendatarios; começando do Cardeal D. Jorge da Costa, q foi o primeiro, atè o Infante D. Fernando que foi o ultimo de Austria, ja eu na minha Historia disse, quanto era necessario; & também aqui nesta reposta. Se ainda não basta, pera fazer callar ao P. M. torno a dizer: q o Senhor Rey D. Affonso Henriques fundou, & dotou o Mosteyro de Alcobaça, não pera os Commendatarios, mas pera N. P. S. Bernardo; & pera nós os Monges, seus filhos; & deitou a sua maldição sobre o Rey, ou
S. Alexandre de Lou-

outra qualquer pessoa, que tirasse, dividisse, & tomasse, aos Monges, ou alheasse do dito Mosteyro, muito, ou pouco, das rendas que lhe dava; palavras do Santo Rey: *siquis verò, quod fieri non credimus, hoc nostrum factum irrumpere, vel diminuerere voluerit, imprimis sit maledictus, & ex auctoritate Dei Patris Omnipotentis, & Filij, & Spiritus Sancti, & Beati Petri, Apostolorum Principis, excommunicatus, & a Sanctæ Ecclesiæ ministerio separatus, & cum Juda traditore in Inferno Collocatus &c.* Daqui veyo, que havendo-se tirado ao Mosteyro, & Monges, judicialmente certas Villas, & rendas, em tempo do Senhor Rey D. Affonso IV. seu filho: o Senhor Rey D. Pedro I. nos restituhio tudo logo; temendo justamente a maldição do Santo Rey D. Affonso Henriques, seu quinto Avô. Veyo mais, que o Senhor Rey D. João IV. nos fez a mesma restituição da chamada commenda, também por não incorrer na mesma maldição; & censurou de caminho a menos attenção, cõque se havia procedido em huma matéria tão grave, quando se tiraraõ aos Monges a dita chamada commen-

da, & o mais precioso da Real Abbadia, pera se dar tudo aos Commendatarios, contra a vontade expressa do Santo Rey seu fundador. Veja-se a minha Historia; que pera responder a este Caderinho do P. M. menos que isto basta,

Do P. M. S. MARIA

§. 3. pag. 104.

N O §. 3. me dà de barato o P. M. que o P. Izodoro fosse nomeado por Innocencio VIII. pera Abbade de Alcobaça &c. mas logo no §. 4. nega que o dito P. Izodoro Tristaõ fosse por Innocencio VIII. nomeado vizitador das Sagradas Ordens de S. Bento, & Cister &c. Aqui temos o costumado argumento do P. M. Argumenta o P. M. assim: Nicolao V. concedeo aquella authoridade aos Abbades de Alcobaça &c. sed sic est, que oque concede, & ordena hum Pontifice, não opode outra ves conceder, nem mandar outro; ergo não concedeo Innocencio VIII. a quella authoridade &c. Devia por certo absterse o Padre M. de semelhante estylo de argumentar; pois he claro, que nada conclue. Negamos huma, & muitas vezes a menor &c.

R E-

R E P O S T A.

TEmos aqui o primeyro ponto controverfo deſta terceyra ſatisfação; ao qual deu occaziaõ. o P. M. pela rezaõ ſeguinte.

Na ſua Chronica eſcreveo o P. M. Santa Maria, que movido o Papa Innocêcio VIII. da grande virtude, letras, & talento, do P. Izodoro, o fizeza Viſitador neſte Reyno dos noſſos Monges Benedictinos, & Cisterciensẽs. Na meſma Chronica liv. 1. pag. 287. fes hum capitulo, ao qual intitulou aſſim: *cap. 26. dos noſſos Conegos, que viſitaraõ, & reformaraõ em diverſos tempos, diferentes Religioens, & Dioceſes.* E em dezẽpenho do titulo deſte capitulo, pos nelle, que o P. Izodoro viſitara, & reformara as duas Religioens de S. Bento, & de S. Bernardo, pertendẽdo, como *prima facie* apparece, attribuir â ſua congregação a honra de ſahir della hum ſogeito taõ avultado, q mereceo ſer eſcolhido, pera reformar naõ menos que a Primogenita, & Princeza de todas as Religioens da Igreja, a Sagrada familia Benedictina. Eſtas noticias, que o P. M.

aſſi eſcreveo â ligeira, ſe enaminhavaõ a offender, *ſaltem in intentione* a noſſa Ordem Cisterciensẽ, em quanto hiaõ a roubarlhe a primeira excellencia, de que nos prezamos: porque a mayor gloria noſſa dos Monges Cisterciensẽs he, que nunca neceſſitãmos de reformadores de fõra; Mas antes ſahindo de nõs reformadores pera todas as Religioens, como diſſe o Papa Innocencio IV. nunca das outras nos veyo reformador: Veja-ſe o Apparato da minha Historia §. 2. pag. 43. Neſtes termos, vendo eu ultrajada pelo P. M. a mayor excellencia da minha Ordẽ, neceſſariamente ſahi a campo pela verdade: moſtreilhe em como falſamente attribuia a quella gloria ao ſeu Izodoro; aſſi porque no tempo, em que viſitou, já naõ era ſeu, mas Cisterciensẽ; & ſobre tudo, porque naõ a elle, mas aos Abba-des Monges, (& naõ Innocêcio VIII. mas Nicolao V.) ſe concedeo a quella graça, & gloria, que o P. M. intentava roubarnos, & por na ſua cõgregação: provei a minha verdade cõ rezoẽs positivas; porque apreſentei a meſma Bulla, que citava, de Nicolao V. dada em tempo dos

S 2. Abbades

Abbadess Monges, & muito antes que viesse ao mundo o P. Izodoro: não tinha replica esta prova, senão ceder á verdade: porem o P. M. ainda achou, que fallar. Vê aqui dizendo, que não nega, que Niculao V. concedesse a graça referida aos Abbades Monges; porem que he couza fatal em mim, não querer admitir, que o que concede, & ordena hum Pontifice, não o possa segunda ves conceder outro; por tanto que ainda q̃ Niculao V. expedio a primeira graça, não tira, que ao depois Innocencio VIII. não ratificasse, ou confirmasse a mesma graça ao P. Izodoro: & sobre esta sua concluzão (que devia mostrar positivamente) não allega outra prova, se não exclamaçoens, & espãtos, q̃ em todo este Caderninho sempre veyo fazendo. Nesta sua resposta incorreo o P. M. em dous descuidos, ambos capitaes: o primeiro porque mostra, que não percebeo bem a duvida, sobre que contendemos; o segundo porque uza de rezões negativas, as quais são reprovadas em Apologias. Não percebeo bem a duvida, porque esta não era, nem he, sobre a confirmação, ou se-

gunda concessão do primeiro indulto; senão sobre a primeira graça, que he, a que tras consigo a prova do merecimento; e a que suppoẽ merecimentos no fogeito, a quem se concede: as confirmaçoens, nem a graça acrescentaõ valor, nem ao fogeito della valia; porque são como consequências necessarias, as quais daõ os Papas liberalmente, todas as vezes que as partes as pedem. Pelo que se o P. M. nos dê, que a de Innocencio VIII. não foi a primeira graça, mas sòmente confirmação da outra de Niculao V; esse mesmo he, o meu intento; isso mesmo he o q̃ queremos; porq̃ nesses termos a hõra da dita graça he toda dos Abbades Monges, & elles vem a fer, quem moveo com a sua virtude ao Pontifice, pera que a concedesse. Porem a nossa duvida não era essa; senão sobre se foraõ os merecimentos do P. Izodoro a cauza, como havia dito o P. Mestre na Chronica, de o nomear o Pontifice visitador nosso. Mais claro; sobre se foi a sua nomeação pessoal! Porque q̃ o dito P. uzasse de huma prerrogativa, que já achou na nossa mão, & na sua dignidade Abbacial; pouca, ou nenhun-

ma gloria lhe pode resultar da hi: & se o P. M. nos concede, ou não nega a primeira graça de Niculao V; isso nos basta; porê lembrolhe, q̃ nesta, que nos concede, se en- contra com a sua Chronica; porque na Chronica apparece o P. Izodoro tão avultado nos merecimētos, que por elles o elegeo o Papa Innocencio VIII. em visitador Apostolico da Ordem de S. Bêto; & aqui no Caderninho o dito Innocencio VIII. não fez outra couza, mais que confirmar huma graça, que havia concedido aos Abbades Mõges o Papa Niculao V; & isto não he eleger de novo, nem fazer ao P. Izodoro Visitador; mas he sômente confirmarlhe as graças da sua dignidade Abbacial. O outro descuido do P. M. he, que nesta sua defesa uza de rezoens negativas contra os preceitos da Arte; porque semelhantes rezoens neste genero de escriptura Apologetica, nem concluem, nem se admittem. Pertende mostrar o P. M. em como Innocencio VIII. por huma Bulla especial, nomeou ao seu Izodoro Visitador nosso; pois para concluir o seu intento tinha obrigação de a apresentar a mesma Bulla

especial; ou ao menos odia, mez, & anno, em que foi passada; & mais forçosamente sendo a prova contra mim, porque eu *ex adverso* lhe apresentei a minha de Niculao V. Nem me diga o P. M. que satisfès, cõ referir-se ao Agiologio, & aos manuscritos do seu P. Jorge; porque dos tais manuscritos ja eu disse em outro lugar a conta, em que os devemos ter: de mais, que se odito P. Jorge depoeem de Bulla especial, ou a vio, ou não vio? se a não vio, pouco credito merece; & se a vio, lhe corre a mesma obrigação de nos dar os finais certos della, de como começa, & do anno que corria, quando se expedio; & como nada disto nos diz, o seu dito importa muito pouco: Equanto ao Agiologio, elle neste ponto de Innocencio VIII. não afirma couza certa; mas depoeem sômente de fama, que val omesmo, que de noticia vaga; Veja-se: porisso nada prova, nem faz ao caso. O que tudo supposto, terà pera si o P. M. q̃ me tem respondido; & bem creyo, que com applausos do vulgo; porem os Varoens doutos, os homens serios, não sey se o entenderão assim.

Do

Do P. M. S. MARIA
pag. 106.

Conclue o P. M. a sua censura neste §. & me crimina asperamente, de eu haver citado em prova da dita cõmissão ao seu Manrique: mas deverame pedir perdao deste crime, que me impoem: eu não citei aquelle Autor em prova de que o Pontifice por Bulla especial &c.

REPOSTA

NAmesma pagina, & lugar, a onde o nosso Illustrissimo Bispo D. Fr. Angel Manrique se lembra do P. Izodoro (que he no Appendix ao 2. tom. dos seus Annais) a hi mesmo diz, que, Niculao V. foi, quẽ nomeou Visitadores aos Abbades Monges de Alcobaça; porem o P. M. se o vio, se fes furdo a esta noticia, que dà Manrique; & disto o argui: juntamente a minha censura nunca pode parecer q̃ foi mal merecida; porque dous escriptores tão graves, & de tanta veneração o Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor Bispo de Badajox, Cathedratico de Prima na Universidade

de Salamanca, o P. M. Fr. Angel Manrique; & o Dou-tissimo, & tão benemerito da nação Portuguesa, o P. M. Fr. Bernardo de Brito; mereciaõ mais; & não que os nomeasse o P. M. assi feca-mente, dizendo: lembraõ-se tambem delle Fr. Angelo Manrique, & Fr. Bernardo de Brito &c.

Do P. M. S. MARIA
§. 4. pag. 107.

NO §. 5. entra o P. M. a fallar com mais que excessiva largueza da pessoa do P. Izodoro, dizendo; que lhe não consta de outros merecimentos seus, se não os q̃ faria no serviço de D. Forge da Costa. Quem disse ao P. M. ou donde lhe consta que o P. Izodoro fosse criado do Cardeal D. Forge? Basta que assi tão facilmente se lança a advinhar, em menoscabo, & offensa do proximo? Como se anima dizer, q̃ lhe não sabe outros merecimẽtos, mais q̃ os serviços, que faria ao Cardeale Quando dos serviços não tem noticia certa &c.

R E P O S T A

Que o P. Izodoro de Portalegre tivesse, ou não grandes merecimentos pera com Deos? Não discuti esse ponto na minha Historia; mas disse somente, que pera elle ser Cômendatario de Alcobaga, me não constava, que tivesse outros merecimentos mais, que os que fez no serviço de D. Jorge da Costa. Estranhava muito o P. M. este meu dizer; & depois de o censurar por largueza, & offensa do proximo, me pergunta com seu tanto de impaciencia; quem me disse a mim, que o P. Izodoro fora criado de D. Jorge da Costa? Quando dos serviços(diz elle) não tenho noticia, & dos merecimentos a pudera ter, se lesse a vida do dito P. no seu *Ceo aberto*. Aesta pergunta do P. M. respondo, mui brandamente, pelo não escandecer mais; que o Malfim, que deu com a lingua nos dentes, & me descobrio esta falta do P. Izodoro, foi o M. R. P. M. Francisco de Santa Maria, Chronista geral da cõgregação do Evangelista, na sua Chronica intitulada *o Ceo aberto na terra*; porque no liv.

3. cap. 57. da dita Chronica pag. 803. diz assim: *no tempo em que assistio em S. Eloy (o P. Izodoro) contrahio estreitissima amisade com D. Jorge da Costa; o qual, sendo Arcebispo de Lisboa, o mandou outra vez a Roma a diligenciar o Capello, a que já aspirava; & que pouco de pois conseguiu a instancia del-Rey D. Affonso V. intervindo neste negocio o P. Izodoro como Agente do Arcebispo &c. & mais abaixo, acrescenta: mas della, & delle (do fozego do seu cobicolo) o tirou a gratidão, & amor do Arcebispo Cardeal; porque dezejando responder com digna recompensa ao muito, que lhe devia, & sentindo juntamente ver se justo premio tantos merecimentos, renunciou nelle a grande dignidade de D. Abbade de Alcobaga.*

Eis aqui, sem me ser necessario advinhar, nem ajuizar em offensa do proximo, como foi criado o P. Izodoro do Arcebispo D. Jorge da Costa; porque na nossa terra, *Agente* vulgarmente; val o mesmo que *criado* *acrescentado*, ou *nobre*. Tambem temos os seus merecimentos no serviço do dito D. Jorge, com q o dito Padre entrou na encomenda de Alcobaga. Agora
qui-

quizera eu saber do P. M. Francisco de Santa Maria, q̃ sahida dava a esta sua contradicção; porque na Chronica diz, o que acabamos de ver; q̃ o P. Izodoro foi Agente do Arcebispo D. Jorge; que o mandou a Roma; & que odito D. Jorge, dezejando respõder com digna recompensa ao muito, que lhe devia, renũciou nelle a grande dignidade de D. Abbade de Alcobaça; & aqui neste seu Caderninho nega tudo isto: & o que mais he, que esquecido de si, & do que havia escripto na Chronica, me insulta com intoleraveis oprobrios; deq̃ me lancei a advinhar, & que fiz juizos temerarios em offensa do proximo; como se estes aleives fossem couza de chãça, pera se imprimirem, & darem de comer a todo este Reyno: porem eu por tudo passo ao P. M. a troco de o colher em notorias contradicções.

Do P. M. S. M A R I A

pag. 109.

E Donde provarci eu com alguma evidente demonstração esta verdade? Da mesma Bulla que o P. M. allega contra mim. Nella diz o Ponti-

fice Innocencio VIII. as palavras referidas ja no §. 8. & q̃ o devem ser outra, & milvezes em abono irrefragavel do P. Izodoro: falla cõ. elle o Pontifice & diz? cui apud Nos de religionis zelo &c.

R E P O S T A

C Ontinua o P. M. Santa Maria ã emfeitar ao seu Izodoro; & suppondo que o Põtifice o nomeou pera Cõmendatario de Alcobaça, desta nomeação, & das palavras que refere da Bulla do seu provimento, intenta provar, & não menos que demonstrativamente, em como o P. Izodoro era hum Santo: ou que resplãdecia nelle grande zelo da Religião; a pureza da vida, a honestidade dos costumes &c. & conclue o seu arezoadado, dizendo; que à vista desta clarissima attestação da cabeça suprema da Igreja, não sabe como eu possa dizer, que me não consta de outros merecimentos do P. Izodoro, senão os que faria no serviço de D. Jorge da Costa. Esta tudo isto muito bem fallado; mas começando por esta ultima parte, certamente não merecemos ao P. M. que nos faça tão novissos, que

que pertenda fazernos caca com o metuendo destas palavras, *a cabeça suprema da Igreja?* Como se a promoção do P. Izodoro fosse alguma definição de fé: também lhe não merecemos, que, fallando diante de nós, chame attestação da cabeça suprema da Igreja as palavras, que refere da Bulla. Sabemos muito bem, que couza he a cabeça da Igreja; & sabemos distinguir na diversidade das materias, que trata; porque ainda que o Pontifice sempre he cabeça da Igreja, porem nem sempre falla por attestação como Princepe supremo; nê sempre as suas palavras são oraculo, a que não possamos replicar: & se em alguma parte o não são, nê attestação do Princepe, he na prezente Bulla do Padre Izodoro; porque as palavras referidas da dita Bulla são meramente narrativas, & não decisivas; são palavras gerais, que os notarios das Bullas tiraõ dos seus formullarios, por onde as passaõ; & senão veja o P. M. todas as Bullas, que eu trago na minha Historia de semelhantes provimentos nos Abbades perpetuos, & outras mais em outros Autores, & achará em todas estas mesmas pala-

vas *per verba formalia*; & he certo, que sendo os sujeitos providos tantos, & diversos, & em diversos tempos; os seus merecimentos não foraõ, nem podiaõ ser iguais; como são as palavras das Bullas; porê como o formullario he sempre o mesmo, porisso em todas as Bullas se achão sempre as mesmas palavras: por essa rezaõ são palavras narrativas, & mesmo porisso não provaõ, nem são attestação do Princepe. Mas eu quero dar de barato ao P. M. que as palavras, que refere, são especiaes, & não gerais; & que foraõ especialmente notadas pera o seu Izodoro; porem nem com tudo isto provaõ couza alguma; nem fazem, nem desfazem ao intento do P. M. a rezaõ he; porque segundo das mesmas palavras consta, isso que diz nellas o Papa, foi por informação, que lhe deraõ; nada diz de si, ibi: *cui apud Nos de religionis zelo &c. fide digna testimonia perhibentur*; & quando o Papa falla por informação de outrem, as suas palavras nada provaõ *ipso facto*; mas deve a parte, que impetrou a Bulla, provar *aliunde* a narrativa; & mais forçozamente tendo adversario, que negue

verso, como aqui tem o P. M. assi o diz expressamente com outros muitos Doutores, que cita, Mascardo de Probation. tom. 1. conclus. 139. n. 21. ibi: *limita, non procedere supra dictam conclusionem, quando Papa quid attestetur tãquã sibi à parte narratum; tunc enim non statur ejus assertioni; sed impetranti incumbit onus probandi narrata in rescripto esse vera, si ab adversario negetur. Abbas in cap. 2. de Rescript: & in cap. fin. de Præsūpt: &c.* Admire o P. M. que parece escreveo este Autor a doutrina prezente pera o caso, em que estamos; peloque se o P. M. não tem outra prova, que fassa mais a favor do seu Izodoro, pouca rezaõ tem, para o que concluio, dizendo: *Logo grandeseraõ, & notorios, os merecimentos do P. Izodoro, visto que o Pontifice os callifica cõ termos taõ encarecidos; porque nem os termos do Põtifice saõ encarecidos, nem, que o foraõ, faziaõ prova por encarecidos; mas sõmente a fariaõ, se fossem por attestação do Principe de facto proprio, seu alieno coram se gesto, como mostrei acima.* Tambem não tem rezaõ o P. M. em dizer, que o Papa nomeou ao P. Izodo-

ro pera Commendatario de Alcobaça; porque o Papa não o nomeou, mas renunciou nelle o Cardeal D. Jorge da Costa, como o mesmo P. M. diz na sua Chronica, & que fesa renuncia em recompensa do muito, que lhe devia: nestes termos não fesa aqui o Papa outra couza mais que, o que vemos fazer cõmumente nas renunciadas das conezias; que he sõmente confirmar o sogeito proposto sã muitas averiguaçoens dos seus merecimentos. Temos pois, que o P. M. Santa Maria nada tem feito ao seu intento, em quanto nos não allega outra prova, ou outras rezoens mais justificadas: além de tambem aqui se contradizer, emquanto havendo dito na sua Chronica, que o Cardeal D. Jorge renunciou no P. Izodoro; aqui no Caderninho diz, que o Pontifice o nomeou de *Motu proprio* na commendada de Alcobaça.

Do P. M. S. MARIA
pag. 109.

P Ag. 16. do seu Apparato diz o P. M. ácerca de bñ dito do Papa Paulo IV. que se não podia dizer delle, que differa o que, não sabia; logo tam-
bem

bem se não pode dizer do Papa Innocencio VIII. que não sabia, ou que ignorava o q̃ disse do P. Izodoro? salvo se os Pontifices &c.

R E P O S T A.

A Inda persevera o P. M. Francisco de Santa Maria nos enfeites deste seu Izodoro; & argumentandome aqui doque disse o Papa Paulo IV. dos Pontifices, que tẽ havido Benedictinos, pera estas palavras acima repetidas da Bulla de Innocencio VIII. pertende contra mim, que assi como o dito de Paulo IV. foi certo, & eu o tenho por tal, que tenha tambẽ por certo, & sem duvida, quanto se acha na Bulla de Innocencio VIII. em louvor do P. Izodoro; porem esta pertençaõ do P. M. me parece menos justificada; porque se dá divercissima rezaõ nesta paridade. O dito de Paulo IV. foi com juramento; foi huma attestaçaõ solemne do Principe: veja-se a Illescas, & a minha Historia no lugar citado; & as palavras da Bulla de Innocencio sãõ huma simples narrativa, que nada prova. Paulo IV. fallou oque sabia, & tinha rezaõ de saber;

porq̃ fallou dos outros Pontifices seus antecessores, que tinha em sua casa; as proezas dos quais eraõ notorias a todo o mundo: & Innocencio VIII. fallou por informaçaõ de outrẽ; & de hum homem, que não conhecia, nem era conhecido; & nissõ que disse sem desdouro da suprema Cadeyra o puderaõ facilmente enganar. Finalmente Paulo IV. fallou de hum S. Gregorio Magno, de hum Saõ Gregorio VII. de hum Urbano II. de hum Innocencio II. de hum S. Pedro Celestino, de hum Gregorio XI. & de outros semelhantes Heroes, os mais mimosos, & presados filhos que criou a fama: & Innocencio VIII. fallou, mas de quẽ? do Reverẽdo P. Izodoro; que he o muito, & mais que tinha o dito P. quando levantado do pò da terra, o fizeraõ Commendatario de Alcobaça. Por todas estas rezoens de diversidade justamente quero que ao dito de Paulo IV. se dê inteira fẽ, & credito; & não quero o mesmo nas palavras de Innocencio VIII. em quanto sãõ narrativas, & de formulario, como disse acima.

Do P. M. S. MARIA

§. 5. pag. 111.

NO §. 6. suppoem o P. M. que me convence de hum manifesta contradicção; porque havendo eu dito no Ceo aberto que, pelo P. Izodoro viera ao nosso convento de Xabregas a Igreja de S. João de Riomayor, me mostra hum sepultura no dito cõvento, na qual se diz, que aquella Igreja lhe viera por Fernande Annes &c.

Aqui temos outra vez o fatal argumento do P. M. fundado em que (como apparece) que hum homem, que fez hum couisa, involva contradicção, que outro homem tambem a fassa pelo mesmo, ou por outro modo. He se duvida, q̃ a quella Igreja podia vir a hum convento pelo Prior, pelo Padroeyro, pelo Solicitador, que mediaffe, & solicitasse o effeito, pelo Diocesano, e finalmente pelo Pontifice. Pelo Prior renunciando; pelo Padroeyro &c.

R E P O S T A.

NAõ posso negar, q̃ quando escrevi a minha Historia, me naõ occorreo, que hum Igreja se podia unir a

hum convento por todos os meynos, modos, & pessoas, q̃ apontava neste lugar o P. M. S. Maria. Esta Igreja de Rio mayor (como o P. M. diz em outra parte da sua Chronica) era de padroado particular; & nas semelhâtes Igrejas pera se unirẽ, basta a doação do Padroeyro, & a confirmação do Pontifice: as mais diligências ou ministros, que intervem, são meynos ordinarios de direyto. Peloque foi superfluidade no P. M. discorrer neste negocio por tanto ministro; maz ja que vay a fazer as cõtas com miudeza, ainda lhe escaparaõ ao P. M. algumas estaçoens, que pudera correr; porque além das pessoas nomeadas, hum Igreja pode vir a hum convento, em primeiro lugar por Deos, como couisa primeira, porque sem o concurso da primeira cauza nada se faz; pelo escripto da Camara do Bispo, que havia de tomar a desistancia do P. Izodoro; pelo advogado em Roma, que fas a supplica; pelo Notorio, ou Secretario que escreveo a Bulla; pelo official da plumbata, que lhe poem o sello; pelo Banqueiro, pelo Luis executor; & ultimamente pelos officiaes que daõ a posse; & senaõ

fenaõ fora por acrescentar a ladainha, pudemos tambem meter os officiaes dos registros; porque em todos os referidos, menos em Deos, cabe o *ora pro nobis*. Porem esta soluçaõ, ou reposta, naõ parece ser decente a hum homẽ serio; nem estas rezoens negativas (como ja adverti) saõ, as que se esperaõ em hum Apologia; & finalmente nem as julgo merecedoras de se impugnarem. Demais que nesta soluçaõ tem o P. M. q̃ estimar, porque lhe pode servir pera tudo.

Do P. M. S. M A R I A

pag. 114.

SE o P. Izodoro renũciou primeiro a Igreja em Fernande Annes, antevendo, q̃ pelo grande amor que este tinha à congregaçã, & pelo dezejo cõ-que ja andava de entrar nella, uniria com o seu poder mais facilmete adita Igreja ao cõvento de Xabregas; ou se de pois de unida a Igreja ao cõvento de Xabregas, o mesmo cõvento nomeou a Fernande Annes Vigairo della; os quais Vigairos se costumã chamar Priores, naõ me consta: mas bem poderia assi ser; & assi se concorda &c.

R E P O S T A.

A Qui vem com excelente propriedade a tam celebre & celebrada sentença: *in cedit in scyllam, cupiens vitare carybdim*; porque o P. M. Sãta Maria pera fugir da prezẽte contradicã, deque eu o argui na minha Historia sobre a Igreja de Rio mayor, veyo a cahir em outra neste seu Caderninho. Bem vio o Leytor, oque acaba de dizer o P. M. que naõ sabe, nem lhe consta, se o P. Izodoro renunciou primeiro em Fernande Annes, antevendo que elle uniria mais facilmente adita Igreja ao cõvento de Xabregas; agora veja o que diz pelo contrario na sua Chronica: escrevendo a vida do P. Izodoro, liv. 3. cap. 57. pag. 801. diz assim: alcançou (o Padre Izodoro) renuncia da sua Igreja pera a congregaçã; & com esta rica dadiva, & com outra mais preciosa, que era a sua pessoa, veyo pedir o habito ao cõvento de Xabregas, a onde foi recebido com summo gosto dos nossos conegos, como homem que trazia pera a Religaõ, oque os outros vem buscar a ella, honra, & proveito &c. Atequi o P. M. Santa

Santa Maria: agora pergunto; & se elle não sabia de certo (como confessa no Caderninho) se renunciou, ou não o P. Izodoro no Fernande Annes, ou no convento de Xabregas, como escreveo na Chronica, q̃ o dito Izodoro alcançara com effeito a renúcia, & que levou a Igreja de Rio mayor àquelle cōvento? E se a não levou, (como duvida no Caderninho,) que gosto foi este dos seus Conegos, ou que honra, nem que proveito levou o P. Izodoro pera a Religião? Eis aqui a cor, de que são as cores, com que se formão nas Historias as pinturas; de gostos aerios; de honras fingidas; & proveytos imaginados. Na palavra do Caderninho; *se o P. Izodoro renunciou primeiro em Fernande Annes, antevendo q̃ pelo grande amor que este tinha à congregação uniria adita Igreja ao convento de Xabregas &c.* parece que o P. M. queria vir, ou não sey como não veyo, com outro espirito prophetico no P. Izodoro semelhante ao do dito Bispo Jardo; porq̃ podia entã dizer q̃ isso bastava pera o gosto dos seus Conegos; esse alimento da esperança; mas antes que o diga, passemos a diante.

Do P. M. S. M A R I A

pag. 114.

D *Irà que assim mostrava, q̃ o P. Izodoro não fora nomeado pera Abbade daquelle convento sendo geral da minba congregação; senão sendo Prior de Rio mayor: logo convencerey o contrario: mas entretanto dezejara saber, qual era mayor credito pera aquella Real Abbadia? ser nomeado pera ella hum geral de huma Religião, ou hum simples Prior de huma Igreja? Em quanto o P. M. cuida na resposta &c.*

R E P O S T A .

P Regunta o P. M. qual seria mayor credito pera a Real Abbadia de Alcobaça, ser nomeado pera ella o Geral da sua Religião, ou hũ simples Prior de huma Igreja? E dame tempo pera a resposta; porem eu por não me meter nessa concideração, a esta sua pergunta satisfago cõ outra. Digame o P. M. se o fizessem Prior de Rio mayor, ou de huma boa Igreja do Padroado, sendo elle Geral da sua Congregação, havia de deixar o Generalato, & accitar

aceitar a Igreja, ou não? O cafotê suas duvidas, porq̃ isto de ser Geral de huma Religião, aindaque seja com o contrapelo de acabar em vida, & de topar com hum Nuncio mais ou menos affeçoado, não he de todo mau: pela outra parte aquillo de ser Prior perpetuo, aindaque fosse com pouca renda, tambem he muito bom, ao menos por não ter o cuidado, & fusto, de fazer geral da sua parcialidade; o que nem sempre succede. Em fim em quanto o P. M. se delibèra em se a ceitarà, ou não, passemos ao §. 6.; porque da deliberação, q̃ tomar, pende a reposta, q̃ elle quer de mim.

Do P. M. S. MARIA

§. 6. pag. 115.

NElle diz, que me descobre outra evidente contradicção em eu dizer, q̃ o cadaver do P. Izodoro fora levado de Odivellas a Alcobaça: oq̃ se encontra, diz, manifestamente com o letreyro de huma sepultura &c.

Fa me causa grande fastio impugnar tantas vezes aquelle fatal argumento do P. M. aqui o temos outra vez &c.

R E P O S T A

A Materia do presente §. vem a ser; que havendo escripto o P. M. Francisco de Santa Maria na sua Chronica, em como jazia na casa do Capitulo de Alcobaça o P. Izodoro de Portalegre, eu lhe mostrey, que não; mas que jazia no seu convento de Xabregas; porque là, & não em Alcobaça, se via a sua sepultura, & epitafio, que o mesmo P. M. referia na sua Chronica. Agora pertendendo o P. M. conciliar esta contradicção, de que eu o argui; responde com seu tanto de destrefa; porque nem affirma, nem nega, se foi tresladado o P. Izodoro; mas somente suppoem, que o podia ser: repito as suas mesmas palavras do Caderninho: *jã me causa grande fastio impugnar tantas vezes aquelle fatal argumento do P. M. aqui o temos outra vez, & he este: O cadaver do P. Izodoro està sepultado em Xabregas: logo nunca foi levado a Alcobaça; & nunca esteve enterrado naquelle Mosteyro; & tem o P. M. provada a contradicção. Bem bavidas estão as Historias! Que diremos aos infinitos cadaveres, q̃ forão*

forão sepultados primeiro em huma parte, & depois levados a outra? Pois que importa dizer aquelle letreiro, que o cadaver do P. Izodoro jaz em Xabregas, pera o P. M. inferir com tanta firmeza, que não foi levado primeiro a Alcobaça, arguindome de huma contradição, que de nenhum modo convence: obque não se acha a tal sepultura, nã na casa do Capitulo &c. Assim o P. M. Santa Maria em que supponho (porque elle o não affirma expressamente) que quiz dizer, q o P. Izodoro sêdo primeiro trasido de Odivellas pera Alcobaça, fôo ao depois tresladado de Alcobaça pera Xabregas. Esta resposta do P. M. em primeiro lugar vem tarde; porhavia de ser na Chronica; haviade ser no mesmo lugar, a onde elle pos o motivo da duvida; aonde escreveo os dous lugares, emq disse jazia o P. Izodoro; pera que o Leytor logo ahi achasse tudo junto; o reparo, & a resposta delle; a duvida, & a solução. Mas venha, ou não venha tarde, nuncã vem a tempo; porque não basta, que diga livremente o P. M. que foi tresladado o seu Izodoro, nem que supponha, que o podia ser; mas he necessario Autor, ou docu-

mento verdadeiro, & authenticico, donde conste esta tresladação; aos quais o P. M. não tras, nem allega; mas somente suppoem, que poderia ser tresladado; oq não basta: o P. M. affirma, que foi tresladado o P. Izodoro; eu exadverso digo que não: & como estamos ambos iguais na authoridade de dizer, era necessario Autor ou documêto verdadeiro, que mediaffe, & decidisse a contenda. Diz o P. M. pag. 118. que se affirmou, q o cadaver do P. Izodoro fôo levado de Odivellas a Alcobaça, foi com fundamento de huma memoria do seu livro dos Ingressos; & porq o mesmo dizê os seus Padres João de S. Estevão, & Miguel da Cruz: está bem: mas porisso mesmo, & peloq elles dizem, não pode o P. M. valer-se aqui do rodeyo da tresladação. Provo: essa mesma memoria do livro dos Ingressos, que o P. M. seguiu, & cita, se diz, que o P. Izodoro foi trazido pera Alcobaça ainda diz mais; porque acrescenta, que o dito P. jaz, & está de prezête em Alcobaça: palavras da memoria pag. 117. do Caderninho ibi: *morreo em Odivellas, & logo foi levado pelas Mõges solemnemête a Al-*

a Alcobaça; e abij as com os outros Abbades no capitulo. Peloque se conforme esta memoria o P. Izodoro jas no capitulo de Alcobaça; logo he falço dizerse que foi tresladdo pera Xabregas: *sed sic est*, que o P. M. seguio, & cita por si a esta mesma memoria; logo nada pode dizer cõtra ella no Caderninho, porque seria parecer inconstante; seria dizer, & desfazer, cõforme o rumo donde corresse o vento: logo o P. M. não se pode valer, nem fugir pera o subterfugio da tresladação; & consequentemẽte ainda temos, & teremos empẽ a cõtradicaõ, deque eu o arguĩ. No Prologo da sua Chronica censurou o P. M. ao seu Jorge de S. Paulo (sẽ duvida por verificar em si o texto *gloriam meam alteri non dabo*) deque escrevera sem apurar averdade, & que tratara sómente de escrever, quanto achava, sem apurar nada doque escrevia: porem esta censura não sey se estã mais propria no P. M. porque quando foi a escrever as sepulturas de Xabregas, escreveu quanto achou asi como jazia, & quando escreveu as memorias dos seus Ingressos, tãbem escreveu, quanto achou;

sem apurar, nem se lembrar dos Epitafios, que deixava escrito.

Supposto pois q̃ o rodeyo da tresladação não pode valer ao P. M. assim porque não dà Autor, nem abonador ao seu dito; & juntamente porq̃ a dita tresladação não se pode bem ajustar com o livro dos ingressos, que o P. M. seguio na Chronica: entro eu agora (porque agora me cabe avez) a impugnar a essa tal memoria do dito livro; & assi digo contra ella; que o P. Izodoro nunca foi tresladdo; mas logo do lugar aonde morreo, o levarão pera Xabregas. Para entendermos q̃ o dito P. jas de presente em Xabregas, nos basta o seu epitafio, & sepultura, que se vê no dito convento; porque os epitafios nesta materia de jazigos, são textos, que não se podem negar de facil; & procedem a todas as outras noticias; & pera entendermos, q̃ nunca foi trazido de Odivellas pera Alcobaça; nos basta tambem, o q̃ diz o P. M. neste seu Caderninho pag. 116. Para mostrar o P. M. a cauza, porq̃ não se acha, nem vê na caza do nosso capitulo sepultura alguma do P. Izodoro, diz no lugar citado, q̃ as sepulturas

pulturas se costumaõ distinguir, & conhecer pelas inscripsoens; & como os Monges sofriaõ mal aos Cõmendatarios, porisso não foi muito, que não gravassem inscripção alguma na sepultura do P. Izodoro: està bem; & diz o P. M. amesma verdade na parte, deq os Monges sofriaõ mal aos Commendatarios: agora pergunto, & se os Monges pelo amarem pouco, não lhe fizeraõ o menos; se não lhe gravaraõ epitafio na sepultura; comque animo, nẽ comque vontade lhe haviaõ de fazer omãis! comque animo haviaõ de ir buscalo a Odivellas, & trazelo, pera Alcobaça? o P. Izodoro morreu em Odivellas, onde não tinha consigo os Monges; por tanto pera elle ser trazido pera Alcobaça, primeiro havia devir avizo de Odivellas, pera q fossem por elle; haviaõ-se de dispor os Monges, pera o hirem buscar: & sobre tudo haviaõ de dezembolçar muito bom dinheiro pera os gastos da jornada, que de ida & vinda importava em trinta equatro légoas; & haviaõ de fazer hum acõpanhamẽto, q fosse decente a hũ Abade perpetuo de Alcobaça, cuja pessoa, & preeminente

dignidade representava o Cõmendatario defunto; & tudo isto com outras muitas miudezas, & gastos (que não expendo) era muito mais fẽ comparaçãõ, doque poremlhe hũ epitafio, ou breve letreiro na sepultura: *sed sic est.* (como o P. M. confessa) que os Mõges, pelo não gastarem, não puzeraõ o epitafio, que era menos; logo muito menos lhe fizeraõ o mais; muito menos o foraõ buscar a Odivellas, pera lhe darem sepultura em Alcobaça. Pera dizermos que o foraõ buscar pela rezaõ politica de ser seu Prelado, não basta essa rezaõ; porque Odivellas era Mosteyro da Ordem, tanto como Alcobaça, aonde o podiaõ enterrar com amesma decencia. Demais, que se o P. M. quizer, que porestã rezaõ o foraõ buscar; essa mesma rezaõ fas contra elle; porq os Monges depois de o terem em Alcobaça, pela politica de elle ser seu Prelado, pela mesma politica o não haviaõ de largar, nem deixar tresladar pera Xabregas: porque jazigo por jazigo, não poderã negar o P. M. q mais authorizado estava o P. Izodoro no Real Mosteyro de Alcobaça, doq não no seu convento de Xabregas.

Xabregas! A verdade (q̃ eu entendo neste cazo, & se collige pelo effeito) he, que os Monges, afficomo não amaraõ em vida a os Cômendatarios, nem na morte os quizerão cõfigo; porisso o não enterraraõ em Odivellas, quanto mais em Alcobaça; Avista doque os seus criados, ou os Reverẽdos P.P. de Xabregas, pela obrigação antiga, o levaraõ a sepultar áquelle convento. Confirma-se este meu pensamento, porque os Monges de Alcobaça afficomo foraõ certos da morte deste Cômendatario, logo com toda a pressa possivel, trata-raõ de eleger Abbade Mõge; & elegeraõ cõ effeito ao Reverẽdissimo Senhor D. Fr. João Claro, lête de vespõra de Theologia na Universidade, antesq̃ se lhes viesse meter em casa outro Commendatario; Veja-se aminha Historia no tit. 12. Edivertindõs-e os Monges com o negocio da nova eleyção, & com os aplauzos do novo Abbade eleyto, veja-se como tratariaõ de ir a Odivellas buscar o Commendatario? Fiquemos pois emque, supposto huma ves, que o P. Izodoro hoje jassem Xabregas, nũca foi trazido pera Alcoba-

ça; & consequentemente nũca foi tresladado (como vinha dizendo o P. M.) de Alcobaça pera Xabregas.

Do P. M. S. MARIA

§. 7. pag. 119.

NO §. 8. *entra o P. M. em novos empenhos, esforçando-se a provar que o P. Izodoro quando foi nomeado D. Abba-de de Alcobaça, não era Conego da minha congregação, fundando-se naquellas palavras da Bulla. Dilecto filio &c.*

R E P O S T A.

A Materia deste §. he sobre se o P. Izodoro, quando foi a ser introduzido na encomenda de Alcobaça, era ou Prior de Rio mayor, ou Religioso de S. Eloy? Porem neste particular eu (supposto inclinei mais aque fosse antes Prior) contudo nada affirmei, nem neguei; mas sòmẽte reprezentei as duvidas, que me occurriaõ na materia; às quais vem agora respondendo o P. M. porem eu, porq̃ naõ tenho avontade de o arguir, que elle suppoem; & aliás nada se me dà, que o P. Izodoro fosse primeiro Prior, ou Religioso, remetto ao

Leytor o exame da presente satisfação do P. M. & a elle fômente lembro de caminho, que hum escriptor indifferente, isto he, que nem affirma, nem nega, (como eu fui no presente §.) não pode ser reconvençido, nem redarguido; satisfeito fim, quando se lheresponda em forma aos seus escriptos: & o Leytor, para que com inteira noticia da cauza possa proferir a sentença, além das rezoens que dei, na minha Historia, é duvida de ser o P. Izodoro Geral da congregação do P. M. quando o proveraõ na encomenda de Alcobaça, lhe digo mais, que a Bulla do provimento do P. Izodoro principia assim: *Dilecto filio Izodoro de Portugalia Priori secularis, & collegiatae ecclesiae S. Joannis de Enxabregas &c.* & este mesmo titulo, & palavras se repetem tambem pelo discurso da Bulla: porem as Bullas, que vem dirigidas aos Gerais do P. M. fallão por outro modo, a saber; na sua Chronica pag. 291. liv. 1. cap. 27. tras o P. M. huma, & diz assi: *Dilecto filio Generali Congregationis S. Joannis Evangelistae in Regno Portugaliae &c.* Os quais termos são muito diversos: não se deve

dizer, que em Roma não soberaõ, o que escreviaõ; logo pela Bulla do P. Izodoro não he tão claro, nem certo, como o P. M. suppoem, que o seu Izodoro era Geral da sua Ordem, quando veyo pera Alcobaça: acrece, que em toda a Bulla do P. Izodoro senão fas menção de clerigo viucnte em cõmun; que he opredicado principal em que põe o P. M. o seu ultimo constitutivo, & primeyro distintivo das Religioens com votos perpetuos: aisque o Leytor ponderando bem estas rezoens; & duvidas minhas, farã o juizo, que lhe parecer sobre se me responde aqui bem o P. M. ou não.

Do P. M. S. MARIA
- pag. 122.

Agora saiba o P. M. que o nome proprio do dito convento não he de S. Bento; senão de S. João Evangelista: Eisaqui huma lingoagem nova pera o P. M. mas justamente nos podemos admirar, de que não duvidasse, & duvidando, não inquirisse &c.

R E P O S T A.

O Nome proprio, primeiro, & original do convêto de Xabregas he de S. Bêto, & não de S. João Evangelista; com o dito nome o fundou o nosso D. Fr. Estevão de Aguiar, & a dita Igreja foi aprimeira, que se dedicou na cidade de Lisboa ao Santissimo Patriarcha S. Bêto: esta verdade he notoria em todo este Reyno; & o mesmo P. M. que acaba de dizer, o que ouvimos, sêpre inconstante, & esquecido de si proprio assi o confessa; & escreve no seu *Ceo aberto* liv. 2.º cap. 26. pag. 472. *ibi chamou-se a nossa congregação de S. João Evangelista, & começou a ser cabeça della o novo convento (de Xabregas) & Protector o mesmo Santo, a quem o convento foi, & he dedicado; posto que vulgarmente se lhe dá o nome antigo de S. Bento; & neste mesmo capitulo conta a sua fundação por D. Fr. Estevão de Aguiar, Abade de Alcobaça, elhe chama Mosteiro de S. Bento, não menos de outo vezes. Fes a Senhora Raynha D. Izabel, & por sua contemplação El-Rey D. Affonso V. seu ma-*

*rido, que o Pontifice mudasse o nome, & invocação desta Igreja, quando a mudou de Mosteyro de S. Bento, pera convento chamado de S. João Evangelista; mas não pode fazer, que se esquecesse o primeiro, & antigo nome do nosso Santo; nem que se riscasse da memoria dos povos circumvezinhos a innata devoção, que herdaraõ de seus Pays, ao mesmo gloriosissimo Padre; porque não obstante a dita mudança, ainda hoje, como tambem confessa o P. M. pag. 493. *concorre aqui (à Igreja do seu convento de Xabregas) muita gente, to das as festas feyras do anno; & innumeravel na segunda outavia da Pascoa, em que se fas a festa do glorioso Patriarcha S. Bento &c.* Peloque sahe a ingratidão; que sendo de S. Bêto a caza, em que moraõ os Reverendos P. P. de Xabregas, venha dizendo neste seu Caderninho o P. M. q he ignorância do vulgo, darẽ ao dito cõvêto o seu nome proprio, primeiro, & antigo de S. Bêto, & tãbẽ sahe aligeireza, que tendo sido o convento de Xabregas nosso dos Monjes de Alcobaça, porque nõs o largamos a El-Rey D. Affonso V. por hum juro no*
Almo-

Almoxarifado de Leyria me cõcidere o P. M. taõ pouco noticiozo das couzas de nossa casa, q̃ lhe pareceffe era pera mim nova alingdãgẽ, de se chamar hoje o dito cõvêto de Xabregas com o titulo de S. Joaõ, tẽdo nòs no nosso cartorio os papeis da fundação, & os da mudança do dito convento. Se he pera mĩ nova a dita lingoagem; fabelo ha o P. M. na segunda parte da minha Historia; porque temos ainda de averiguar là humas contas sobre este convento de Xabregas.

Do P. M. S. MARIA
pag. 126. §. 9.

Que lhe vay ao P. M. emq̃ o P. Izodoro fosse, ou naõ fosse Conego, & Geral da congregação do Evangelista ao tẽpo da sua promogão, pera se empenhar cõ tanta maquina de indifferencias, & conjecturas, & nos persuadir, que o naõ era. Agora lhe peço a resposta da quella pergunta, que acima lhe fiz, & peraque lhe dei tempo: quatera mayor credito pera aquella Real Abbadia? ser nomeado pera ella hũ Geral &c.

REPOSTA.

SE nos vay, ou naõ alguma couza sobre o estado, emq̃ achou ao P. Izodoro a encomenda de Alcobaça, naõ sou obrigado a declaralo. E quanto á pergunta, que outra ves me fas o P. M. ja lhe respondi, o q̃ basta: & sequer ainda outra ves repostas, digo, q̃ suppoem o P. M. que o P. Izodoro, nem emquanto Prior, nem emquanto Geral, nẽ tudo junto podesse acreditar a Real Abbadia de Alcobaça. Quando o P. Izodoro foi a pedir o habito ao convento de Xabregas, levou pera elle (como diz o P. M.) honra, & proveito: & quando veyo ser Cõmendatario a Alcobaça, naõ se pode duvidar, que fez a oração pela passiva; q̃ veyo buscar proveyto, & honra.

Do P. M. S. MARIA
pag. 128.

O Estillo das supplicas he expor cadahum, oq̃ he, naõ oque foi; quem creva, que pedindo-se ao Pontifice hũ favor pera hum sogeito, se allegasse na supplica, ou se fizesse memoria deq̃ otal avia sido Religioso, & que de prezente se achava fora da Religião! &c.

R E-

R E P O S T A

NAs supplicas se estilla expor não sò oq he cadahum (como diz o P.) mas tudo quanto foi, se foi honorifico : E senão digame o P. M. se hoje o propuzessem pera Bispo, porvêtura na supplica sò se havia de fazer mênciao do que he, ou tambem doque foi! No demais (que diz o P. M.) confesso, que o não acabo de entender; porque senão são Religiosos, mas clerigos seculares; senão promettem estabilidade perpetua, como sedeixa dizer, q seria injurioso pera o P. Izodoro deixar o Habito da Religiaõ, pera ir ser Prior de huma Igreja? O Caderninho està no fim; mas no P. M. ainda parece que não acabou o dezejo de fazer arroido.

Do P. M. S. MARIA

P *Areceme que tenbo satisfeito às tres invecções do*

P. M. espero q nos tomos subsequentes uze demais piedade cômigo; & quando se haja com o mesmo ardor, farei por lhe responder cõ a mesma efficacia.

R E P O S T A.

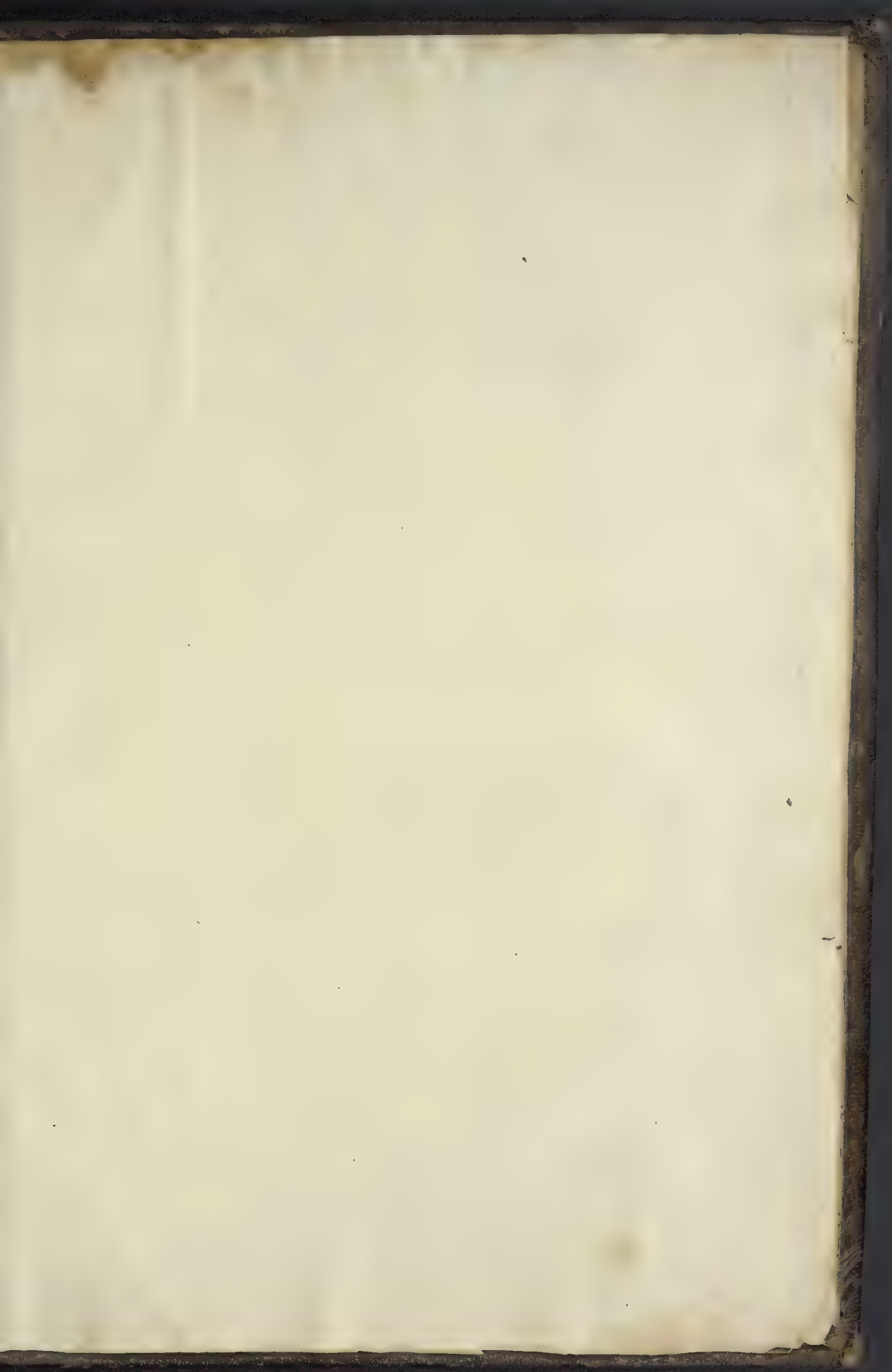
NOs tomos subsequentes ainda determino apurar algumas noticias; dasq nos dà o P. M. Francisco de S. Maria na sua chronica; mas não cõ ardor, senão por averiguar a verdade, que he o unico Norte por onde me governei: & se vay adizer tudo, o farei com muito mayor dezafoço, doque o fiz na minha primeira parte; porq esta rezistencia do P. M. não me deixa tão quebrado nas forças, que duvide entrar outreves com elle em outra semelhante contenda: a sua efficacia seria muita; mas se foi, ou não aque bastasse pera me satisfazer, julgue-o o Douto Leytor, aquem somente pertence.

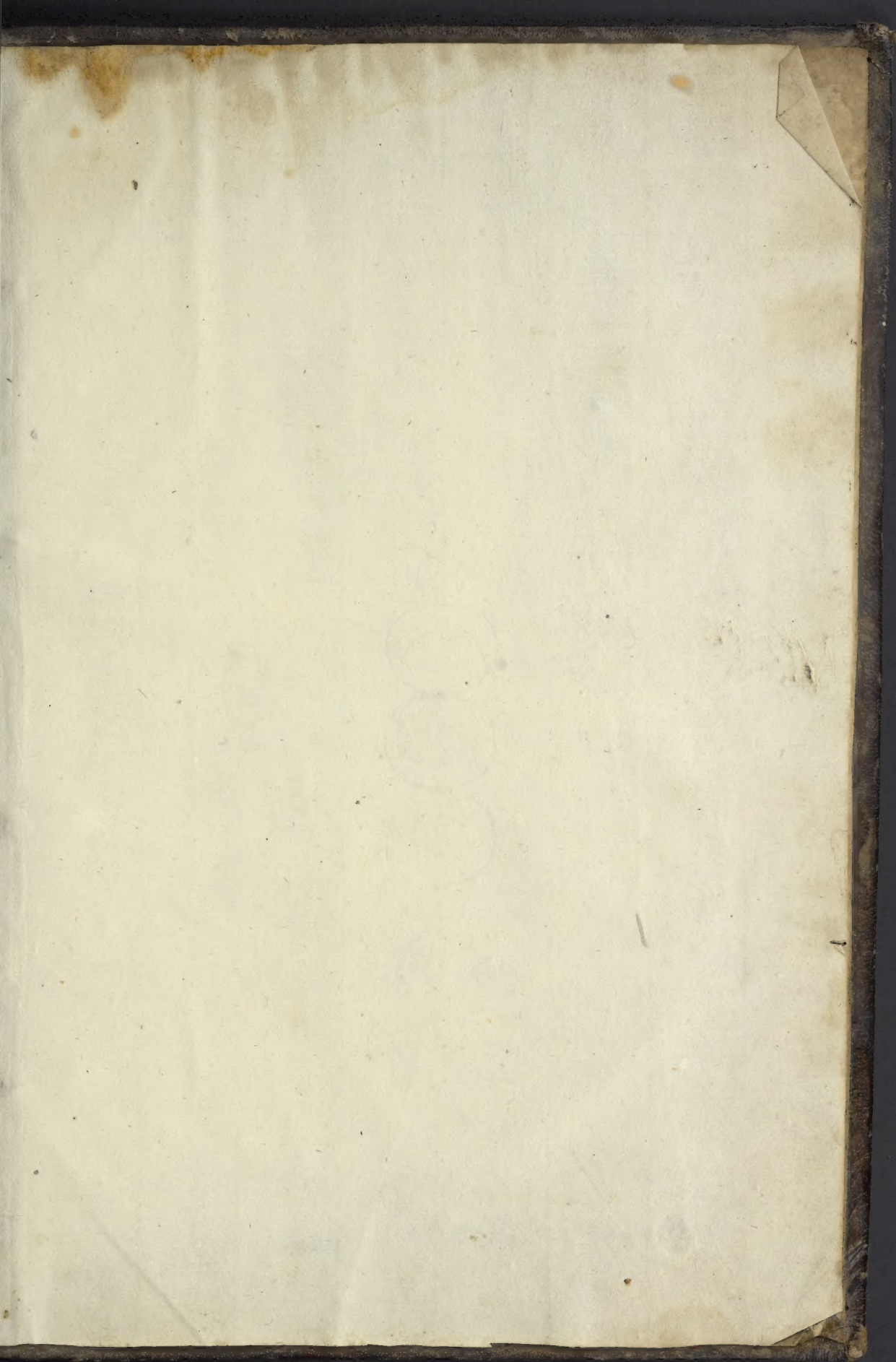
SOLI DEO HONOR, ET GLORIA

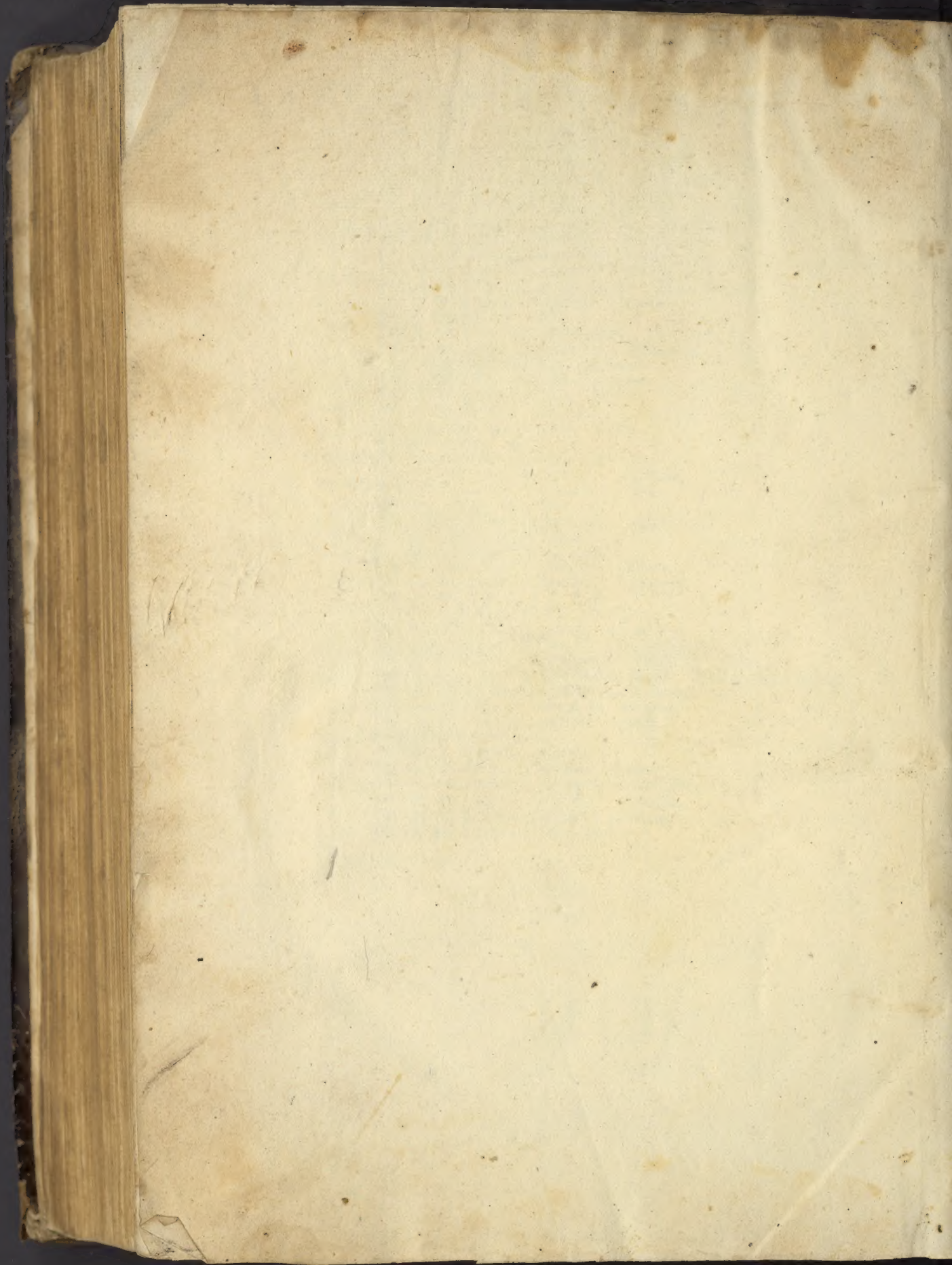
F I M.

ERRATAS. EMENDAS.

- Pag. 9. col. 2. regra 22. mas o. lê mas ao.
 Pag. 19. col. 1. regra 3. no fisco. no fisco
 Pag. 24. col. 2. regra 5. no tempo. ao tempo.
 Pag. 35. col. 2. regra 15. são termos. são os termos.
 Pag. 36. col. 2. regra 2. he tempo. he o tempo.
 Pag. 40. col. 2. regra 27. referir. referir-se.
 Pag. 51. col. 1. regra 21. & a dita ordem. & a dita obra.
 Pag. 56. col. 2. regra 31. a que sua. que a sua.
 Pag. 60. col. 2. regra 37. depois dita. depois da dita.
 Pag. 70. col. 1. regra 28. quixamos. queixamos.
 Pag. 76. col. 1. regra 11. porque impedir. porque em pedir.
 Pag. 81. col. 2. regra 1. monahal. monacal.
 Pag. ibi regra 10. são. sam.
 Pag. 87. col. 1. regra penult. obrigação. obrigaram.
 Pag. 88. col. 2. regra 27. theologios. theologicos.
 Pag. ibi regra ultima tendener. entender.
 Pag. 91. col. 2. regra 9. a tornei. a torno.
 Pag. 95. col. 2. regra 29. que o. que se o.
 Ibi regra 31. fe o nam. & o nam.
 Pag. 114. col. 1. regra 9. eu la li. eu ali.
 Ibi regra 20. mais. mas.
 Ibi regra 16. rendas. poem dous pontos. :
 Pag. 115. col. 1. regra 25. christina. christiana.
 Pag. 118. col. 2. regra. 1. & depois. eyepes.
 Ibi reg. 2. Clego. Clerigo.
 Pag. 119. col. 1. regra 32. gentidade. gentilidade.
 Ibi col. 2. regra 28. pero. para.
 Pag. 120. col. 2. regra 23. tS. tem.
 Pag. 122. col. 2. regra 30. obfoluta. absoluta.
 Pag. 125. col. 2. regra 17. Bernardo. S. Bernardo.
 Pag. 127. col. 1. reg. 14. P, P, P. M.
 Ibi col. 2. regra 18. porque foi. que foi.
 Pag. 128 col. 1. regra 20. palavras. por palavras.
 Pag. 134. col. 2. regra 26. o livro. olivro segundo.
 Pag. 135. col. 1. regra 2. fosse o Agiol. fosse com o Agiol.
 Pag. 137. col. 2. regra 24. D. Fernando que foi. D. Fernando de Austria.
 Pag. 138. col. 1. regra 23. seu filho: tira os dous pontos.
 Pag. 143. col. 1. regra 12. estranhava. estranha.
 Pag. 148. col. 2. regra 3. apontava. aponta.
 Ibi regra 25. couza. cauza.
 Ibi regra 32. Notorio. Notario.
 Pag. 151. col. 2. regra 33. havidas. aviadas.
 Pag. 152. col. 1. regra 22. por havia. porque havia.
 Pag. 153. col. 2. regra 27. procedem. precedem.
 Pag. 154. col. 2. regra 10. gastarem. gostarem.
 Pag. 157. col. 2. regra 24. sahe. sabe.







563

